

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Vinte e Sete de Abril de Dois mil e Vinte e Dois

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, pelas nove horas e trinta minutos, teve início, na Sala António de Almeida Santos, nos Paços do Concelho da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, sendo a Mesa constituída pelos seguintes elementos: Presidente, José Carlos Travassos Relva; Primeiro Secretário, António Carlos Saraiva Fernandes e Segunda Secretária, Maria da Graça da Fonseca Soares Rodrigues. De seguida, procede-se à transcrição da mesma. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já temos quorum e, portanto, iríamos dar início à sessão. Cumprimentar todos os senhores Presidentes de Junta e os senhores Deputados, o senhor Presidente da Câmara e as senhoras Vereadoras, os senhores Funcionários da Autarquia e os senhores Jornalistas. Em primeiro lugar, dar conhecimento das substituições: do Grupo Municipal Pela Guarda, falta José Carlos Valente Breia Lopes, que é substituído por Paulo Jorge Costa Teixeira; falta José António da Cruz Pereira, substituído por Paula Cristina Barbas dos Santos Palos. Do Grupo Municipal do PSD, falta Rodolfo Alberto Baldaia de Queirós, substituído por Bernardo Rebelo Marques; falta Guilherme de Azevedo Guimas, substituído por Carlos André Tavares Cruz; falta Ana Rita Ventura Brissos, substituída por Sara Cristina Palos Ramos. Do Grupo Municipal do Partido Socialista, falta Ana Mendes Godinho, substituída por Liliana Palos Almeida; falta Maria Manuel Pimentel, substituída por Nuno Filipe Costa Laginhas; falta Luísa Maria Lucas Queiróz de Campos, substituída por Armando Neves. Das Juntas de Freguesia: falta a Presidente da Junta de Freguesia de Meios, Maria Teresa Teles Cabral, substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento de Pina; falta a Presidente da Junta de Freguesia da Faia, Liliana Filipa Brás Santos, substituída pela Secretária, Maria de Lurdes Máxima Pires; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas, Paulo Jorge da Costa dos Santos, substituído pela Secretária, Lígia Cristina Brido dos Santos. -----

Como se recordam, tínhamos equacionado a hipótese de hoje trazermos um novo Regimento. Houve propostas do CDS, do Partido Socialista e do PG. Levantaram-se-me algumas dúvidas de ordem legal sobre algumas das propostas e pedi ajuda a Juristas

para ajudarem a Mesa na decisão. O que nós hoje propúnhamos, e não tenho ainda resposta, é difícil, tentámos há quinze dias marcar uma reunião e foi sempre difícil conciliar as agendas, e propus à Mesa, já que estamos hoje aqui todos, estão aqui os Grupos todos, que não saíssemos hoje daqui sem marcarmos já uma data concreta e a Mesa compromete-se, até cinco dias antes, no mínimo, apresentar a sua proposta. Não sei qual é vossa disponibilidade de agenda para o mês de maio. O Dr. João Correia é o mais, dada a sua vida, é o mais complicado. A reunião seria à noite. Miguel, não está cá, ainda, a Dra. Paulisa. Então, falamos depois quando ela estiver, não é? Queria que ela estivesse presente, como jurista. Então, depois falamos. -----
Púnhamos à votação a ata de vinte e cinco de fevereiro de 2022, a ata da última Assembleia. Algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre o teor da mesma? Senhor Deputado José Rodrigues, apresentou uma alteração. Está saldada? Está. Se ninguém se quiser pronunciar, punha à votação.” -----

- Resultado da votação da ata do dia vinte e cinco de fevereiro de dois mil e vinte e dois. -----

- Aprovada, por maioria, com setenta e dois votos a favor e quatro abstenções. -----

- José Relva, Presidente da Assembleia: “Tínhamos, agora, também aqui na Ordem de Trabalhos, os Votos de Pesar, Moções, Propostas e Recomendações. O primeiro Voto de Pesar a entrar na Mesa é o Voto de Pesar pelo falecimento de Agostinho Marques Pires.”

- António Fernandes, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia: “Senhor Presidente, senhora distinta Segunda Secretária da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, Presidentes de Junta, Deputados, Comunicação Social, Funcionários e todos os que nos veem através dos meios digitais e aqui presentes. É com extrema emoção que venho ler este Voto de Pesar, porque é o falecimento do Tesoureiro da Junta de Freguesia da Arrifana e que trabalhou comigo ao longo destes anos da minha vida autárquica. «Voto de Pesar pelo Falecimento de Agostinho Marques Pires. Faleceu no passado dia 14 de abril de 2022, com sessenta e seis anos de idade, o Professor Agostinho Marques Pires. Homem de rigor, de companheirismo, de solidariedade, um verdadeiro defensor das suas gentes, da sua terra e um democrata convicto, com uma dedicação extrema à Freguesia de Arrifana. Foi Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana de 1986 a 1994 e de 1998 a 2002, integrando nestes períodos a Assembleia

Municipal da Guarda. Desempenhou, ainda, as funções de Secretário da Junta de Freguesia de Arrifana de 2009 a 2013 e de 2017 a 2021 e, atualmente, exercia as funções de Tesoureiro. Foi sócio fundador e dirigente associativo da União Social Desportiva e Recreativa de Arrifana, tendo sido um grande impulsionador do associativismo na Freguesia. Na IPSS «Os Amigos de Arrifana» - Liga de Solidariedade Social e Melhoramentos, desempenhou as funções de Tesoureiro desde 2008, contribuindo significativamente para o seu desenvolvimento e projeção. Integrou, ainda, a Comissão Fabriqueira da Igreja e a Irmandade das Almas da Arrifana. A Freguesia da Arrifana ficou mais pobre, viu partir um dos seus mais ilustres filhos. Por tudo o que fez e por tudo o que nos deixa, o nosso Bem-Haja. Assim, e em homenagem e em reconhecimento pela sua ação, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de 27 de abril de 2022, delibera: - Aprovar um Voto de Pesar pela morte de Agostinho Marques Pires; - Dar conhecimento da aprovação deste Voto à família e às instituições em que desempenhou funções.» Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado se quer pronunciar? Se não, colocávamos à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Pelo falecimento de Agostinho Marques Pires** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Há também um Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.” -----

- **Miguel Bandarra, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente de Câmara, senhores Vereadores e senhoras Vereadoras, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Junta, Público presente, Funcionários da Câmara. «A Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária, em 27 de abril de 2022, delibera manifestar o seu mais profundo pesar pelo falecimento, no passado mês de março, de Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves, aos cinquenta e quatro anos. A sua ação política foi principalmente visível no passado mandato autárquico da Assembleia Municipal da Guarda, em que foi deputada municipal nas listas do PSD. Também no presente mandato fazia parte da lista que se apresentou a

votos pelo citado partido. Quem com ela teve oportunidade de trabalhar, destaca a sua vertente social e humanitária, que merece um profundo respeito e a admiração de todos. Maria Emília Gonçalves era reconhecida como uma mulher de bem e uma amiga do seu amigo. Pessoa de sorriso fácil, disponibilidade inegável e solidária com as causas da Guarda, não deixará de deixar saudades a todos os que tiveram o privilégio de a conhecer e conviver com ela. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: - Aprovar o presente Voto de Pesar; - Manifestar à família enlutada as mais sentidas condolências; e observar um minuto de silêncio em sua homenagem.» Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Não sendo, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Pesar** -----
----- **Pelo falecimento de Maria Emília Dias de Carvalho Gonçalves** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Em memória destes dois colegas nossos, eu propunha um minuto de silêncio.” -----
Muito obrigado.” -----

Período de Antes da Ordem do Dia

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Vamos entrar no Período Antes da Ordem do Dia e, pela ordem de entrada, tem a palavra o Partido Socialista. Voto de Congratulação. Permitia-me chamar à atenção de que, estando em vigor o anterior Regimento, teremos um período de tempo de leitura, seis minutos, ou de apresentação.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bom dia a todos. «A Guarda vai ter um Laboratório Colaborativo em Logística, o CoLAB LogIN, que contribuirá para a valorização do território e ajudará a inovar os processos associados à logística. Esta é uma importante conquista para a região e ajudará a alavancar e a desenvolver o primeiro Porto Seco do país, que será instalado na Guarda. Os Deputados do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Municipal da Guarda congratulam o Politécnico da Guarda e entidades parceiras, pela aprovação deste exemplar, relevante e bastante elogiado projeto. O CoLAB LogIN obteve um financiamento de 1,3 milhões de euros da Fundação para a

Ciência e Tecnologia e foi aprovado com a segunda melhor nota, e a terceira posição, de entre as dezanove propostas apresentadas. Este Laboratório irá dar prioridade à investigação da intermodalidade nos transportes, conjugando o estudo dos transportes terrestres - rodoviário e ferroviário - com a sua articulação com os meios aéreos e, sobretudo, marítimos. Neste laboratório irão ser investigadas as redes e os fluxos logísticos da região da Guarda e de todo o país com o exterior. O júri internacional destacou o facto de o projeto propor o estudo de novas formas para inovar as cadeias de fornecimento e de transporte em Portugal, na Europa e no mundo, classificando-as como «passos fundamentais para o aumento das exportações do país.» O CoLAB LogIN contribuirá também para a fixação de jovens qualificados e para a criação de emprego, sendo esta uma prioridade do Partido Socialista para a região. Por tudo o que foi referido, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda propõe um Voto de Congratulação para o Politécnico da Guarda.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Colocava este ponto à discussão. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Não havendo qualquer intervenção, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----
- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Segundo, também do Partido Socialista, Descentralização da Cultura. Não há problema, de qualquer maneira compreenderá que a Mesa teve algum cuidado em ler as Moções que foram apresentadas e, muito honestamente, esta Moção não parece à Mesa colher fundamento legal. Pelo contrário, porque a informação que a Mesa tem é que este montante só pode ser alocado ao TMG, não poderá ser alocado a quaisquer outras entidades. E creio que na última Reunião de Câmara isso já foi falado, portanto, sendo como Moção, tenho algumas dúvidas da sua legitimidade, ou da sua legalidade.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “«O Ministério da Cultura, através da Direcção-Geral das Artes, promoveu o primeiro Concurso de Apoio à Programação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses, que foi criada pela Lei n.º 81/2019, de 02 de setembro, com o fim de promover a democratização do acesso à cultura, contribuindo para a coesão e

desenvolvimento territorial. Desta forma, o Governo dá um importante passo para o combate às assimetrias regionais, dando possibilidade a que a cultura seja acessível a toda a população. No âmbito desse Concurso, o TMG recebeu um apoio no montante de 800 mil euros para os próximos quatro anos, naquilo que foi uma candidatura que teve o mérito do esforço do Município e de todos quantos nela estiveram envolvidos, sendo que é de congratular esta colaboração simbiótica da Câmara Municipal da Guarda com o Governo, que só traz benefícios ao nosso concelho. Em face da concessão deste apoio extraordinário que o TMG recebe graças ao programa criado pelo Governo, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia entende que assim estão reunidas condições, em termos de disponibilidade financeira, para que possa haver um maior apoio da Câmara à programação cultural dos centros culturais existentes nas nossas freguesias de Gonçalo e Famalicão, que têm salas de espetáculo com condições aptas para receber eventos culturais à semelhança dos que são levados ao TMG, contribuindo assim para a descentralização da cultura, trazendo-a até àquelas freguesias rurais do nosso concelho, onde existem infra-estruturas culturais criadas para o efeito. Por conseguinte, propomos que, para além das verbas que eventualmente estejam previstas, seja concedido a cada um destes centros culturais, um apoio financeiro de valor anual não inferior a 20 mil Euros, durante os próximos quatro anos. Este valor canalizado para a programação cultural deverá, no entanto, ser acompanhado das verbas necessárias para a manutenção devida desses espaços culturais, tudo isto no sentido de oferecer a toda a população as mesmas oportunidades de acesso à cultura, e, no fim de contas, à educação. Face ao exposto, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária no dia 27 de Abril de 2022, nos termos do disposto no artigo 25.º, n.º 2, alíneas j) e k) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em Anexo à Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, delibera: 1 - Instar a Câmara Municipal da Guarda a alocar, dentro das verbas previstas para a cultura» e chamo à atenção para esta frase «no Plano Plurianual de Investimento para os próximos quatro anos, o valor mínimo anual de 20 mil euros para a programação cultural do Edifício Cultural de Gonçalo e o valor mínimo anual de 20 mil euros para o Centro Cultural de Famalicão, como forma de apoio à cultura, no sentido de a descentralizar e democratizar, tornando-a acessível a toda a população; 2 - Remeter a presente Moção ao Presidente da Câmara Municipal da Guarda.»

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Alguma senhora ou algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Temos duas inscrições. Faz favor senhor Deputado.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Digníssima Mesa, digníssimo Executivo e restantes Vereadores, senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Deputados, Público, profissionais da Câmara e da Comunicação Social. Senhor Deputado, eu, no geral, concordo com a proposta. Há aqui algumas situações que precisam de ser limadas. A primeira tem a ver com o facto de misturar aqui um bocadinho as coisas. Uma coisa é o valor que é atribuído, o prémio que é atribuído ao TMG, outra coisa é a tentativa de incluir esse prémio no orçamento do TMG, - não estou a falar daquilo que disse - e outra coisa é a diminuição efetiva que a Câmara Municipal, neste momento, está a querer atribuir ao TMG. Vamos recordar que no orçamento anterior era de 400 mil e que neste orçamento é de 300 mil. Portanto, há aqui menos 100 mil euros de atribuição ao TMG. Agora, se pegássemos nessa diferença de 100 mil euros e, das duas uma, ou aumentávamos, retificávamos, para dos 300 passar a 360 mil e depois mais os 200 mil euros que o TMG vai receber como prémio, e os restantes 40 mil serem atribuídos, como sugere, e na minha opinião bem, mas têm que as coisas ficar devidamente esclarecidas e a sua proposta ficou-me assim um bocadinho dúbia, está a perceber? Eu acho que não há dúvidas que a ideia é boa e eu acho que é de subscrever. Tem é que ficar mais preto no branco exatamente aquilo que tem que ser atribuído a essas duas entidades que muito bem sugeriu. Portanto, ponto um, acho que a programação do TMG não deve ter um decréscimo de investimento, por parte da Câmara, como está previsto neste momento, deve-se manter, e, para além disso, deve-se aumentar o apoio dado a essas duas entidades que muito bem referiu. Portanto, é um bocadinho nesta perspetiva, não sei se me fiz entender, que eu gostaria de que essa Moção fosse mais esclarecedora. Era só isso. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de João Antão.” -----

- **Pedro Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (Independente):** “Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. A banalidade com que utilizamos a palavra descentralização diariamente, que a todos nos diz muito,

especialmente ao nosso território, entristece-me profundamente. Como Presidente de Freguesia, venho, desde já, pedir desculpas aos Presidentes de Junta de Freguesia de Famalicão e da Vila de Gonçalo, pois todas as verbas são bem-vindas para os nossos territórios para combater o principal problema que a todos nos diz muito, a perda de pais, avós, irmãos, amigos. E quão se esvai muita da sabedoria ancestral e cultura das nossas terras, mas também a capacidade de atrair os mais novos, os jovens, ou sejam, todos. Cultura é uma palavra tão vasta que bebemos dela diariamente. Às vezes nem nos apercebemos da importância que nos traz. Como tal, não podia deixar de me manifestar neste tema, pois tenho responsabilidades para com quem acreditou em mim para os representar, assim como cada um de nós, seja um Presidente de Junta ou membros eleitos para este plenário. Nunca, jamais, vou criticar o trabalho que desenvolvem os Centros Culturais que esta proposta aqui refere. Antes pelo contrário, aplaudo e reconheço o seu valor, mérito e inegável de proatividade. Mas a forma como este tema foi aqui apresentado, entristece-me profundamente. A descentralização da cultura deve ser mais, muito mais do que apenas a transferência de verbas para Centros Culturais. Não podemos olhar para a palavra cultura como se de uma prisioneira se tratasse, brotando apenas de uma placa ou acrílico onde paira o seu nome, o seu epíteto ou infraestruturas. E volto a dizer, é mais, é muito mais. Então os homens e as mulheres que hoje aqui estão, os homens e mulheres que já aqui estiveram, os homens e mulheres que os dias esqueceram de avisar o tempo, que fizeram parte de executivos, assembleias, plenários, homens e mulheres que trabalharam voluntariamente para que todos nós possamos usufruir de casas do povo, igrejas, campos de jogos, balneários, balneários públicos, palanques, casas de cultura da ação social, sedes de clubes, outros demais espaços para a prática desportiva, cultural, recreativas, não são dignas de receber os espetáculos assim como os centros culturais? Bem sei que vão contrapor com equipamentos construídos e com capacidade e o senhor Presidente, permita que diga, que merecem melhoramentos, requalificação, manutenção, assim como todas as casas do povo e todos os espaços culturais, todos os edifícios que diariamente, mensalmente, ou mesmo na época de verão de especial convívio e reencontro merecem essa mesma atenção. Dias de freguesia, festas populares, atividades recreativas, eventos de parcerias com associações, circuitos pedestres, eventos sociais e culturais com grupos que envolvem a comunidade e a comunidade é envolvida. Não podiam e deviam, com

estes 40 mil euros anuais que esta proposta refere, ser levados em conta? Dinamizando o território e a cultura, levando assim os espetáculos e eventos a todas as freguesias? Apoiados pelos colaboradores do município da área da cultura do nosso Teatro Municipal da Guarda e executivo, em vez de simplesmente transferir verbas sem planos, sem equidade, sem descentralização para o nosso território? Então estas iniciativas não são o maior sinal de cultura? Não são o que define a nossa região, o que nos distingue? Não é o que leva a sermos conhecidos pelo acolher beirão? Não serão estes eventos que nos fazem diferenciar? Isto sim é cultura. Ou só podemos rotular a cultura em eventos fechados em quatro paredes cingindo-se a uma placa? Este valor que, felizmente, vem para a Câmara da Guarda para o nosso TMG, é fruto de trabalho de todos. É fruto da fantástica agenda de um vasto conjunto de pessoas. Sim, também das coletividades das freguesias, dos grupos, das pessoas anónimas que tanto fizeram encher aquele espaço inundado as ruas da cidade, percorrendo todo o nosso concelho, sendo mesmo apregoado em vários pontos do país, seguido o modelo reconhecido por outros em cidades de outros países, sendo ponto de referência. Então não temos aqui a oportunidade de abrir a caixa? Não temos aqui oportunidade de começar algo único? Deus quer, o homem sonha, a obra nasce. Então, deixem-me também sonhar. Deixem o tio João, a D. Maria, o senhor Fernando, terem a oportunidade de terem um evento ou espetáculo na sua aldeia. Não deixem que esta oportunidade passe uma vez mais, pois o rasto de algodão de alguma chama já gasta já vai longe, porque a pedra lapidada, junto ao chafariz da aldeia, onde o velho castanheiro ou oliveira, apesar do tempo, ganha força mais uns dias, para que a força das suas folhas possa juntar, uma vez mais, naquela tarde de verão, os contos, as histórias dos tempos longínquos, onde a malha do centeio era um encontro para paixões, alegria, cooperação e ensinamento. Sinto que possa sair daqui uma ideia fantástica para as freguesias, para a cidade, para a nossa cultura. Mas sendo a moção apresentada desta forma, vou ter que votar desfavoravelmente, pois isto é tudo menos descentralização. Descentralize a cultura, senhor Presidente, e tenho a certeza de que todos os meus colegas Presidentes de Junta me acompanharão. Não são placas ou espaços, é a vida de cada comunidade. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre este tema? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “É assim. Concordando na generalidade com as duas intervenções que foram feitas, neste momento, dizer-vos uma coisa. Relativamente às verbas a transferir, tanto para o espaço cultural em Gonçalo, como para o espaço cultural em Famalicão, existem verbas no orçamento que poderão ser transferidas, não só verbas provenientes da rubrica do TMG, mas sim verbas, por exemplo, de eventos que este ano não foram realizados. Relativamente à descentralização da cultura, questiono onde é que estão os concertos de Natal das freguesias que seriam para passar para a Páscoa e que na Páscoa não vimos. É verdade, todos aqui concordamos com a descentralização da cultura. Mas temos que ser consequentes, e, portanto, nós apoiamos a cultura em todas as freguesias, mas não queremos ter centros culturais degradados que neste momento não estão a ser utilizados para o fim que foram criados. É isto.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente... Pode, faça favor.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada PG):** “De facto, só queria lembrar o senhor Deputado que houve os cantos da Quaresma, na Páscoa. Não sei se, por acaso, deu conta. Obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se o senhor Presidente da Câmara quer dizer alguma coisa? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Começo por cumprimentar a si e à restante Mesa, senhoras Vereadoras, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, neste que é o regresso a esta sala António de Almeida Santos. Esperemos que seja um regresso definitivo, que não sejamos visitados novamente por um qualquer episódio pandémico, para que nós possamos, em liberdade, no nosso quotidiano, podermos praticar a nossa democracia de uma forma livre, sem máscara, como aqui estamos. Esperemos que assim continuemos durante muitos e bons anos. É isso que todos nós desejamos e, em primeiro lugar, naturalmente, com saúde, porque, sem saúde, nada mais será possível. Sobre esta matéria, apenas dizer dois ou três apontamentos muito simples. Em primeiro lugar, senhor Deputado Miguel Borges, sejam bem-vindos à descentralização da cultura. Porque, vejam só, assistimos todos, assistiram todos... estamos todos de acordo nessa matéria. Assistiram todos àquilo que aconteceu nos últimos dias. O Centro de Estudos

Ibéricos, que é presidido pelo Presidente da Câmara da Guarda, fez efetivamente aquilo que é a descentralização da cultura, através da mostra da fotografia no território do todo concelhio, na cidade, nos espaços do município, na rua, nas escolas da cidade, em algumas IPSS's, em algumas freguesias. Olhe, em Famalicão da Serra, nos Trinta. Isso é descentralização da cultura. Portanto, aí, estamos todos imbuídos do mesmo espírito, para que não reste dúvida. Aliás, acho que não há ninguém aqui nesta sala que não esteja mesmo imbuído desse espírito da descentralização da cultura. Quantas e quantas vezes, nos lugares mais pequenos das nossas terras do nosso concelho, são feitas grandes atividades culturais, como foram feitas outrora? O Projeto Andarilho, honra a quem o fez na altura, e outros projetos que, nos últimos oito anos, também foram feitos. Importa, naturalmente, recuperar algumas atividades que estão muito amorfas. Estão, efetivamente, amorfas. Aliás, o período pandémico, também, convenhamos que não permitiu que tudo fosse feito, infelizmente. É altura da retoma, de uma retoma gradual. Mas aquilo que não pode acontecer é... e o orçamento municipal não é uma roleta russa, não é poker, deitar dinheiro para a frente das pessoas e resolvem-se os problemas. Tem que haver equidade, tem que haver princípios e tem que haver planos de atividades. Nós temos vindo a falar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, no caso concreto de Famalicão da Serra e de Gonçalo, para encontramos aqui uma forma de cooperação para reabirmos... aliás, ainda agora, no 25 de Abril, a Câmara da Guarda patrocinou, senhores Presidentes de Junta, a Câmara da Guarda patrocinou o espetáculo que houve no Centro Cultural de Gonçalo. Fomos nós que patrocinámos, tal como já patrocinámos aqui e ali de uma forma amiúde, mas tem que haver um critério objetivo, com planos de atividades dessas duas casas. Vejam só, falaremos mais à frente, há um regulamento de apoio às associações culturais que deve ser cumprido. Há associações culturais nestas duas freguesias e ainda bem que as há como há noutro local. Mas é também com equidade que devemos olhar para este regulamento, de que forma é que ele deve ser aplicado nesses dois casos que são, efetivamente, são as duas casas culturais, as duas casas da cultura do nosso concelho, para além do TMG, que melhores condições têm. Mas há outras que também as terão, desde que se pague. E, por isso, aquilo que não pode acontecer é considerar que o orçamento municipal é uma pedra parideira. Sabem o que é uma pedra parideira em termos geológicos? O dinheiro não dá para tudo, porque, senão, os 20 mil euros que nós damos para Gonçalo e para

Famalicão vamos ter que dar para cada uma das outras Junta de Freguesia. E connosco é mesmo com equidade que nós tratamos isso, com planos de atividades bem definidos. É isso que nós temos estado a falar com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia e é isso que deve acontecer. Não é lançar dinheiro para cima da mesa, toma lá e já está resolvido. Planos de atividades efetivos. Pode ser menos ou até pode ser mais, mas é com planos de atividades, e nomeadamente com as associações culturais que existem em cada uma das freguesias do nosso concelho e na nossa cidade, que isso deve ser praticado. Vejam só, o edifício cultural de Gonçalo, têm a noção que nos últimos anos não tem havido qualquer investimento na sua recuperação? Esse ainda está a cargo do Município. Não sei porque é que não houve reparações nos últimos anos, mas nós estamos a preparar um procedimento, e olhe que vão ser largas dezenas de milhares de euros, porque o edifício, senhores Presidentes de Junta, o edifício ainda é da responsabilidade da Câmara Municipal da Guarda e vai ter que ser a Câmara Municipal da Guarda, porque a Câmara, independentemente dos políticos que cá passem, é uma pessoa do bem. É uma pessoa coletiva de bem e é isso que deve acontecer. E, portanto, nós vamos ter que gastar umas largas dezenas de milhares de euros a reabilitar o edifício cultural de Gonçalo, sob pena de entrar rapidamente numa espiral de ruína. Estão a ver? Não é preciso aprovar qualquer Moção sobre este ponto de vista. É a responsabilidade do Município que tem que ser, efetivamente, arranjado todo aquele espaço. E, por isso, nós consideramos que esta Moção, não sei se é Moção se é Recomendação, deixamos à vossa consideração, mas é no diálogo permanente com as Juntas de Freguesia, com equidade, que nós devemos fazer política todos os dias do nosso mandato. Muito obrigado senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o ponto à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

- **Descentralização da Cultura - Apoios aos Centros Culturais de Gonçalo e Famalicão** -
- Rejeitada, por maioria, com quarenta e nove votos contra, treze abstenções e catorze votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Continuamos, ainda, com as Moções ou Recomendações do Partido Socialista. Não sei qual pretende agora. Pela ordem, que eu tenho aqui, de entrada, é a Recomendação, Guarda uma Cidade Acessível. Entrou às

11h04. Senhor Deputado, peço desculpa só. Dos seis minutos que temos acordados, o Partido Socialista tem ainda quatro documentos, incluindo este, e tem um minuto e doze.” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Tentarei ser breve.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não têm cuidado no início...” -----

- **João Vaz, Deputado (PS):** “Bem, muito bom dia a todos. Cumprimento todos na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Vou, então, passar a apresentar a Recomendação, Guarda uma Cidade Acessível. «É cada vez mais importante trabalharmos no sentido da inclusão e independência das pessoas com deficiência. Com todos os obstáculos inerentes à sua condição, é responsabilidade dos governantes locais e centrais, mas também das comunidades, adotar políticas e posturas que promovam ao máximo estes objetivos. Por mais que o nosso governo esteja a dar largos passos no que toca a este tema, ainda estamos muito longe de garantir a autonomia destas pessoas. Nesta recomendação serão, à semelhança do que já foi feito no anterior mandato por este Grupo Municipal, exploradas as dificuldades das acessibilidades para pessoas com deficiências motoras no nosso concelho. Existem inúmeras situações na nossa cidade que nos deviam embaraçar no que toca a acessibilidades: Passeios, passadeiras ou serviços públicos sem rampas de acesso; Rampas de acesso a passeios, passadeiras ou serviços públicos com uma inclinação demasiado elevada para que possam ser utilizadas em segurança; Rampas de acesso a passeios, passadeiras ou serviços públicos cujo acesso está danificado, impossibilitando a utilização das mesmas; Passeios que têm acesso mas não têm saída; Passeios com postes de iluminação no meio, impossibilitando a passagem de uma cadeira de rodas; Equipamentos possuídos e/ou geridos pelo Município que não têm casas de banho para deficientes e Transportes públicos sem acesso. Este deve ser o momento onde quebramos todas as barreiras. Numa semana onde comemoramos a liberdade, não podemos entender como normal que existam pessoas reféns dentro das suas próprias casas, limitados pela inexistência de condições que lhe permitam viver a sua vida de forma digna. Se é verdade que, do que tenho conhecimento, a Junta de Freguesia da Guarda tem, prontamente, dado resposta às solicitações que têm sido feitas no sentido de resolver estas questões, a verdade é que, quando os cidadãos se defrontam com estes obstáculos, necessitam de uma resolução

imediate. Naquele momento terão que encontrar uma alternativa, muitas vezes mais distante, mais perigosa ou mais desconfortável. É urgente uma postura proativa no que toca a esta matéria. É responsabilidade de quem governa, garantir que nenhum cidadão que viva ou visite a Guarda fique impossibilitado de passear no centro histórico porque não tem transporte e que não é atropelado por não conseguir circular no passeio, ou que não pode receber o seu tratamento porque não tem acesso ao Centro de Saúde. Posto isto, propomos a criação de um gabinete de trabalho, com o objetivo de identificar os locais onde existam estes obstáculos e fazer o devido encaminhamento para os órgãos competentes de modo a resolver a questão, seja a própria Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia.» Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar usar a palavra e pronunciar-se sobre esta Recomendação, faça favor. Tem a palavra.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Ora, bom dia a todos. De facto, este é um tema que a todos nós nos preocupa, sem dúvida nenhuma. As acessibilidades é um tema que já foi trazido aqui várias vezes a esta assembleia, é um tema recorrente a esta assembleia, é um tema que vários executivos, sejam eles quais foram, não conseguiram, não conseguiram resolver. Agora, eu faço uma questão. O PRR tem, precisamente, fundos para esta situação. O PRR, cuja gestão está no governo socialista, tem fundos para resolver esta questão. Tenho a certeza absoluta que este executivo está mais que preparado e tenho a certeza absoluta que este executivo está mais do que capacitado para concorrer a esses fundos, desde que eles sejam disponibilizados. É preciso é que esses fundos sejam disponibilizados. Quanto à equipa de trabalho, eu tenho conhecimento, e alguns de nós que já andamos nisto há alguns anos, lembro-me, por exemplo, ali o Professor João Prata, Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, conhece, com certeza, um projeto que está em andamento, que é precisamente o rebaixamento das passadeiras, nesse sentido das acessibilidades. Agora, esperamos, esperamos que também o governo do partido socialista dê os fundos necessários às autarquias para que elas possam fazer, verdadeiramente, esse trabalho das acessibilidades. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Senhor Presidente... senhora Deputada, faz favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia a todas e a todos. Sintam-se cumprimentados no bom dia. Queria só reforçar que sim, é necessário financiamento, mas não passa só por isso. Atualmente têm sido feitas algumas obras de passeios, inclusivamente na cidade da Guarda. Daquilo que vi, sim, as passeadeiras têm uma rampa. No entanto, também continuamos a ter presença de postes nos passeios. Portanto, reforçar: sim, precisamos de financiamento, mas sim, também precisamos de vontade. Portanto, não vamos apenas romantizar as coisas com dinheiro. Precisamos das duas coisas e elas não têm acontecido na Guarda, mesmo que digamos que sim. É preciso rever o que está feito, é preciso ter atenção àquilo que se faz no futuro. Com licença.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar? A mesa entende que esta Recomendação... senhor Presidente, peço desculpa. Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Apenas aqui um outro apontamento. Esta é, sem dúvida, senhor Deputado, uma preocupação de todos. Isso é inquestionável. Todos nós nesta assembleia, dentro e fora dela. Porque nós nunca nos podemos esquecer de um princípio muito simples, é que hoje são os outros e amanhã somos nós. É mesmo assim. Infelizmente, a vida tem-nos pregado a alguns familiares de algumas pessoas, nomeadamente aqui presentes, tem ditado essa regra infeliz, mas é verdade. E, por isso, essa preocupação, e eu acompanho-o nessa preocupação, e acho que todos o acompanhamos nessa sua preocupação em matéria de acessibilidades. Mas, eu devo dizer aqui uma coisa, porque é bom que não nos esqueçamos, o diagnóstico da cidade está todo feito. 99% está feito. Há um projeto que foi feito, chamado projeto Rampa, foi feito e financiado há dez anos atrás, sensivelmente. Há dez anos atrás. E não foi só na Guarda, foi em grande parte do país. E essa é a bíblia que deve ser seguida todos os dias. Esse projeto Rampa, a ser todo implementado, custará milhões de euros o projeto na sua totalidade. Para se conseguir fazer num curto ou médio espaço de tempo, só alavancado com fundos comunitários. E

sabemos que o PRR está a trabalhar nessa matéria. Temos esse conhecimento porque já tivemos uma ou outra reunião, e está a trabalhar nessa matéria, mas só com a alavanca dos fundos comunitários é que será possível fazer, no médio prazo, todas as obras necessárias que estão previstas no projeto Rampa, que são necessárias. E, portanto, nós estamos a caminhar para que o PRR possa apoiar no todo, ou em parte, esses investimentos, dessas obras necessárias aos edifícios públicos, nos espaços públicos, por toda a cidade. Quantas e quantas vezes nós mesmos, não é preciso andar de cadeira de rodas ou de muletas, quantos de nós, às vezes, a subirmos um passeio, sem darmos contra, tropeçamos. E isto é acessibilidade. É uma coisa tão simples, mas, de facto, aqui vemos a dificuldade que muitas pessoas têm depois em transitar em algumas ruas da cidade. E não muito longe para podemos verificar isto, basta irmos aqui ao lado, quem vai para a Segurança Social. Passar da Câmara Municipal para a Segurança Social, não tem rampa de acesso, tem um degrau. E é isso que, diariamente, está a ser feito também pelos funcionários do Município, que têm um plano para fazer as acessibilidades nas passeadeiras e nos passeios da cidade. É um trabalho e contínuo que está a ser feito. E, nomeadamente, a questão dos postes. Eu sou muito sensível a essa matéria. Cada vez que é necessário colocar um poste qualquer na cidade, seja um poste de eletricidade, ou seja um semáforo, eu questiono qual é a largura fica. Eu questiono sempre, tem que haver essa preocupação. Porquê? Porque temos que estar todos sensíveis e imbuídos do mesmo espírito. É precisamente esse o trabalho que deve ser feito. Olhem, vejam só, eu, no passado, aqui há uns quatro ou cinco anos atrás, fiz uma ordem escrita para que nunca mais se fizesse um projeto nesta casa sem que as passeadeiras fossem acessíveis, com as regras todas, com aquele ladrilhado pitonado e outro com as guias também para os cegos e os amblíopes. E, portanto, sei bem o que isso é e estamos todos imbuídos desse espírito para que, no futuro, estejamos nós, estejam outros, como já estiveram outros no passado, seja sempre o caminho da persecução das acessibilidades na nossa cidade. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Continuávamos com o Partido Socialista, que tem ainda três documentos. Não sei qual pretende agora, trazendo à colação que o tempo de leitura já foi ultrapassado. Eu sei que há aqui... diga? Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Senhor Presidente, relativamente à questão da reunião de líderes que nós tivemos, reunião de líderes essa onde seria para apresentar rapidamente o Regimento na próxima reunião, realmente foi falado seis minutos de intervenção, sendo que também foi dito que a leitura das Moções não contariam para esses seis minutos. Eu tive oportunidade de perguntar à Deputada do Bloco de Esquerda se, por acaso, eu estava enganado, mas ficamos os dois com a mesma perceção. Não sei se os outros líderes concordam comigo na questão de que foi isso, mais ou menos, que ficou definido. Senhor Presidente, eu não lhe pedia, porque também não queremos estar aqui a gastar muito tempo com muitas coisas mas é assim, também, hoje, se olharmos para os pontos da assembleia municipal, perceberemos todos, não sei, que provavelmente os pontos serão votados, quer dizer, pelo Partido Socialista, rapidamente e quase todos favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se não se importam... se não se importam...” -

- **António Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Peço desculpa. Aquilo que ficou predefinido é que, além do tempo da discussão política que cada grupo municipal e que cada deputado independente tem, dar-se-ia, adicionalmente, seis minutos, fora dessa contagem, para leitura das moções, recomendações. Portanto, são esses seis minutos que estamos a utilizar para a leitura, de cada grupo político, das moções que entraram. O que acontece é que se está a ultrapassar esse tempo. Podem sempre entrar dentro do tempo da discussão política, vocês utilizam o tempo da forma que entenderem. Os seis minutos foi um bónus adicional aos tempos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, quer continuar?” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Senhor Presidente da Mesa, obrigado por esta amabilidade e passaria a ler o Voto de Louvor. «Era tradição, na sessão solene do Dia da Cidade, convidar uma personalidade para fazer o discurso de elogio à Guarda. Na sessão solene do Oitavo Centenário, realizada no dia 27 de novembro de 1999, o discurso de homenagem à Guarda foi proferido por Eduardo Lourenço. Este discurso intitulado Oito Séculos de Ativa Solidão foi seguramente o melhor elogio alguma vez feito a esta cidade, desmistificando alguns dos seus complexos, nomeadamente a sua interioridade, e realçando as suas virtualidades. Esta fatalidade de ser interior, ensina-nos Eduardo Lourenço, é mais fruto da história do que da geografia, e que a Guarda, diz ele, “só é

interior depois que Portugal se define por um mar que não fica longe para ninguém, mas então era como um outro planeta. Nos seus começos, esta cidade e a velha beira ... foram não apenas fronteira mas coração de Portugal”. Mas este mar que a Guarda não recebeu, está há séculos diante dela, chama-se Europa. Ao contrário do que nos tentaram convencer durante muitos anos, a Guarda não é interior mas centro, e é esta centralidade que a deve converter no, diz Eduardo Lourenço, “elo natural do novo diálogo em que a invenção da Europa converteu a Península”. A Guarda teve a capacidade de tornar realidade esta utopia de Eduardo Lourenço, fazendo dela “a sentinela dum futuro”, diz Eduardo Lourenço, “para uma Ibéria que é um dos pólos desta Europa onde todos nós queremos estar e, onde querendo ou não já estamos”. Passado um ano do desafio lançado por Eduardo Lourenço, no dia 27 de novembro de 2000 foi assinado o protocolo para a constituição do Centro de Estudos Ibéricos pela Câmara Municipal da Guarda, a Universidade de Coimbra e a Universidade de Salamanca, a que se veio juntar mais tarde o Instituto Politécnico da Guarda. O CEI adota como lema o Espírito da Guarda, para simbolizar a sua missão de diálogo e cooperação. Foi na Guarda no ano de 1976, numa reunião havida entre os ministros dos negócios estrangeiro de Portugal e Espanha, Melo Antunes e José Maria Areilza, que foi colocado fim ao Pacto Ibérico e iniciado um tempo de diálogo e de cooperação, iniciado o tempo da democracia. Ao longo de duas décadas, o CEI assumiu-se como um espaço de diálogo, de cooperação, de investigação e de promoção, tornou a Guarda sentinela e centro desta Ibéria. Foram tantas as atividades realizadas, tantas as personalidades que participaram, tantas as cumplicidades que se estabeleceram. Foi no CEI que pela primeira vez a Universidade de Coimbra sai fora de portas e pertence a uma instituição exterior à universidade. É com o CEI que duas das universidades mais antigas do mundo, Coimbra e Salamanca, são, pela primeira vez, fundadoras da mesma instituição. Foi no CEI que estas duas instituições, numa reunião realizada na Guarda, assumem a dupla titulação. O CEI, para surpresa do seu Diretor Honorífico que afirmou que só na sua terra tinham levado uma ideia sua a sério, é e esperamos continuará a fazer da Guarda sentinela desta Ibéria. Passadas duas décadas, o sonho de Eduardo Lourenço tem um novo impulso, desta vez pelo empenho e dedicação da ministra e deputada desta Assembleia Municipal, Ana Mendes Godinho. A Comissão Europeia, após reuniões do Conselho dos Ministros do Emprego e Assuntos Sociais e do Comité Económico Social e

Europeu, elaborou o Plano de Ação para Economia Social, tendo como objetivo impulsionar a inovação social em toda a União Europeia. Segundo o Comissário Nicolas Schmit “as organizações da economia social enfrentam dificuldades no desenvolvimento e expansão das suas atividades”, necessitando de mais e melhor apoio. Torna-se necessário, reconhece o Comissário, “ajudar” e cito “a economia social europeia a prosperar, tirando partido do seu potencial económico e de criação de postos de trabalho, bem como da sua contribuição para uma recuperação justa e inclusiva, e para as transições ecológica e digital”. Para responder a estes objetivos, este plano prevê, em 2022, a criação do Centro Europeu de Competências para a Inovação Social, que ficará localizada, disse a ministra espanhola Yolanda Díaz, “na cidade da Ana”. Este centro ibérico será a primeira estrutura do futuro Centro Europeu de Competências para a Inovação Social, anunciado no mês de dezembro de 2021. A ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, no passado dia 8, na Assembleia da República, reafirmou a escolha da Guarda para receber este novo Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social, realçando, e cito, “a grande prioridade dada à criação de um centro de competências dedicado à economia social, pela primeira vez, que vai acontecer na Guarda”, como consequência do memorando de entendimento assinado no passado mês de janeiro, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda no âmbito do Centro de Estudos Ibéricos. Este centro, numa parceria com o governo de Espanha, abarcará a economia social de toda a Península Ibérica, podendo, a partir de agora, afirmou a nossa ministra, trabalhar “do nosso centro nevrálgico da Península Ibérica, para qualquer parte do mundo”. Contudo, a escolha da Guarda não é fruto do acaso. Por um lado, é resultado da experiência acumulada nos últimos anos, com a localização na Guarda da Secretaria de Estado da Ação Social. Durante os últimos anos, a Guarda foi o centro de decisão de muitas iniciativas que se tomaram na área social, foi o espaço onde se desenharam projetos, onde se inovou. É este passado que justifica e fundamenta a localização na Guarda do Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social. Uma estrutura transitória e efémera como era a Secretaria de Estado da Ação Social, será substituída por uma instituição perene, com uma presença permanente no território como é este Centro. Por outro lado, as ideias e os projetos não nascem da terra como o húmus, elas

são resultado da vontade e dedicação dos homens e mulheres. A localização deste Centro Ibérico na Guarda tem uma marca, tem um nome, tem um rosto, a nossa ministra e deputada Ana Mendes Godinho. Só a sua tenacidade, o seu empenho, o amor a esta terra que nunca esqueceu nem nunca a esquecerá, tornaram possível que a utopia de Eduardo Lourenço, passado duas décadas, continue a realizar-se. Se o Centro de Estudos Ibéricos foi o primeiro momento deste sonho, o Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social é o seu segundo momento, para fazer da Guarda sentinela e centro da Ibéria. Por todas as razões anteriormente anunciadas, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Guarda propõe: 1 - Que seja aprovado um voto de louvor à deputada municipal Ana Mendes Godinho, pela decisão tomada, enquanto ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de sediar na Guarda o Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social. 2- Que seja dado conhecimento deste voto de louvor ao governo, ao primeiro ministro e à ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.» Muito Obrigado pela vossa paciência.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre este tema? Tem a palavra. Faça favor, senhor Deputado.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Mais uma vez, bom dia. Eu acho estranho, eu acho muito estranho. O voto de louvor, sem dúvida nenhuma, acompanhamos o voto de louvor pela efetivação a sediar na Guarda o Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social, assim esperamos que ele se concretize. Assim esperamos. Mas temos que também aqui dar um voto de louvor à cooperação institucional que o Executivo teve para com o Governo, sobretudo na questão do CEI. Porque, senão, não saberíamos onde iria parar este Centro de Inovação. O Executivo sugeriu o CEI numa reunião. Acho que isso é público, isso é do conhecimento público que foi este Executivo que sugeriu essa colaboração com o Centro de Estudos Ibérico. E, portanto, fazermos um voto de louvor simplesmente à senhora ministra por todo o trabalho que ela desenvolveu, sem dúvida nenhuma, juntamente com a senhora ministra congénere espanhola, acompanhamos esse voto de congratulação. Mas acreditamos que tenha que ser aqui acrescentando um segundo ou um terceiro ponto em que também seja dado um voto louvor à colaboração

institucional que esse Executivo tem com o Governo, nomeadamente nesta questão relativamente ao CEI.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor deputado. Faça o favor, tem a palavra.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio, se este Executivo não tivesse abraçado esta proposta e, como é óbvio, se o CEI não tivesse integrado esta proposta, provavelmente o Centro não seria aquilo que é hoje. Portanto, nesse sentido, acompanhamos as palavras do senhor Deputado e não temos qualquer tipo de problema em um colocar um segundo ponto onde chamemos a relevância do Centro de Estudos Ibéricos, em que o senhor Presidente da Câmara tem aí funções.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa. Era capaz... senhor Deputado Miguel Borges, era possível redigir? O senhor Deputado João Correia pediu a palavra. Enquanto lhe dava a palavra, podiam redigir. Senhor Deputado, faz favor. Muito obrigado.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Na realidade, votos de louvor, por promessas, estamos um bocadinho já fartos. O centro de prevenção rodoviária ainda não está cá, que eu saiba. Portanto, vamos aguardar. Voto de louvor quando as instituições chegarem à Guarda, sim. Até lá, aguardemos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Então, votamos depois. Mais dois temas. Façam favor, não sei... Teia de identidades e tradições e portal VisitGuarda. Não sei qual pretendem utilizar. Faça favor.” -----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Exmo. senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Só um pouco. Senhor Dr. João Correia, cede tempo? Discussão política. Mas a sua, já me disse mais ou menos que tempo é que demora, não há problema. Não tem problema nenhum. Faça favor, peço desculpa.” ----

- **Pedro Pinto, Deputado (PS):** “Muito obrigado. Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais Membros da Mesa, Exmo. Presidente da Câmara Municipal, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, caras e caros Presidentes de Junta, publico presente e que nos acompanha através dos meios digitais, Órgão da Comunicação Social, Técnicos da Autarquia. «É incontornável o papel que têm

hoje as plataformas digitais na vida de qualquer instituição, coletividade ou empresa, cidade, vila ou aldeia. O que não é visto não se conhece. Nesse sentido, a informação, no formato digital, deve ser uma prioridade, ser de fácil acesso e estar disponível para todos. O Município da Guarda precisa de um novo Portal Digital direcionado para o Turismo. Mas não só, um espaço que seja apelativo, intuitivo e esteja bem organizado. No caso do portal do Município, que há já muito tempo se encontra em fase beta, em desenvolvimento, não é atraente e tem sido usado essencialmente para publicação de informação institucional. É tempo de mudar, é tempo de inovar e aumentar, desta forma, a nossa pegada digital. A Guarda precisa de um portal digital que dê a conhecer todo o nosso concelho aos quatro cantos do mundo. Um portal multi-idioma, sedutor, que não deixe indiferente quem o visita. O novo portal pode ser um importante cartão de visita para turistas, empreendedores e investidores, estudantes e toda a comunidade e visitantes. É urgente reunir informação e apostar num portal que dignifique a nossa Guarda, o nosso património, as nossas iguarias, a nossa gente. O que podemos fazer no concelho da Guarda? Onde podemos praticar turismo de natureza? É estratégico dar a conhecer as nossas praias fluviais, cascatas e recantos apaixonantes. O que podemos visitar e como podemos lá chegar. Um espaço onde, à boa moda guardense, abrimos a porta aos visitantes, damos a conhecer as nossas iguarias, os pratos típicos da região, os nossos costumes. Um portal que disponibilize pacotes turísticos que ajudem a fomentar a economia da região, informações sobre alojamento local, onde comer, lista de eventos e outras categorias que sejam interessantes destacar, uma boa galeria de fotos da região, mapas turísticos, cenários que todos possam partilhar nas redes sociais. Este portal de comunicação deve também disponibilizar canais de comunicação acessíveis, além dos tradicionais, como, por exemplo, a integração com o WhatsApp ou Telegram e até chatbots, os populares assistentes virtuais que nos ajudam a escolher com base em padrões e também na inteligência artificial. Nesse sentido, o grupo parlamentar do PS na Assembleia Municipal da Guarda propõe a criação e desenvolvimento de um portal VisitGuarda que agregue e centralize toda a informação anteriormente referida sobre o concelho da Guarda e que funcione como um complemento ao site do Município.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Faça favor, tem a palavra.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada, (PG):** “Começo por pedir desculpa porque há bocado não disse bom dia. Bom dia a todos. Só para dizer, relativamente à intervenção do senhor deputado Pedro Pinto, concordo com alguns aspetos, mas as nossas aldeias não têm rede. De aldeia em aldeia não há internet. Na Arrifana, por exemplo, só há sítios onde há internet, na Vela há sítios onde não há internet. Portanto, eu acho que falar de meios digitais é bom, mas também era bom que se pensasse este lado da questão, porque é fundamental até para os turistas que queremos atrair para o nosso território. Obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigada. Não sei se... faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Dulcineia Moura, Deputada (PSD):** “Ora, bom dia a todos. O senhor deputado Pedro Pinto, até porque somos amigos há aqui uma cumplicidade e nós sabemos que até temos as mesmas ambições para a Guarda. Porém devo dizer que, na minha opinião pessoal, a sugestão do Pedro Pinto não se ajusta tanto àquilo que é a oferta imperativa do Município da Guarda. Quando muito, o município, para além de garantir que a sua informação institucional funcione plenamente e de forma eficiente e chegue a todos os municípios, o que é que tem que fazer? Por ventura é que os parceiros que são financiados também pelo Município da Guarda, como o caso da Comunidade Intermunicipal das Beiras, o Turismo do Dentro de Portugal, a Guarda Digital, que garantam a informação que o deputado Pedro Pinto acabou de mencionar. Portanto, não tanto o Município assumir essa responsabilidade de consolidar toda a informação turística, mas procurar, por via de uma recomendação, que os parceiros, que também são financiados pelo Município da Guarda, garantam essa informação. Muito obrigada.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigada. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Presidente, faça favor.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito telegraficamente, senhor Deputado, acompanhamos, naturalmente, as duas intervenções. Claro que todos os parceiros, aliás, ainda para mais que recebem verbas do Município da Guarda, têm essa obrigação de o fazer. Porque no dia que não o

fizerem, colocamos em causa o investimento que é feito nessas instituições. No que diz respeito ao portal VisitGuarda, veja só, nós, em março de 2022, apresentámos uma candidatura precisamente para um portal VisitGuarda. Aguardamos a sua aprovação. Portanto, estamos todos imbuídos, precisamente, do espírito da necessidade de promover Guarda também sob o ponto de vista digital, e cada vez mais todos nós, hoje em dia, vamos a qualquer sítio do país, da região, do mundo, pegamos no nosso telemóvel e lá vamos à procura de um *Site* qualquer que nos dê as informações fidedignas. E, portanto, estamos perfeitamente todos alinhados nessa mesma estratégia, quanto mais não seja também para recuperar muito do tempo perdido que foi feito nesta área e temos muito que trabalhar nos próximos tempos. Muito obrigado, senhor Deputado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente da Câmara, muito obrigado. Damos por encerrado este tema e chamava, de novo, algum senhor Deputado do Partido Socialista para um último tema, Teia de Identidade e Tradições.” -----

- **Micael Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (PS):** “Bom dia. A Recomendação submetida a esta Assembleia Municipal, Teia de Identidade e Tradições, resumindo o seu conteúdo submetido, visa essencialmente o olhar atento do Município e do Museu da Guarda a todos os espaços museológicos do concelho. Criar uma teia de ligação potenciando a sua articulação em rede, construção de uma identidade comum que nos valorize, preservação e salvaguardar do património local, bem como apresentar as nossas tradições. Falamos em troca de saberes, experiências e maior diversidade cultural e promoção, como caso muito simples da divulgação dos seus horários de funcionamento e da sua riqueza patrimonial online e offline. Como Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo, posso apresentar o caso específico do Museu da Castanha que sobrevive, de uma forma isolada, sem qualquer...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Peço desculpa de o estar a interromper. O que foi entregue à Mesa é uma Recomendação Teia de Identidades e Tradições, mas o que o senhor Deputado está a ler não é rigorosamente nada do que a Mesa aqui tem.” -----

- **Micael Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (PS):** “É um resumo. Posso ler, na íntegra, o que submetemos...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ai está a resumir? Pronto, muito obrigado.” –

- **Micael Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia do Bispo (PS):** “É para poupar tempo. Se quiser que leia na integra... obrigado. Voltando aqui a dizer, o caso específico da Freguesia de Aldeia do Bispo, posso apresentar o caso específico do Museu da Castanha que sobrevive, de forma isolada, sem qualquer ligação de uma teia de ligação com a Guarda. Desta forma, o grupo do Partido Socialista recomenda a criação de uma teia de entidade e tradições, alargando a intervenção do Museu da Guarda aos pequenos museus, núcleos museológicos e centros interpretativos do concelho, contribuído, desta forma, para uma maior atratividade do nosso território e para a dinamização em rede das nossas freguesias rurais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Eu peço desculpa, é que eu estava a olhar para esta folha e para a sua e não batia, como diz o Presidente, a bota com a perdigota. Muito obrigado. Algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre esta recomendação? Senhor Presidente, faça o favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado, agradeço-lhe a sua intervenção. Ora aqui está uma intervenção com equidade no território. Para todos os museus e todos os centros interpretativos que existam no concelho. Esta é, efetivamente, uma proposta com equidade. Aliás, e eu concordo de tal forma com ela, porque, no passado fim de semana, quando visitei o museu, eu próprio lhe disse precisamente isto por outras palavras. Certo? Foi isso que falámos na nossa conversa informal que lá tivemos, que nós estávamos a estudar e estávamos a trabalhar precisamente nesta matéria, para que nós possamos apoiar todas as freguesias, na justa medida das existências dos museus, seja o Museu dos Meios, seja o Museu da Castanha, seja qualquer outro museu no nosso concelho, ou um centro interpretativo, precisamente para vos apoiar e trabalharmos todos em rede, sempre na prossecução da dinamização e da visualização do território. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Terminámos as moções e recomendações do Partido Socialista. Faltará depois a questão que estão a ultimar. Dava, agora, a palavra à senhora Deputada do CDS, que tem duas, uma moção e uma recomendação. Faça favor. Muito obrigado.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Bom dia a todos, sintam-se cumprimentados na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. «Criação de um Festival de Teatro Amador. O teatro é uma modalidade artística que privilegia o uso da linguagem e promove o desenvolvimento da imaginação e do pensamento generalizante. Como atividade coletiva, o teatro promove uma forma especial de interação e cooperação entre os sujeitos. O teatro revela-se como um importante e eficiente recurso psicopedagógico, de vasta possibilidade de utilização até, por exemplo, dentro da escola, reduzindo ou eliminando alguns obstáculos no processo educativo e no desenvolvimento integral dos sujeitos. São evidentes os efeitos positivos da prática de teatro na motivação, criatividade, comunicação e expressão, timidez e autoconhecimento. Enquanto expressão artística central no universo das artes, cuja origem se cruza com a própria origem da natureza humana, o teatro é a primeira invenção humana que permite ao indivíduo tornar-se capaz de todas as outras invenções e criações. Esses elementos espelham a importância desta forma de expressão artística que, embora tenha a sua origem nos palcos da Antiga Grécia, tem na contemporaneidade educativa terreno fértil para a sua (re) descoberta. O teatro tornou-se uma opção de cultura, lazer, entretenimento e reflexão. Além de favorecer outros inúmeros benefícios, como por exemplo, melhorar o sentido crítico sobre os acontecimentos do mundo. O que propomos é a realização de um Festival de Teatro Amador anual, durante uma semana ou durante vários fins de semana, à semelhança do que acontece noutras localidades. Poderia também haver durante esta semana ou fins de semana a aprendizagem do contacto com a parte técnica, do aprimoramento através do confronto com as necessárias adaptações de ideias. O emblemático festival terá como objetivo valorizar e promover o trabalho que as associações e escolas do distrito, e não só, realizam na expressão artística que é o teatro. Há o envolvimento de múltiplos participantes, entre ao quais alguns que podem ter vontade, mas não têm objetivo. É um desafio para os grupos escolares ou para os grupos amadores que existem e que são, desta forma, desafiados e motivados a trabalhar e a voltar ao palco. Este festival pode incluir, por exemplo, uma homenagem à personalidade teatral do ano. É importante divulgar aquilo que é o trabalho desenvolvido nas coletividades pelos atores, atrizes, encenadores, cenógrafos e técnicos e por toda a gente ligada ao teatro, porque eles fazem-no disponibilizando o seu tempo com altruísmo e nos momentos livres que

têm depois das suas atividades profissionais. Saliento o facto de não haver nenhum projeto de festival de teatro amador no distrito e que poderia ser uma forma de criar uma verdadeira rede teatral entre os grupos que existem. É de notar que este Festival não é para competir com outros festivais que possam acontecer no município, mas é sim muito mais para motivar as instituições que ainda não têm trabalho a ser desenvolvido, para que não percam a ambição de ter uma peça.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema, criação de um festival de teatro amador? Nenhum senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Pode, faça favor” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhora Deputada, acho que todos acompanhamos esta moção, quanto mais não seja para fazermos cada vez mais política cultural com os de cá. É um chavão que já começa a passar entre todos e é bom que assim aconteça, até porque nós temos bons grupos de teatro aqui no nosso concelho: o Aquilo, o CalaFrio, o Gambozinos e Peobardos, Eréditas, e, portanto, eles devem ser apoiados na justa medida das suas necessidades, dos seus planos de atividades. Aliás, e é isso mesmo que nós já o fizemos na passada reunião de Câmara, com o apoio às associações culturais, também como é o caso. E, portanto, estamos todos imbuídos do mesmo espírito para a necessidade de apoiarmos, cada vez mais, as nossas coletividades locais, naturalmente para que possam prosseguir o seu objeto e, no caso concreto desta moção, o objeto que nos é proposto do festival de teatro amador, em sentido lato, em todo o concelho, e, portanto, naturalmente que nós devemos acompanhar essa sua moção.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Sendo uma moção, colocava à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Criação de um Festival de Teatro Amador** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, tem a palavra para a recomendação. Faça favor.” -----

- **Cláudia Ribeiro Reis, Deputada (CDS/PP):** “Damos valor à arte mas também damos valor à economia, como é obvio. E, portanto, a par da moção que acabei de apresentar, da criação de um festival de teatro amador, também temos uma recomendação da criação de uma feira regional dos enchidos. «O concelho necessita urgentemente de ações de dinamização empresarial, única forma de estancar e inverter a tendência de perda de população, tendência que se acentuou, de forma preocupante, nos últimos anos. Colocar a Guarda na agenda dos investidores deve ser a prioridade número um do município. O desenvolvimento é uma questão de velocidade e a Guarda não pode continuar a marcar passo. Hoje, o êxito dos autarcas é medido pela capacidade de atrair pessoas. E para atrair pessoas não é preciso muito dinheiro. Basta a sabedoria de deixar fazer, deixar a economia funcionar. É urgente derrubar burocracias, baixar taxas, libertar terrenos ao custo mais baixo possível, garantir estabilidade, clareza e transparência na relação com os empreendedores. O despovoamento do interior e da Guarda em particular está relacionado com o abandono das atividades económicas ancestrais e a ausência de emprego, em particular de emprego qualificado. Urge promover o mundo rural, o qual tem sido relegado para segundo plano ou simplesmente esquecido. A Câmara, entre outras coisas, pode e deve incentivar o associativismo agrícola e, sobretudo, ajudar a promover e a distribuir a produção local, como forma de alavancar a Cultura, o Património e até o Turismo. Neste sentido, o grupo municipal do CDS recomenda à Câmara Municipal da Guarda a criação de uma Feira Regional dos Enchidos a realizar anualmente.»” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar. Faça favor. Senhor Deputado.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Mais uma vez, bom dia a todos. Senhora Deputada, concordando na generalidade, tudo bem, mas eu acho que devemos dar mais um passo em frente. Todos nós já andámos por aí e em quase todo o lado na Europa se veem pequenas feiras de produtos hortícolas com vários objetivos, o primeiro, de promover mais alguma economia familiar, o segundo, de promover inclusivamente produtos biológicos e de maior qualidade também, e eu acho que seria uma coisa interessante para fazer na nossa cidade em complemento também com isso. Não sendo uma coisa anual, não era isso, mas poderia ser criado qualquer situação, Pinhel acho que tem uma

situação idêntica a esta que eu estou aqui a falar, eu acho que isso seria o motivo das pessoas se dedicarem um bocadinho mais à terra, tendo uma contrapartida, porque, se se fartam de trabalhar não tenho nenhuma contrapartida, não adianta estarem a ir por aí. Portanto, em complemento àquilo que estava a dizer, ideia com a qual também concordo, acho que tentar desenvolver uma coisa deste gênero, e não somos os inventores como eu já disse, vê-se no resto da Europa por todo lado, e em Pinhel, acho que faria sentido a Guarda também ter uma pequena feira de produtos agrícolas, caseiros, que estamos sempre a falar deles, mas que dificilmente temos acesso a eles. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PG):** “Bom dia a todos, novamente. É só para dizer duas ou três pequenas palavras. Concordo com a recomendação. Acho fantástico e acho que, por exemplo, quem me conhece sabe que tenho as minhas raízes em duas aldeias em que ainda há produção agrícola, felizmente, felizmente. E é importante promovermos precisamente esses produtos endógenos. Aliás, e cumprimento o senhor Presidente da Castanheira, conhecida como terra dos enchidos, também, precisamente. E, portanto, eu acho interessante a ideia, só que eu queria recordar que já existe uma feira, chama-se Feira Farta. Chama-se Feira Farta, que é Feira Farta precisamente, que é uma grande marca e que tem que se dar os parabéns aos Executivos anteriores, e quando é preciso dar os parabéns aos Executivos anteriores, dá-se os parabéns a todos os Executivos, na sua realização. E essa feira faz precisamente isso, a promoção dos produtos endógenos. Aliás, todos os senhores Presidente de Junta, todos os agricultores, todos os aqueles que produzem, são convidados para que, através dessa mesma exposição de produtos, possam expor. Agora, eu acrescento uma coisa e, se me permite, senhora Deputada, deixe-me acrescentar uma recomendação à recomendação. Senhor Presidente de Câmara, estimule ainda mais, mais Feiras Fartas, mais Feiras Fartas espalhadas pelo concelho. Falávamos há bocadinho na descentralização, descentralizemos também estas próprias feiras de produtos endógenos. Queremos propriamente essa marca de produtos endógenos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Dou.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia. Como é óbvio, acompanhamos e concordamos com a proposta. E relativamente à Feira Farta, dizer-vos que a Feira Farta, se calhar, teria que ser de quinze em quinze dias, quer dizer... porque os nossos... Não, não, não, senhor Deputado, não, é que a Feira Farta na altura em que é, há muitos produtos que nós temos endógenos de valor que não se aguentam mais do que quinze dias, quer dizer... e, portanto, quando nós estamos a pensar na Feira Farta, é pá, falemos, então, descentralizemos e esqueçamos o nome de Feira Farta, vamos fazemos feiras que sirvam todos os nossos municípios e aqueles que nos visitam.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Estando encerrado este ponto, voltando um pouco atrás, ao Voto de Louvor proposto pelo Partido Socialista, diz o seguinte a redação final: «Por todas as razões anteriormente anunciadas, o grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal da Guarda propõe: 1 - Que seja aprovado um Voto de Louvor à Deputada Municipal Ana Mendes Godinho, pela decisão tomada, enquanto Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, de sediar na Guarda o Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social. 2 - Que seja aprovado um Voto de Louvor pela cooperação institucional do Município, através do CEI, com o Governo. 3 - Que seja dado conhecimento deste Voto de Louvor ao Governo, ao Primeiro-Ministro e à Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho e ao Município da Guarda.» era este Voto de Louvor, com estas conclusões, que punha à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e cinco votos a favor, quinze abstenções e doze votos contra. -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Bom dia a todos. Portanto, dizer aqui que o grupo municipal do PSD votou contra, pelos motivos anteriormente invocados. Entendemos que de boas intenções estamos, os guardenses, cheios, e que promessas têm sido consecutivas e implementações efetivas, como foi dado o exemplo do centro de prevenção rodoviária, entre outros; portanto, estamos fartos de boas intenções. Parabenizar, sim, pela implementação, no papel, desse centro. O louvor será dado em

devido tempo quando, efetivamente, constataremos a sua implementação. A mesma coisa, como foi incluído no mesmo voto de louvor o município, já tínhamos manifestado que era prematuro, a nosso ver, o voto louvor, como não foi alterada essa questão, votámos contra. Dizer também que, parece-nos, foi falado aqui anteriormente pelo senhor Deputado Tiago parabenizar as boas iniciativas anteriores, é certo que devemos parabenizar sempre que há boas iniciativas. Mas daí até votos do louvor, começamos a tornar os votos de louvor, se calhar, demasiado corriqueiros e um voto de louvor deve ser, de facto, efetivamente, por atos concretos e efetivos que se denotam, face às outras iniciativas, positivas. E era só. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Tem a palavra, agora, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata. Voto de louvor. Tem dois, não é? Então, mas pode... tem um tema seu, Dr. João Correia, tem um tema... voto de louvor? Então, faz favor.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PS):** “Mais uma vez, bom dia a todos. Fazer aqui só uma pequena primeira abordagem a este voto louvor que o grupo parlamentar do PSD está a propor, dizendo que é indiscutível que as coisas têm que ser feitas, sempre, sempre, sempre em prol do bem-estar da população. E é muito difícil haver situações isoladas que consigam isto. Portanto, eu acho que esta situação é o fruto disso mesmo. Há a construção de um TMG, há a programação de um TMG e há um prémio ganho por esse TMG. E, então, para não perder mais tempo, começo a ler. «A Guarda é, desde há muito, uma cidade da cultura: a afluência de espectadores ao antigo Teatro das Beiras era de tal ordem que as companhias se mantinham na nossa cidade muito além do tempo previsto. Em 25/04/2005 foi inaugurado o TMG, obra que tem contribuído para que a Guarda continue voltada para a cultura, sendo, por isso mesmo, uma referência regional e nacional. A notoriedade da programação do TMG tem vindo a aumentar de forma constante e consistente nos últimos anos, a provar esse facto está o aumento de espectadores que, cada vez em maior número, marcam presença nos espetáculos lá realizados. Consciente da qualidade da programação apresentada até ao momento, bem como a qualidade artística e diversidade do plano de programação, originalidade, inovação e relevância cultural para os próximos quatro anos, o TMG apresentou uma candidatura ao concurso de Teatros e Cineteatros Portugueses, aberto pela Direção

Geral das Artes. O resultado deste concurso, analisado por um júri independente, colocou o TMG entre os doze melhores do país, tendo sido atribuído um prémio de oitocentos mil euros, com entregas anuais de duzentos mil. Este excelente resultado é o corolário de um empenho contínuo de quem tem claro um rumo para a cultura da nossa cidade, trabalho bem desenvolvido pelo atual programador e coordenador do TMG, Victor Afonso. Desta forma a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária a 27 de abril de 2022, atribui um Voto de Louvor a Victor Afonso, funcionário desta Câmara Municipal da Guarda, pelo empenho dedicado à cultura contribuindo para o reconhecimento da nossa cidade muito além das nossas fronteiras.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora deputada ou senhor deputado deseja intervir? Deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Mais uma vez, muito bom dia. Em primeiro lugar, dizer que iremos votar favoravelmente esta moção, reconhecemos justo este voto louvor e este elogio ao Dr. Victor Afonso e ao Teatro Municipal, mas gostaria de referir algumas questões. Em primeiro lugar, o texto tem algumas imprecisões. Diz que tem vindo a aumentar de forma consistente nos últimos anos, isso não é verdade. Lá chegará a altura, um dia, em que teremos que avaliar os primeiros oito anos com os últimos oito anos, 2005 a 2013 e 2013 a 2021, e temos de fazer esta comparação. Apesar de tudo, quero aqui publicamente reconhecer o esforço e empenho que foi feito e continua a ser feito para que aquela casa seja um espaço de qualidade, com uma programação exigente e eclética. E espero que mantenha esse rumo e esse caminho. Em segundo lugar, dizer que, de facto, este TMG tem o seu reconhecimento além fronteiras. Foi o primeiro teatro municipal que pertenceu a uma rede internacional de cineteatros, a Rede Internacional de Teatros de Castilla y León desde a sua formação. Aliás, a Junta de Castilla y León, o único equipamento cultural que escolheu para fazer parte da sua rede foi o Teatro Municipal da Guarda, enquanto essa rede existiu. E, portanto, essa projeção internacional, com produções conjuntas com a Junta de Castilla y León e com os outros teatros, com uma programação de qualidade, foi feita durante alguns anos. Portanto, essa projeção internacional, o teatro assumiu-a desde a primeira oportunidade. Dizer igualmente que só é possível estarmos aqui a discutir e a dar este voto desta

candidatura, porque houve um Governo e um Ministério da Cultura que, pela primeira vez, criou uma rede nacional de cineteatros, uma exigência do Teatro Municipal e, nomeadamente, desta Câmara Municipal durante muitos anos. Havia uma situação injusta, alguns teatros, nomeadamente aqueles que pertenciam ao CAE, eram financiados pelo Ministério da Cultura e o Teatro Municipal apenas no primeiro ano foi financiado pelo apoio mecenato da tabaqueira nacional e nunca mais voltou a ter qualquer apoio do Governo e do Ministério da Cultura. Aliás, estranho era um teatro que era financiado pelo Governo Espanhol, Junta de Castilla y León e não era financiado pelo Governo Português. E essa injustiça foi reparada com este Governo e com a criação desta Rede Nacional de Cineteatros. E, por isso, o nosso apoio. Por último, só para terminar, peço desculpa, senhor Presidente, gostaria de elogiar aqui, este elogio, este Voto de Louvor é justo ao Dr. Victor Afonso, gostaria de acrescentar algumas personalidades que também podiam e devem estar neste Voto de Louvor, nomeadamente a Chefe da Divisão da Cultura, e gostaria de elogiar todos os técnicos da área da cultura, que permitiram que a Guarda tivesse um projeto cultural de uma forma consistente e de qualidade. E eu gostaria que esse Voto de Louvor ao Dr. Vítor Afonso, justo, à sua Chefe de Divisão, a Dra. Alexandra Isidro e a todos os técnicos da área da cultura. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Só dizer-vos claramente, para que não fiquem dúvidas, que nós iremos votar favoravelmente desde que, no texto, seja incluída também a equipa, ok? Só assim votaremos favoravelmente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Faça favor, senhora Deputada.” -----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. É assim. No âmbito da reformulação da política cultural do Município, resultado da estreita articulação e colaboração entre o Executivo Municipal e as equipas técnicas do TMG, de facto, foi possível submeter, em dezembro de 2021, esta candidatura ao concurso de apoio à programação da rede de teatros e cineteatros portugueses, promovido, e muito bem,

pela Direção Geral das Artes. Este concurso, nós concordamos que traduz nitidamente a ideia daquilo que deve ser uma política descentralizadora da cultura, com a qual este Executivo Municipal, tenho a certeza disso, e o grupo municipal do Movimento Pela Guarda, estão inteiramente de acordo. E estamos naturalmente confiantes de que outras iniciativas desde mesmo género venham a surgir no futuro e que assim se permita que a cultura efetivamente chegue a públicos diferenciados e que tenhamos, de facto, uma cultura para todos. Contudo, esta candidatura foi integralmente assente no saber e capacidades deste nosso equipamento cultural, dos seus técnicos, dos seus colaboradores em estreita articulação com o Executivo Municipal. E todo este conjunto de pessoas envolvidas permitiram ao TMG ser uma das trinta e oito estruturas culturais do país que vai usufruir do apoio à programação no próximo quadriénio, 2022-2025. Isto, no nosso entendimento, deveria ficar claro. Este resultado só foi possível com o reconhecimento institucional do trabalho que vem sendo desenvolvido ao longo destes dezassete anos de existência do TMG. Todas as equipas técnicas, dirigentes que por aqui passaram, naturalmente as atuais, sejam colaboradores, técnicos ou dirigentes. Todos os envolvidos. E, obviamente, com uma estreita coordenação política e colaboração do Executivo Municipal. Realmente, já foi aqui referido, o TMG vê, desta forma, salvaguardada uma verba aproximada de 500 mil euros anuais para a programação e estão reunidas as condições para que esta sala de espetáculos, destacada já fora do país e está posicionada entre as doze melhores, esta candidatura, nomeadamente, entre as doze melhores do país que vão usufruir do apoio máximo à programação para este quadriénio. Os tais 800 mil euros em tranches de 200 mil euros anuais. É este o caminho que todos ambicionamos para o TMG. Temos que felicitar todos, sem exceção. Daí nós entendermos que a proposta aqui apresentada pelo PSD é redutora ao centralizar o mérito desta candidatura numa só pessoa, devendo, concordamos com ela, mas devem ser abrangidos todos os envolvidos neste processo, sejam colaboradores, sejam técnicos, chefes de divisão e todos aqueles que deram o seu contributo. Tão só. É este o caminho. Mas citando Albert Einstein, dizia que o único local onde o sucesso vem antes do trabalho é mesmo só no dicionário. Portanto, estamos certos de que a equipa do TMG vai continuar a desenvolver o excelente trabalho que tem feito até agora, em colaboração com os seus quadros técnicos, obviamente, da cultura, e em estreita articulação e colaboração com o Executivo Municipal. Bem-haja a todos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado.” -----

- **Pedro Nobre, Deputado (PSD):** “Olhe, francamente, nem sei por onde começar. Vamos começar pelo princípio. Estende-se a Victor Afonso e à restante equipa do TMG. Agora, há aqui pontos que, se calhar, algumas intervenções não sabem bem o critério de avaliação para se ter ganho este prémio. 45% deste prémio, da avaliação que foi feita, é à qualidade artística, diversidade de programação, originalidade, inovação e relevância cultural. É para o futuro. 15% entidade e equipa, o historial e o mérito do teatro. 15%, historial. Estão a ver? Estão a ver do que é que estou a falar? Portanto, eu, quando comecei a minha intervenção, eu disse que isto não era um ato isolado. Acho que devem ter memória disso. Não é uma situação isolada. Isto é o corolário de uma situação que começou, se quiserem, no momento em que foi inaugurado o TMG e que, graças às pessoas que lá passaram, o TMG conseguiu ir além das fronteiras. Mas neste caso concreto, neste caso concreto o mérito está naquilo que vai acontecer e a programação que foi submetida a avaliação para os próximos quatro anos. E essa programação, esse mérito, é dado ao atual coordenador do TMG e, muito bem, à restante equipa orientada por ele. Agora, não vamos dizer que o mérito é do D. Afonso Henriques, também, calma lá. Vamos lá com calma. Atenção. Portanto, altera-se o texto, senhor Presidente, para Vitor Afonso e equipa ou equipas, eu acho que é equipa do TMG, e é assim, então, que este Voto de Louvor será submetido à votação. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado. Senhora Deputada, faça favor.” ----

- **Sandra Macedo Madeira, Deputada (PG):** “Só dar aqui uma pequena achega. De acordo com o que o Deputado Pedro Nobre referiu, sim senhor, é. Mas não podemos continuar com este discurso de haver aqui entidades estanques. E o Executivo Municipal não tem uma intervenção? Mas o TMG é independente, é uma entidade que não colabora com o Executivo Municipal? O Executivo Municipal não tem contacto com aquilo que é a programação e não ouve técnicos da cultura, não ouve ninguém? É só isso. Colaboração de todos. De uma vez por todas deixemos de andar aqui com... não vale a pena. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Só para defesa da honra, porque, senão...

Não, faz favor, estou a brincar.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Nós não achamos, sinceramente, acompanhando grande parte daquilo que aqui foi dito, achamos que estar, neste momento, a personificar um técnico da Câmara, isto, sim, é colocar os votos de louvor como qualquer coisa que não tem nada a ver de acordo com aquilo que você disseram. Desculpem lá.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja falar? Permitam-me que, excecionalmente, e como Deputado Municipal que sou, dê aqui a minha opinião muito rápida. Costuma-se dizer que um homem sozinho destrói o mundo, e é o que receamos, mas nenhum homem sozinho constrói o mundo. Segunda nota, eu penso que este voto é redutor ao máximo. Na sequência do que acabei de dizer, não foi só o Dr. Victor Afonso que faz isto, são todos os outros. Mas, se me permitem, vou mais longe. Creio que é sobretudo, e a minha formação de jurista procura equidade dentro de todos os meus limites, como é obvio, eu penso que é manifestamente injusto para todos os técnicos e funcionários da Câmara Municipal da Guarda que, todos os dias, dão o melhor de si mesmos. Que todos os dias dão o melhor de si mesmos. E vou terminar, o que diríamos daquele funcionário das águas que está desde as 06h30/07h00 da manhã, a reparar uma conduta às 09h00 da noite, em pleno inverno, e que às 10h00 da noite, com a água da conduta, levou um banho. Esse não merece? Muito obrigado. Tenho dito. Sugeria, permitia-me sugerir, melhor dizendo, ao grupo parlamentar do PSD se, eventualmente, quisesse compor este voto, ainda para ser decidido hoje, ou... mas o senhor das condutas é tao importante como o outro senhor... não, mas quer compor? É porque, senão, fica só assim... mas têm que fazer uma redação porque é isto que vai ficar para história... mas eu não sei... senhora Deputada, ponha-se no meu lugar. Vamos votar o quê, em concreto, à semelhança do que fizemos com o Partido Socialista? Façam uma alteração. Pedro, faz favor, faça aí uma alteração. Tem a palavra agora a senhora Deputada do Bloco de Esquerda. Faça favor. Escolha. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Bom dia. Vou iniciar, então, pela Moção pela realização de Sessões Solenes da AM comemorativas do 25 de Abril. «O ano de 2022 marca o arranque das celebrações do aniversário número cinquenta da Revolução de Abril, e assinalar-se-ão ao longo de cinco anos, 2022 a 2026. É tempo de lembrar a

história da resistência à ditadura fascista e ao colonialismo, convocar a memória e a atualidade dos dias da revolução, de transformação e de esperança que deram origem à democracia portuguesa. É o momento de reiterarmos a defesa dos valores da liberdade, da democracia e da solidariedade. Manter viva a lembrança simbólica deste marco fundador da democracia é, igualmente, continuar a manter viva a luta pela conquista de mais direitos e de uma vida mais justa para todas e para todos. Manter vivo o espírito de abril implica aprofundar a democracia e combater as desigualdades e a exclusão social. Implica aprofundar os espaços democráticos e plurais. Grande parte das Assembleias Municipais do país não deixa este dia em claro, comemorando com uma sessão solene esta data fundamental para o país. É este o momento desta Assembleia Municipal deixar clara a sua posição, evocando os valores que fizeram abril e que derrubaram o regime do Estado Novo. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de abril de 2022, ao abrigo dos respetivos artigos, delibera: realizar, a 25 de abril de todos os anos do seu mandato, uma sessão solene da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril, que tenha intervenção de todos os partidos ou movimentos de cidadãos ou cidadãos democráticos que estejam representados nos órgãos municipais.» -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir sobre este tema. Faça favor.” --

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Bom dia a todos. Vou ser rápido porque já estamos a esticar um bocadinho o tempo também. Cumprimento todos os que nos acompanham e a Assembleia na pessoa do Dr. José Relva. Em relação a esta proposta, e os fundamentos acho que concordamos todos com eles, surgem-nos aqui duas dúvidas. Uma protocolar, dado que nem há quarenta e oito horas tomou posse uma comissão executiva para a celebração dos cinquenta anos do 25 de Abril e esta proposta aqui pode condicionar, desde já, os seus trabalhos, sendo que a própria Bárbara integra também essa comissão executiva. E, depois, também me parece que podemos fazer uma Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril, mas que as iniciativas que têm sido feitas nos últimos anos para celebrar o 25 de Abril, e como foi também este ano, trazem mais gente à casa comum da democracia, jovens e várias personalidades envolvidas, e que é uma forma, também, até mais agregadora de celebrar Abril. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Miguel, faz favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Vou ler parte daquilo que já tinha previsto para depois. Portanto, depois, a seguir, retiro esta parte e fica o tempo mais ou menos. Este é o tempo que nos ofereceram no 25 de Abril de 1974, o tempo em que os partidos e os seus líderes têm um papel fundamental na defesa dos extremismos, populismos e os outros ataques à democracia, e devem ser respeitados e ter o direito de defender as suas opiniões nas celebrações do Dia da Liberdade. Portanto, o nosso voto vai ser favorável. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pode. Ainda sobre o tema. Muito obrigado.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, para esclarecer que não há necessidade de a sessão da Assembleia Municipal excluir as atividades que são feitas pela Câmara. De todo. É possível conjugar as duas e é mesmo isso a democracia, percebermos que há vários órgãos, há vários órgãos plurais que devem ter o seu espaço. Assim como foi referido, tal como os partidos e os grupos de cidadãos devem ter espaço para comunicar o que são as suas opiniões. É isso e foi isso o 25 de Abril. Em relação à comissão executiva, precisava que me esclarecessem porque é que existe um conflito entre a proposta que foi feita com a comissão executiva do 25 de Abril. Não vejo ligação.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Não é conflito nenhum, obviamente, e a Assembleia Municipal estará sempre acima da Comissão Executiva, no meu entender. Agora, se foi criada uma comissão executiva para celebrar os cinquenta anos do 25 de Abril, pode ser pensado um conjunto de comemorações, antes de tomarmos aqui esta decisão, que pode, de certo modo, já condicionar ou influenciar as celebrações. Mas não é conflito nenhum, é só a ordem com que queremos fazer as coisas.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Faça favor, senhor Deputado. Faça favor.” -----

- **Nuno Laginhas, Deputado (PS):** “Ora, muito bom dia a todos. Considerem-se cumprimentados na pessoa do senhor Presidente. Ora bem, estamos aqui a discutir uma comissão executiva e parece que ela que está a ganhar aqui importância e prevalência sobre o órgão máximo do concelho da Guarda, que é a Assembleia Municipal. O próprio

termo comissão executiva diz que executa, não decide. O que decide é este órgão aqui. Este órgão é que é o órgão democrático que foi escolhido pelos eleitores. Portanto, não há qualquer tipo de conflito neste âmbito. A comissão executiva terá que executar o que é decidido neste órgão. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Queria intervir? Faça favor.” -----

- **Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Senhor Presidente, José Relva, e na sua pessoa cumprimento todos os presentes, por uma questão de economia de tempo. Já agora e que estamos a pouco tempo de comemorar os cinquenta anos do 25 de Abril, eu propunha também, e há espaço para isso, que também se comemorasse o 25 de Novembro, porque não podemos esquecer que é uma data fundamental e importante para a democracia portuguesa. O 25 de Abril foi efetivamente muito importante, mas o 25 de Abril foi consolidado também com o 25 de Novembro. E, por isso, julgo que estamos também a tempo de prestar uma homenagem a essa data tão importante para a consolidação e manutenção da democracia e da liberdade em Portugal. Obrigado.” ---

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Não desejando intervir, peço desculpa, colocava a Moção à votação. (...) É a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda sobre o 25 de Abril. Não se importam... não se importam de se sentar? O que o Bloco de Esquerda diz é assim: a Assembleia Municipal delibera realizar, a 25 de abril de todos os anos do seu mandato, uma sessão solene da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril, com a intervenção de todos os partidos ou movimentos de cidadãos ou cidadãos democráticos representados nos órgãos municipais. Esta é a proposta concreta.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Realização de Sessões Solenes da AM comemorativas do 25 de Abril** -----

- Aprovada, por maioria, com dez votos contra, vinte e quatro abstenções e quarenta e três votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, faça favor. Tem uma declaração de voto?” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Só queria fazer uma declaração de voto para dizer que, obviamente, o voto contra foi relativamente ao procedimento relativamente a

estas comemorações. Sentimos que, havendo uma comissão executiva, podia ser pensado, estas comemorações, no seu global, a longo prazo e depois, obviamente, e como eu disse antes da intervenção do Deputado do Partido Socialista, a Assembleia Municipal é o órgão soberano e que decide sempre, devendo os outros órgãos ou organizações, comissões, seguir o que é aqui delineado. Mas podia ser pensado tudo primeiro, um programa amplo e definido alargadamente e que, depois, poderíamos definir quais é que seriam as comemorações. Por isso é que foi o nosso voto contra, simplesmente por isso.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Para o tema Voto de Saudação ao 1º de Maio, tem de novo a palavra. Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Então, só dar os parabéns a esta Assembleia. Acho que é um marco importante termos aprovado esta Moção. Mostra, sim, somos independentes, somos um órgão soberano e somos um órgão que merece o espaço para a nossa política. Passando ao Voto de Saudação do dia 1 de Maio, vou excluir aqui algumas fases, em termos de poupança do tempo, sem deixar o essencial. «No dia 1 de maio de 1886, em Chicago, milhares de trabalhadoras e trabalhadores saíram às ruas exigindo direitos laborais. Este dia é lembrado pelo slogan que ficou a ecoar na história “Oito horas de trabalho, oito horas de lazer, e oito horas de descanso”, mas também pela trágica morte de várias e vários ativistas, mortos pela repressão policial que disparou cegamente sobre a multidão que exigia direitos e dignidade. Apesar da repressão dos trabalhadores que continuaram na luta, que viria a resultar, anos mais tarde, houve ganhos de direitos e de liberdades para a maioria da classe trabalhadora. Em Portugal, o 1º de Maio de 1974, realizado oito dias após o 25 de Abril, depois de décadas de repressão do Estado Novo, foi uma explosão de democracia nas ruas do país e marcou o início de uma conquista de direitos que até aí estavam negados: o Estado Social, a Segurança Social, o direito a cuidados de saúde públicos, a educação, a habitação, o direito ao trabalho e ao salário, a luta pelo pleno emprego, o reconhecimento às férias, os subsídios de férias, a proibição dos despedimentos sem justa causa e, pela primeira vez, o salário mínimo nacional. Foi também esta data em que se consagraram o direito à greve, a contratação coletiva e organização sindical, bem como um novo movimento do trabalho ao nível das empresas, as comissões dos

trabalhadores e trabalhadoras. Portugal atravessa hoje um período complexo. Ainda a par de desafios trazidos por mais de dois anos de pandemia ao nível de várias áreas. Atravessamos, hoje, um momento em que são necessárias respostas mais robustas à perda de rendimentos provocada pelo aumento da inflação, em particular no preço de combustíveis e de energia. Por isso, assinalar o 1 de Maio é também o momento de exigir a melhoria das condições de trabalho, mas, acima de tudo, valorização dos salários, tanto na função pública como no privado, em que a inflação irá rapidamente suprir os aumentos previstos. Assim, a defesa do emprego mostra-se determinante para a recuperação económica e social de todas e de todos. Antevendo uma crise económica e de direitos dos trabalhadores, estas reivindicações fazem ainda mais sentido. Coincidentemente, este ano, o dia 1 de Maio é também o dia da Mãe. Relembremos todas as mulheres que, através de trabalho que em Portugal ainda não é remunerado e não é valorizado, geram e mantêm o nosso capital. É às mulheres que é questionada a vontade de serem mães numa entrevista de emprego e é ainda uma realidade demasiado normalizada a não renovação de contratos após períodos de gravidez, sendo que, obviamente, em 2020 estes números atingiram um pico gigante. São as mães que na sua maioria desistem dos sonhos para cuidar dos seus filhos e das suas filhas, quando a questão de um dos pais ficar em casa se impõe e, mesmo quando a nossa realidade assim o suplica, a creche pública continua uma miragem. Não somos nós, as mulheres, que se encontram em maioria em cargos de topo, apesar de sermos nós as que compõem a maioria da população qualificada. Mas somos nós que ocupamos a maioria dos trabalhos temporários, mal pagos e precários. O motivo disto não é a nossa qualificação, chama-se discriminação. Discriminação de género, especificamente. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 27 de Abril de 2022, ao abrigo dos respetivos artigos, delibera: Saudar o 1º de Maio e nele a coragem de todas as mulheres e homens que exigem dignidade, defesa da democracia e de desenvolvimento pelo progresso social, defesa do emprego, do salário, da pensão e da prestação de um serviço público; Saudar a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores da cidade que asseguram serviços como a recolha do lixo, a venda de bens essenciais, os transportes, o correio, a limpeza, a escola pública, a manutenção das estruturas, nomeadamente aquelas e aqueles que asseguram nos bastidores, e demasiadas vezes de forma precária, os locais da democracia como aquele em que nos encontramos; Saudar todas as mulheres que

suportam o capital através de trabalho doméstico e de cuidados ainda não remunerado; Saudar todas as mulheres trabalhadoras, desde as que gritam pelas ruas, reivindicando igualdade de oportunidades, até àquelas que ainda fazem um trabalho que é invisibilizado. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou Deputado quiser intervir, faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, no senhor Presidente, convocar, nesta reunião, todos, e um bom dia a todos. Fico muito grato de votar favoravelmente esta Moção, porque o trabalho constitui-se como um dos pilares do desenvolvimento das sociedades. E, lamentavelmente, apesar de muitos esforços e muitas lutas de todos, claro, das mulheres, muito importante as mulheres, têm-se acentuado as desigualdades nos rendimentos do trabalho. Sabemos, por exemplo, que a França foi condicionada nas últimas eleições pela sensibilidade, a ideia que o povo tem de que efetivamente o rendimento do trabalho não está suficientemente valorizado e está a fazer-se uma discrepância. E isto põe em risco a democracia. Devemos apelar muito para que se lute contra as desigualdades. Também no uso da expressão nas sessões solenes, e isto tem a ver com o ponto anterior. Efetivamente, os líderes parlamentares de todos os partidos e movimentos devem falar nos dias de nome. Se é no dia 25 de Abril, se é no dia da Cidade, eu tenho dúvidas. Porque o 25 de Abril, enquanto democracia, é um conjunto, um ramalhete de valores, uma rosa que tem muitas pétalas e os Executivos, quem lidera as comunidades, esta e as outras de outras terras, podem fazer movimentos, podem fazer dias da liberdade evocativos de qualquer coisa. Por exemplo, este ano da juventude. E, ao pormos como imposição que falam todos, tornamos as sessões muito longas. Mas, em relação ao espírito de falarem todos, já vem tarde. Já vem tarde enquanto exercício de cidadania de todos e para todos. Porque é isso a democracia, é isso a liberdade. A liberdade de expressão também.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se deseja pronunciar? Se não, colocaria à votação. Em relação ao 1º de Maio.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Saudação ao 1º Maio** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Relativamente ao Voto de Louvor do Partido Social Democrata, permito-me ler apenas os dois últimos parágrafos. Penso que são os que mais interessam. «Este excelente resultado é o corolário de um empenho contínuo de quem tem claro um rumo para a cultura da nossa cidade, trabalho bem desenvolvido pela Equipa do TMG coordenada por Victor Afonso. Desta forma a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária a 27 de abril de 2022, atribui um Voto de Louvor a Victor Afonso e Equipa, pelo empenho dedicado à cultura contribuindo para o reconhecimento da nossa cidade muito além das nossas fronteiras». Esta é a redação final que nos trouxeram. Alguém deseja pronunciar-se sobre esta alteração? Se não, vou colocar à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----
- Aprovado, por maioria, com sessenta votos a favor e dezasseis abstenções. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Para que não restem dúvidas, o grupo parlamentar do Partido Socialista enaltece o trabalho de toda a equipa do TMG, não personificando ninguém dessa equipa.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Entravamos agora num voto de... quer falar? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Uma pequena nota telegráfica, mas que importa referir. Eu devo agradecer também, acho que devemos todos agradecer também a todas as equipas desta Câmara Municipal que diariamente lutam para conseguirem os fundos comunitários e para que a Câmara da Guarda não perca fundos comunitários. E estamos a falar em milhões de euros. Uma justa homenagem a essas pessoas que diariamente, não está aqui nenhuma delas, estão, provavelmente, nos seus gabinetes a trabalhar. E, portanto, também aqui o meu voto de louvor e acho que a Assembleia se associa. Depois dizer que, naturalmente, o Executivo associa-se a este louvor, mas de uma forma ou de num sentido lato. É para toda a equipa atual do TMG, para divisão da cultura, para a atual chefe de divisão, para todos os chefes de divisão que passaram nos últimos dezassete anos pelo TMG, pelos

diretores, pelos coordenadores do TMG dos últimos dezassete anos e também para todos os dirigentes dos últimos dezassete anos, em particular aqueles que, na área da cultura, passaram nesta casa. É uma justa homenagem e o voto de louvor que devemos fazer todos, porque sem o trabalho deles, de todos eles, da esquerda à direita, já sabemos bem que já todos passaram quase pelo poder. Quase todos. Quase todos aqui em matéria de autarquia local, na Câmara da Guarda. Mas importa referir isto, porque só com um trabalho, ao longo de dezassete anos, é que foi possível, numa parte dos critérios, é bom que se diga, numa parte dos critérios, foi o trabalho continuo ao longo de dezassete anos. E sabemos sempre que houve... há altos e há baixos, e depois dos baixos temos que fazer das fraquezas forças. E foi sempre isso que aconteceu ao longo dos últimos dezassete anos. Mas devemos também repor a verdade sobre algumas coisas que aqui foram ditas. O orçamento atual do TMG é não inferior a 400 mil euros, o orçamento deste ano. Sabem porquê? Porque a candidatura que este Executivo apresentou, foi este Executivo que obteve o respaldo, e muito bem, da equipa do TMG, coordenada pelo Dr. Victor Afonso, e com a interação da senhora chefe de divisão, da senhora Vice-Presidente que tem o pelouro da cultura, e nas nossas reuniões de coordenação que tomámos essa decisão: sim senhor, vamos à luta, vamos à candidatura. Foi isto que aconteceu, foi isto que foi feito em dezembro. E este Executivo teve que se comprometer com um mínimo de 400 mil euros, ou seja, duplicar o valor que era possível ser apoiado pela DG Artes. E nós já assumimos até, na semana passada, que o valor se poderá aproximar dos 500 mil euros por ano. É esta a realidade e é esta a verdade que importa aqui referir, para que não restem dúvidas absolutamente nenhuma. Foi um trabalho conjunto, ao longo de dezassete anos que agora teve, se quisermos dizer, a primeira cereja, esperemos nós, a primeira cereja no topo do bolo, e, naturalmente, que teve a chancela desde Executivo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, faça favor, para o seu voto de congratulação.” -----

- **Luís Bernardo, Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa (Ind.):** “Obrigado senhor Presidente. Bom dia a todos. A manhã já vai longa, vou tentar não demorar

muito. Primeiro duas notas preambulares. A primeira para dizer que estou aqui na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Aldeia Viçosa, e hoje como independente. Dizer, também, em relação aos assuntos que já foram aqui abordados, que em janeiro deste ano o Clube Pesca e Caça do Mondego e a Junta de Freguesia dinamizaram a Feira do Enchido, do Vinho e do Azeite na Aldeia Viçosa, alguns de vocês estiveram lá. Um evento que já vai na segunda edição, cada vez com uma maior adesão, com mais participantes, com mais expositores e que tem levado a todo o país o bom nome dos nossos vinhos e dos nossos produtos endógenos. Depois, falou-se aqui muito em cultura, atração turística, em arte, em teatro, e eu vou abordar uma vertente também importante, que faz as pontes entre tudo isto, que é o associativismo, tão importante nas nossas aldeias e que o diga a minha. «O Associativismo é uma das mais exemplares formas de promoção do território, do aproveitamento das suas potencialidades e da fixação de pessoas. Reveste-se de forma paradigmática o associativismo cultural e desportivo, quer pela organização e realização de diversas atividades, quer pela promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações. Nenhum de nós pode ficar alheio ao trabalho incansável de inúmeras associações que, por todo o nosso concelho, desenvolvem a sua atividade de forma abnegada e heroica, passando muitas vezes por dificuldades financeiras e de recursos para a realização e cumprimento dos projetos e fins ao qual se destinam. Desta forma, é com especial agrado que tendo conhecimento da verba que o atual Executivo Municipal vai transferir para cerca de oitenta associações culturais e desportivas do nosso concelho, cumprindo não só com aquilo a que se comprometeu, como também colocando em prática as Grandes Opções do Plano e Orçamento aqui aprovados nesta Assembleia. Trata-se de uma verba de meio milhão de euros em apoios a associações e à realização e participação em atividades de carácter desportivo e cultural. No entanto, não só as verbas a serem transferidas para cada uma das associações são dignas de nota, como também, e às vezes mais importante do que isso, o apoio direto à realização de eventos desportivos de diversas modalidades, desde o ciclismo, à natação, desportos motorizados, atletismo, triatlo, escalada e à pesca, como o apoio à participação em competições desportivas de atletas que em diversas áreas elevam e levam mais longe o bom nome da Guarda, como é o caso da nossa equipa de pesca desportiva. O apoio aos eventos culturais espalhados pelo nosso concelho, numa verdadeira rede cultural,

descentralizada e que procura não só dinamizar, como dar destaque às nossas tradições, iguarias e produtos, que tanto nos diferenciam e que temos que saber promover e desenvolver. Estas verbas são, por outro lado, claro exemplo da ação que o atual Executivo Municipal pretende para a cultura, com todos e para todos, em que as freguesias e associações, não só aquelas onde se realizam festivais de culturais, como também as outras, possam continuar a dinamizar as suas atividades. Espero eu, assim como todos nós, que o trabalho e o apoio ao associativismo assim continue, tal como a relação de frontalidade na atribuição dos mesmos apoios de forma criteriosa e com evidências dessas mesmas atividades.» Hoje faço também esta intervenção, porque ontem submetemos uma candidatura para um projeto que nos parece, em Aldeia Viçosa e no Vale do Mondego, importante, que é a criação de um espaço coworking associativo do Vale do Mondego. Pretendemos aproveitar instalações degradadas, dar-lhes uma nova cara para que as associações possam ter ali um espaço condigno para pensar, organizar as atividades e até receber algumas. Dizer-vos, também, que Aldeia Viçosa está com um dinamismo fantástico a nível de associativismo. Só para vos dar um exemplo muito rápido, em maio vamos ter uma subida ao Picoto; vamos ter o pequeno almoço motar no dia 15 de maio; em junho estamos a preparar um trail para os amantes das corridas; em julho teremos a geminação de Saint Mars d'Egrenne que nos virão visitar durante uma semana e, finalmente, o motochurrasco. Teremos atividades ao longo de todo o ano, aproveito para convidar toda a gente, porque às vezes é importante falarmos disto, mas também é importante participarmos, estarmos lá e levarmos gente. Pelo que aqui disse, e «Face ao exposto, proponho um voto de congratulação ao Executivo Municipal pela atribuição de apoios às associações culturais e desportivas do nosso concelho, por parte da Assembleia Municipal da Guarda, reunida, hoje, a 27 de abril de 2022.» Tenho dito.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado se deseja pronunciar? Faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Obviamente, valorizando os apoios que são dados, temos aqui algumas considerações. A primeira, é responsabilidade municipal ser dado apoio às associações. Portanto, não consideramos que seja necessário um louvor àquilo

que é responsabilidade e obrigatoriedade do Executivo. E depois temos, além do dinheiro, há uma série de situações que têm sido encontradas pelo Bloco de Esquerda em relação às associações, deste transparência, a critérios dos parâmetros. Portanto, não vamos, obviamente, votar a favor de um voto de louvor que é responsabilidade do Executivo, não é algo extraordinário que têm que fazer. É vossa responsabilidade, tem que ser feito. E principalmente porque consideramos que o regulamento deveria ter sido revisto, demos essa proposta quando foi o momento das propostas para o grande plano de orçamento, o regulamento deveria ter sido visto e temos uma série de críticas em relação à forma como estes financiamentos são dados e como os regulamentos são feitos. Portanto, votaremos contra o voto de louvor.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se... quer intervir? Faz favor.” -----

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores presentes, senhores Deputados, restantes pessoas aqui presentes, por uma questão de economia de tempo, muito bom dia a todos. Relativamente a este voto de congratulação que nos trouxe o senhor Deputado, dizer apenas que esta atribuição de subsídios que foi aqui mencionada, e que obviamente todos saudamos porque todos queremos no nosso concelho que as associações culturais e desportivas tenham mais força e sejam apoiadas pelo Município, essa não é aqui a questão, mas a atribuição destes apoios foi feita nos termos de um regulamento do município. Enfim, de um regulamento que está em vigor e que não é sequer da autoria deste Executivo. Portanto, é um regulamento que já vem de trás e que, em devido tempo, foi saudada a sua existência. Portanto, entendemos que há aqui alguma banalização deste tipo de votos de congratulação ao estarmos a congratular, no fundo, o Executivo por aplicar o regulamento que ele próprio criou. E, portanto, não acompanharemos este voto de congratulação. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado se quer pronunciar? Senhor Presidente da Câmara, não sei se quer usar da palavra?” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Importa referir apenas aqui duas ou três questões. Senhora Deputada, Bárbara Xavier, acho que não há dúvidas sobre a transparência e o critério daquilo que foi feito pelos técnicos desta casa. Acho que não há dúvida sobre isso. Se quiser colocar em causa isso, faça o favor de o pôr por escrito, porque acho que ninguém duvida, porque todas as propostas que foram à reunião de Câmara foram devidamente validadas e rubricadas pelos técnicos responsáveis por cada setor desta casa. Acho que ninguém tem dúvidas sobre essa matéria. Os políticos nada fizeram sobre os montantes, efetivamente, a apresentar a cada uma das associações. Aquilo que os políticos fizeram foi definir o montante de meio milhão de euros, importa referir, entre associações desportivas, culturais, sociais, as do bem-estar animal e dos produtores de mel, por agora, por agora, foi meio milhão de euros. Sabe quanto é que foi o valor do ano transato? Menos 40%. Então, afinal de contas, isto é, ou não é, ajudar a alavancar também? E isso é verdade, por mais que gesticulem por aí, quem não sabe estar é mesmo assim, é verdade. O ano passado foram 376 mil euros, em 2021. Em 2020 foram 292 mil. Em 2019, um ano dito normal, 344 mil. Este ano, 527 mil, 761. É o que está registado nos livros, nos livros das atas da Câmara Municipal da Guarda. E, portanto, foi uma decisão ambiciosa. Claro que foi uma decisão ambiciosa. Nós podíamos simplesmente manter os mesmos valores do ano transato. Podíamos tê-lo feito. Mas não, achamos que, e na tal reprogramação da política cultural do município, e querendo fazer cada vez mais política cultural com os de cá, naturalmente que nós tínhamos que reforçar verbas, não só na área cultural, mas também na área desportiva, porque há muitos eventos desportivos que têm que ser apoiados, e outros que entretanto vão ser criados este ano e da parte social também. E, naturalmente, nós tínhamos que acompanhar, nestas três áreas, tínhamos que acompanhar as associações. E foi com essa ambição que nós quisemos colocar este valor para aprovação, aliás, e a prova disso é que foi aprovado por unanimidade na reunião de Câmara. E, portanto, importa referir a justiça sobre os valores e sobre a transparência e sobre os critérios que estão subjacentes à aprovação destes valores. No que diz respeito à revisão do regulamento, é o regulamento que nós temos em vigor e temos que cumprir. Faz lei, o regulamento faz lei. Estamos várias pessoas, para não dizer todos, que estamos de acordo que tem que haver revisões ao regulamento, porque é importante colocar lá outras associações que não estão vertidas e outro tipo de apoios

que não estão vertidos naquele regulamento e, naturalmente, ao longo deste ano, nós, com certeza, esperamos vir a esta mesma sala, a esta mesma casa fazer a aprovação, fazer a revisão, a discussão, o que for, da revisão do regulamento. Muito obrigado.” ----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o voto de congratulação à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e cinco a votos a favor, quatro abstenções e vinte e três votos contra. -----

Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Guarda e respetivo Regulamento. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “No período de antes da ordem do dia, e por isso é que há pouco fui falar com os líderes das bancadas, tínhamos ainda duas moções do grupo PG. A Mesa obteve o acordo e, como se encontra presente para o ponto 2.2, mas depois tem compromissos a seguir ao almoço, o representante da Deloitte, se a Assembleia me permitisse, deixaríamos estes dois pontos, estes dois documentos ou ainda antes do almoço ou depois da hora do almoço, e dados os compromissos dar-lhe-íamos a palavra para poder explicar o ponto 2.2 que é discussão e votação da proposta de alteração à estrutura orgânica dos serviços municipais da Câmara Municipal da Guarda e respetivo regulamento. Senhor Dr., faz favor.” -----

- **Pedro Vicente, representante Deloitte:** “Bom dia a todos, senhor Presidente, senhores Deputados. O meu nome é Pedro Vicente. Venho representar a Deloitte, para apresentar, no fundo, o resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Câmara Municipal. E vou apresentar, basicamente, as minhas conclusões, em duas partes. Uma, de caracterização da situação atual e, depois, outra, a última parte, sobre a nova proposta de estrutura orgânica e respetivos impactos. Relativamente à primeira parte da caracterização da situação atual, nós, no decurso do trabalho desenvolvido, auscultámos toda a estrutura da Câmara Municipal, e, portanto, fizemos um conjunto de reuniões com todos os representantes, chefias formais e informais, das diversas

unidades orgânicas. Estruturámos, no fundo, a nossa análise em três segmentos. Um, análise da estrutura como um todo. Depois, uma segunda parte referente aos principais constrangimentos. E identificámos, também, complementarmente, alguns obstáculos estruturantes, que nós consideramos estruturantes e que devem ser endereçados pela Câmara. O objetivo, naturalmente, do projeto foi a revisão da estrutura organizacional, a variação do dimensionamento do quadro de pessoal e a estruturação daquilo que são as atribuições e competências de cada um dos serviços da câmara, e, portanto, esse foi o objetivo primeiro. Da nossa análise, e olhando e caracterizando a estrutura organizacional da câmara atualmente, ela divide-se em um conjunto de serviços, cerca de onze, divididos entre tipologias diferentes, serviços e gabinetes, cerca de onze que dependem diretamente do Executivo; um departamento que se encontra vazio, ou seja, sem chefia; e seis divisões sobre a sua dependência, com cerca, em números redondos, com cerca de oitocentas pessoas, neste momento, a serem geridas pela Câmara. Como podem também constatar, muitos destes gabinetes e serviços não têm chefias operacionais a coordenar efetivamente, e, portanto, existe aqui um vazio muito significativo de chefias. Isto, não nas divisões, mas sobretudo ao nível dos serviços e gabinetes é onde ocorre com maior significância. Depois, nas áreas funcionais, que dependem também dentro de cada uma das divisões, existe então um vazio ainda mais significativo, do ponto de vista de coordenação. Ou seja, existe um índice, o que nós chamamos um índice de supervisão, portanto, o número de colaboradores que é supervisionado por uma chefia formal, diríamos que ronda números largamente insustentáveis do ponto de vista de gestão. E, portanto, esse é um primeiro alerta que queremos dar, porque os números que temos calculados variam entre quarenta e cinco, por exemplo, na divisão de recursos humanos; trinta e oito para uma chefia na divisão de contratação e património; ou quarenta e nove no planeamento, obras e urbanismo, entre outros. E, portanto, estamos a falar num excesso muito significativo de colaboradores com chefias formais. E nós fizemos aqui, no fundo, algumas caracterizações relativamente àquilo que é a análise da estrutura. Ou seja, este departamento único não traz funcionalidade absolutamente nenhuma à estrutura, ou seja, ele, estando vazio, e coordenando as divisões como um todo, não traz benefício nenhum. A Câmara Municipal apresenta 6,5 unidades funcionais por cada divisão. Estruturalmente isto é excessivo para o número de chefias, como já referi, e, do ponto

de vista dos gabinetes, existem onze gabinetes dos quais dez não têm chefia formal. Portanto são só reforços à operacionalidade que, neste momento, a estrutura da Câmara apresenta. Se quisermos analisar, para além do aspeto da elevada concentração da estrutura que já foi referido, um índice de supervisão que, neste momento, está, em média, para as divisões, com oitenta e cinco recursos por cada chefia formal, sendo que existem um conjunto diverso de chefias informais, que apoiam, naturalmente, mas que não são consideradas chefias e, portanto, têm limitações na sua forma de atuar. Se considerarmos estas, estamos a falar de uma chefia para trinta e cinco colaboradores. Se ficarmos só pelo cálculo das chefias formais, estamos a falar de uma chefia para, em média, oitenta e cinco pessoas. O que é, no nosso entender, manifestamente impossível de gerir. E, portanto, o número elevado de chefias formais, cerca de vinte e sete neste momento, é um aspeto que precisa de ser endereçado. Existem, no nosso entender, alguma desagregação de funções que poderão estar, pela sua natureza, agregadas, e, portanto, a dispersar competência dos recursos. Exemplos são: quando estamos a falar da temática das águas, existem três divisões, neste momento, que se ocupam sobre a temática das águas; como existem três divisões que se ocupam da temática dos transportes; ou três divisões distintas que se ocupam das obras. E, portanto, isto é um reflexo de que existe uma oportunidade para gerir, com melhores sinergias, a natureza das funções e dos recursos afetos. E, por fim, uma perceção obtida no decurso também das reuniões, em que existe um subdimensionamento de recursos humanos, neste momento, afetos, alocados à Câmara Municipal e prevê-se que, no futuro próximo, isto esteja agudizado por um acréscimo, naturalmente, das reformas dos recursos humanos para os próximos anos. E, portanto, estes são, diríamos nós, os principais constrangimentos que identificámos. Do ponto de vista estrutural, o que é que nós identificámos como sendo, no nosso entender, quatro aspetos críticos? Estamos a falar de uma total, ou quase total ausência de análise da performance de cada um dos serviços. Ou seja, não existem indicadores, não existem métricas sistematizadas. Poderá existir um ou outro departamento que o consegue fazer, muito pontual. Mas, de forma estrutural, não existe nada para aferir o desempenho, no fundo, dos serviços e a prestação do serviço quer às empresas, quer aos cidadãos ou aos restantes interessados. Depois, não existia também uma estrutura de regulamento orgânico detalhado, que permita clarificar as fronteiras entre as competências e atribuições de um determinado

serviço e de outro, e, portanto, as zonas cinzentas muito difíceis de resolver. Portanto, esta ausência do normativo claro, que faça a segregação entre as responsabilidades de cada uma das unidades orgânicas, consideramos que é, de facto, essencial que seja desenvolvido. E, portanto, o âmbito também deste trabalho foi realizá-lo. Depois, numa fase subsequente, que tem que ver com a clarificação dos procedimentos de cada uma das unidades orgânicas, aspeto este que também não está ainda sistematizado com o devido detalhe e, portanto, não existem as tais regras, procedimentos claros para todos, relativamente àquilo que são os seus processos de trabalho. Aspeto que, do ponto de vista organizacional, eu diria que é a base do funcionamento de uma qualquer instituição. E um quarto ponto que nos parece muito relevante tem que ver com o desinvestimento em novos projetos de tecnologias de informação. E, portanto, esta aposta, este reforço hoje em dia no mundo da digitalização é absolutamente estrutural, estrutural para poderem avaliar, medir e melhorar. E, portanto, este aspeto, no nosso entender, é absolutamente fundamental que seja resolvido no mais curto espaço de tempo. Assim sendo, o que nós realizámos foi, no fundo, uma proposta de estrutura organizacional que incrementa naturalmente a supervisão efetiva dos colaboradores, incluindo as chefias de segundo e terceiro nível. Agregámos, naturalmente, na nossa proposta, as funções por natureza e, portanto, fizemos um exercício de agregação destas funções tendo em conta a sua natureza. Formalizámos, no fundo, também na proposta, aquilo que são as responsabilidades de cada uma das unidades, efetuando um primeiro exercício de detalhe e clarificando aquilo que cabe a cada um. E mantivemos, naturalmente, o aspeto essencial em todas as estruturas organizacionais que tem que ver com a segregação de funções. Por exemplo, ao nível do registo contabilístico e dos pagamentos, que mantivemos naturalmente como já estava, clarificando que, por exemplo, a auditoria não pode estar sob a mesma responsabilidade da contabilidade, ou o tesoureiro não pode estar na mesma responsabilidade de quem regista documentos contabilísticos. Alguns aspetos, no fundo, mais técnicos. Assim sendo, a nossa proposta, no fundo, contemplou um aumento do número de estruturas. De seis divisões, na nossa proposta passam para dez divisões. E, portanto, não utilizámos a estrutura do departamento porque é uma estrutura também mais dispendiosa do ponto de vista de orçamento, e, portanto, optámos por um segundo nível, normalizando estas dez divisões. Reduzimos, na nossa proposta, onze serviços, que são os serviços de

gabinetes e respetivos serviços denominados hoje como serviços e gabinetes. Passámos para nove gabinetes e aumentámos significativamente, naturalmente, as chefias. Ou seja, esta proposta requer que se passem de treze chefias formais que neste momento existem em toda a Câmara, no primeiro e no segundo nível, para vinte e quatro. E isto traz um resultado, em termos médios de supervisão, dos oitenta e cinco que tínhamos referido, para apenas onze, o que é, no nosso entender, um rácio aceitável para este tipo de organizações. Como resultado disto, em termos de impacto financeiro, estamos a falar de impacto estimado de 300 mil euros em valores anuais, o que, num orçamento como o vosso, no nosso entender, é absolutamente, eu não diria desprezível porque 300 mil euros nunca é desprezível, mas é um valor bastante reduzido face àquilo que é o incremento estimado da operacionalização dos serviços da câmara. Para terminar, do ponto de vista do desenho do próprio organigrama, o que nós fizemos foi manter a divisão administrativa e de recursos humanos como uma divisão autónoma; esta proposta prevê a criação da divisão da mobilidade; agrega as obras públicas e equipamentos e as infraestruturas; cria, também, o desporto e a saúde como uma divisão autónoma; uma divisão, ainda, de economia e turismo; mantém a divisão de aprovisionamentos, penso eu; cria a divisão do ambiente, apenas; e mantém a divisão da cultura. Por fim, agrega o planeamento e gestão urbanística e agrega a educação, a intervenção social e a juventude como sendo o conjunto de divisões que são propostas, as tais dez divisões. Como serviços autónomos, estamos a falar, naturalmente, do gabinete de apoio à presidência; do gabinete de proteção civil; do gabinete de apoio às juntas de freguesia e às associações; um gabinete de auditoria controle interno e controlo de gestão; um gabinete de informática; o gabinete de participações sociais; um gabinete de fiscalização; um gabinete de autoridade sanitária veterinária municipal e um gabinete de comunicação relações públicas e protocolo. Alguns deles, naturalmente, já existem hoje em dia. Faço apenas aqui uma ressalva especial, relativamente ao tema de auditoria controle interno e controlo de gestão de estarem agregadas, sendo que a função de auditoria, tipicamente é uma função externalizada, e, portanto, é apenas para controlo e supervisão dos auditores externos. E esta, no fundo, é a proposta que foi submetida e aprovada pela Câmara e que, neste momento, está a ser avaliada por vós, pela Assembleia Municipal. E é tudo da minha parte.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Eu creio que podemos votar este ponto da ordem do dia mais tarde. De qualquer maneira, penso que não se importa se algum senhor Deputado desejar algum esclarecimento, neste momento, que o posso fazer. Muito obrigado.” -----

- **Virgílio Bento, Deputado (PS):** “Muito obrigado, senhor Doutor, pela explicação. Eu tinha algumas questões que gostaria de colocar sobre este organograma. Mas primeiro gostaria de referir que, de facto, o organograma é um instrumento de gestão da Câmara e, nomeadamente, do senhor Presidente, ele deve refletir sobre qual é o melhor modelo de tornar a gestão de uma Câmara numa gestão eficiente. E, portanto, no fundo, tanto mais importante é neste mandato, quando o senhor Presidente tem apenas dois Vereadores. Até aqui, normalmente, além do Presidente, havia mais quatro Vereadores. E a primeira surpresa que eu tenho neste documento é porque não tem direções de primeiro grau. Eu peço imensa desculpa, senhor Doutor, saberá muito mais do que eu, mas, de facto, repartiu aquilo por dez divisões e eu reparo, por exemplo, para a divisão da educação, que com a transferência de competências terá um número, de facto, avassalador de funcionários e de equipamentos para gerir, impossível feito apenas por uma chefe de divisão. E a minha perspetiva, a falha deste documento, imagino que tenha havido orientações políticas nesse sentido, é que, no mínimo, este documento devia ter três direções de departamento. Devia ter uma direção de departamento administrativa e financeira, com a responsabilidade que tem. Devia ter uma segunda direção de departamento que englobasse as obras e equipamentos municipais e espaços públicos, no mínimo, embora pudesse haver uma divisão (...), mas estou a falar daquilo que considero o mínimo. E devia ter uma direção de departamento que abarcasse toda a área social, que passasse da economia, à educação, à cultura, à juventude, ao desporto, aquela área daquilo que nós consideramos da área das ciências sociais e humanas. E, portanto, isso permitiria, por outro lado, seria um instrumento de apoio muito forte ao senhor Presidente e, nomeadamente, um instrumento muito forte aos senhores Vereadores que terão essa responsabilidade. Eu olho para a minha amiga, senhora Vice-Presidente, com a educação, tendo apenas uma chefe de divisão, e com aqueles equipamentos, escolas, projetos, para não falar da área social que vai ter que gerir, não terá tempo praticamente para mais nada. E, portanto, esta é a primeira falha

que eu gostaria de apontar a este projeto. No mínimo teria que ter estas direções, três direções de primeiro grau. Em segundo lugar, não sei se é uma pergunta para o senhor diretor, mas seguramente é para o senhor Presidente da Câmara. O senhor Presidente da Câmara sabe, tão bem como eu, porque é que foi extinto o SMAS. Não vale a pena estar aqui a falar disso. E acho que, senhor Presidente da Câmara, era a altura de repensar neste momento a externalização do SMAS e, no fundo, voltar o SMAS a ser uma estrutura autónoma da própria Câmara, como funcionou sempre tão bem. O senhor Presidente sabe tão bem como eu. E, portanto, no fundo, não sei se o senhor Presidente está a pensar dar ou não algum passo neste sentido, de voltarmos a ter, na Câmara Municipal da Guarda, os serviços municipalizados de água e saneamento. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Eu não sei se estas questões que eu tenho aqui para colocar serão diretamente ao senhor Doutor ou se será mais ao Executivo, não é? Porque, no fundo, o Executivo tem, como aqui foi dito, responsabilidade de escolher e de ter escolhido aquilo que considera o melhor e os melhores instrumentos de gestão da Câmara Municipal. E, no fundo, esta é a proposta que o Executivo nos traz aqui, e, portanto, acho que as minhas perguntas serão mais dirigidas ao senhor Presidente do que ao senhor Doutor. Na verdade, ter uma atitude reformista é sempre louvável. Qualquer alteração à estrutura orgânica dos serviços municipais é bem-vinda, obviamente se dela resultar mais eficiência e rentabilidade e melhoria da qualidade dos serviços prestados. O Dr. Virgílio Bento fez o favor de se antecipar e de colocar aqui algumas questões que eu, da mesma forma, as colocaria. E, nomeadamente, em relação à área da educação, onde penso que é um fardo demasiado pesado para uma Vereadora e apenas para um chefe. Foi aqui dito pelo representante da Deloitte que na anterior gestão, e no anterior organograma, havia zonas cinzentas, falta de métricas para a avaliação do desempenho, ausência de procedimentos claros, ausência de atualização na área digital. Portanto, temos aqui uma série de problemas que vão para além da conjuntura e da retificação do organograma. Passamos de três chefias para vinte e

quatro, impacto de 300 mil euros anuais. Não é, na verdade, muito significativo, dependendo da forma como encararmos a situação. E da presente proposta tenho algumas dúvidas e que gostaria de partilhar. É criada uma nova divisão denominada desporto e saúde e aqui tudo bem. Percebemos que o desporto e a saúde podem estar conjugados, nomeadamente numa atitude de prevenção da doença. Mas depois eu esperava mais, esperava que aqui já aparecessem secções ou gabinetes que estivessem a preparar a transmissão de competências do governo central para as autarquias na área da saúde, que tudo se adivinha que virá a acontecer. E, na verdade, aqui vão-se agregar também nesta área, gabinetes e secções que se encontravam noutras divisões. Portanto, vamos aqui ter um cruzamento e agregá-las aqui. Saudamos esta tentativa de rentabilidade e de conjugação de fatores. E o gabinete técnico florestal desaparece, fica na área do ambiente. Também se compreende, desaparece como gabinete diretamente a trabalhar com o Executivo. Não sei se foi uma desvalorização, não sei qual é aqui a intenção. E desta mesma divisão do ambiente, esperava eu mais ambição quando falamos de ambiente, quando falamos de mobilidade verde, quando falamos de sistemas ecológicos, etc, e por aí fora, eu esperava aqui encontrar, na verdade, secções ou subdivisões que tratassem destes temas. Eu sei que vai haver uma área da mobilidade, vai haver uma divisão da mobilidade e, portanto, aqui, também pode ser tratado este tema. Mas esperava aqui ver refletido mais ambição. Mas, no ambiente, estranho estarem contidas infraestruturas que estavam na divisão das infraestruturas, como é o caso dos cemitérios, mercados e feiras. E não percebo qual a razão de ter passado para uma área do ambiente. Em relação à divisão de mobilidade, pronto, esperava mais transportes, energias amigas do ambiente, etc., e esperava, na verdade, aqui ver refletido secções que viessem mostrar trabalho para o futuro. Basicamente é isso, mas é evidente que estas minhas questões são, torno a repetir, mais dirigidas ao senhor Presidente da Câmara. Obrigado. “ -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **Tiago Gomes, Deputado (PSD):** “Novamente bom dia a todos. Eu simplesmente, pelo que me apercebi da apresentação, considero que organograma foi construído com base

numa análise externa, exterior, e, portanto, fora de qualquer suspeita e interesse que possa haver. Isso é muito importante numa estrutura que funcione e é um princípio basilar para uma estrutura que funcione. Uma das questões que eu queria fazer a si, e depois outra ao Executivo, era relativamente à questão das obras municipais e das obras particulares. Todos nós sabemos que é um problema que se arrasta há anos e anos e anos e toda a gente sabe que é algo drástico ao nível dos processos que se arrastam dentro da Câmara. E, portanto, eu gostava de saber, no organograma que foi apresentado, pelo que eu percebi, existe essa separação. Existem as obras públicas, existe a gestão urbanística e urbanismo, salvo erro. E a pergunta que eu lhe fazia era se os meios que neste momento existem na Câmara são suficientes para dar resposta a todos os processos que podem ou não estar pendentes neste momento, seja em obras públicas, seja em obras privadas. E a mesma pergunta faço a si, senhor Presidente, que acho que todos nós gostaríamos de saber essa resposta, se existem meios suficientes, ou não, na Câmara, para dar resposta a todos os processos que estão pendentes na Câmara.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma pergunta de algum senhor Deputado? Algum perdido de esclarecimento? Senhor Doutor, deseja? Penso que já não há mais. Por isso é que eu estou a perguntar se mais alguém deseja intervir. Muito obrigado.” -----

- **Pedro Vicente, representante Deloitte:** “Obrigado. O primeiro senhor Deputado referiu o tema das direções de primeiro grau como um tema para explicar. Nós fizemos alguma cenarização entre naturalmente os custos que esta estrutura acarreta, em comparação com outros cenários. E este, no nosso entender, pareceu-nos mais adequado, mais contido do ponto de vista orçamental e que tem a flexibilidade necessária para alargar competências para os chefes de divisão, desde que o senhor Presidente, que naturalmente tem essa responsabilidade, eventualmente delegar mais nos serviços, dando-lhes maior operacionalização. Mas a grande variável que esteve aqui presente foi, naturalmente, o tema orçamental. E, portanto, optámos por propor uma estrutura menos dispendiosa com o mesmo nível de funcionalidade, no nosso entender. Daí termos defendido que fosse mais adequada esta estrutura. Um segundo

tema que referiu, relativamente à externalização dos SMAS, o que fizemos, na nossa proposta, foi criar uma área para as águas, e, portanto, essa área agrega todas as funções das águas e do saneamento. A externalização é uma decisão, naturalmente, que ultrapassa o âmbito do trabalho desenvolvido pela Deloitte. Relativamente às questões do segundo Deputado, e eu peço desculpa, não fiquei com os nomes dos senhores Deputados, portanto... João Correia. Relativamente à transferência para a área da saúde, no caso particular da Guarda, como tem unidades locais de saúde, agrega, no fundo, as estruturas dos cuidados de saúde primários com os restantes cuidados, mais especializados, hospitalares. O que é que isto significa? Significa que o peso da transferência de competências da administração central, para o caso particular da Guarda, não irá ser tão pesado. Porquê? Porque os centros de saúde estão na dependência desta unidade local de saúde, portanto, a gestão é feita de forma integrada, o que não acontece na esmagadora, se calhar, maioria do resto do país, onde os cuidados de saúde primários são, de facto, transferidos para as Câmara e, portanto, o peso administrativo na gestão operacional. E, portanto, daí, face a esta característica, optámos por utilizar esta solução. Relativamente ao ambiente e aos cemitérios, às feiras, etc, o que considerámos foi que os meios afetos eram sobretudo da gestão de ambiente, ou seja, limpeza urbana. Muito aspetos que têm a ver com os meios disponíveis para executar as competências e, portanto, optámos por agregar essas áreas. Claro que o grande racional foi este e, portanto, optámos por propor essa agregação na divisão de ambiente. Relativamente ao terceiro Deputado que eu também não fiquei com o nome... o senhor Tiago Gomes, relativamente às obras municipais e obras particulares e se os meios são suficientes ou não. Nós, Deloitte, não conseguimos opinar verdadeiramente sobre se são suficientes ou não. Como ao chegarmos e ao analisarmos aquilo que era o desempenho, pedimos um conjunto de dados e informações relativamente à Câmara, mas que as estruturas de dados que têm neste momento não permitem que nós calculemos se o número de recursos é suficiente ou não. Se os pendentes são elevadíssimos ou não, se o tempo médio é elevadíssimo ou não. Portanto, nós, sem informação, também não podemos opinar. E, portanto, essa é a nossa grande limitação. E, portanto, o que a proposta que foi submetida contempla foi, no fundo, a agregação de tudo o que são urbanismo, planos municipais de urbanismo e obras municipais, particulares, etc., porque têm as mesmas competências.

E mantivemos as obras municipais, portanto, a realização de obras, gestão de obra, numa unidade distinta, em que uma gere equipamentos, outra gere território. Portanto, são dois aspetos diferentes, duas naturezas de funções diferentes, e, por isso, apresentámos duas unidades diferentes.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. São treze menos dez. Se os senhores Deputados não se opuserem, eu dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara e, de seguida, alterávamos aqui um pouco a ordem de trabalhos. O regimento penso que o permite, não permite é aditar pontos. Mas quanto à ordem em si, ao escalonamento, não me parece que tenha qualquer impedimento. E, portanto, eu daria a palavra ao senhor Presidente da Câmara, se entendesse usar da palavra, e de seguida púnhamos já este ponto à votação e resolvíamos já este ponto. Se o plenário não se opuser, obviamente. Não? Senhor Presidente da Câmara, se faz favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Muito obrigado ao senhor auditor pelo trabalho e por esta boa auditoria à lei orgânica do Município. É verdade, foi uma boa auditoria que foi feita que aqui sinteticamente nos plasmou e que nos fez pensar um pouco, ao longo de cerca de três, quatro meses, sobre aquilo que deveria ser, em termos operacionais, a estrutura orgânica da Câmara Municipal da Guarda. Nós não devemos esquecer que a estrutura orgânica da Câmara da Guarda, nos últimos oito anos, é uma estrutura orgânica do tempo da troika. É verdade. É assim que se deve dizer. Em 2013, houve uma imposição da troika para a redução drástica do número de chefias em toda a esfera do Estado Português e das Autarquias Locais. E, portanto, a troika já foi embora há quatro anos. E como já foi embora há quatro anos, bom, não é que nós agora, de repente, vamos inventar chefias, permitam-me a expressão, no bom sentido. Nada disso. Mas agora devemos efetivamente revisitar as necessidades efetivas do Município da Guarda para que nós possamos fazer uma coisa tão simples, que é prestarmos um bom serviço aos nossos munícipes, porque o Município da Guarda é, efetivamente, um grande prestador de serviços públicos. Sobre algumas das questões que aqui foram colocadas, permita-me, senhor Doutor, dizer que os 300 mil euros até pode ser menos. E será menos porque, a partir do momento que alguma chefia seja nomeada dentro dos quadros do Município,

o valor tende sempre a cair. Portanto, partimos sempre de uma base zero, de uma base sem qualquer fidelidade, digamos, ao quadro municipal, mas a partir do momento que sejam nomeadas pessoas do quadro municipal, o valor tende a cair naturalmente. Sobre a questão dos diretores de departamento, já foi referenciado. A questão dos SMAS, já lá vamos à questão dos serviços Municipalizados. Mas nós devemos dizer também, aqueles senhores e aquelas senhoras que estão ali, alguns deles, não estão todos porque há um período de férias também, estão quase todos eles nomeados interinamente há mais de três anos. Eu não sei qual é a legalidade disto. Mas, há mais de três anos... se for ilegal eu já tenho meio ano de ilegalidade, mas sem fazermos a revisão da lei orgânica nós não poderíamos decidir o que quer que seja. Aliás, foi isso que dissemos logo na primeira reunião que tivemos com as senhoras e com os senhores chefes de divisão. Mais de três anos. O que é que isto quer dizer? Então, um qualquer chefe de divisão, foi isto que aconteceu durante este período de tempo, mais de três anos, podia cair de um dia para o outro. Podia cair de um dia para o outro. Em termos práticos é assim, porquê? Houve uma anulação de um concurso em 2019 e nunca mais foi feito. Não sei porquê até hoje, porque é que não foi feito. Mas, aquilo que vai acontecer naturalmente, se a Assembleia Municipal assim o entender, assim o esperamos, que aprove esta nova lei orgânica, depois da sua publicação em Diário da República e dos termos formais todos, teremos que nomear interinamente as chefias. No todo ou em parte vamos ter que o fazer. E no prazo de três a seis meses iremos fazer os concursos públicos. É assim que se faz. Foi assim que sempre se fez e é assim que se deve fazer. A menos que venha por aí alguma outra troika colocar tudo em causa. Eu acho que não. Esperamos nós. Nem troikas, nem pandemias. Já chega disso. No que diz respeito à questão da divisão de educação, do número de recursos humanos que lá estão afetos, cerca de duzentos e cinquenta, não somos nós que mandamos neles. Não é senhora Vice-Presidente? Não. São os recursos humanos que, por força da transferência de competências do estado central para a autarquia, estão alocados aos agrupamentos de escolas Afonso de Albuquerque e da Sé. Aliás, esta transferência de competências da educação, não sei se um dia destes não vamos ter que discutir isto aqui tudo, porque foi um presente envenenado para os municípios portugueses. Anda tudo muito calado nessa matéria. Anda tudo muito calado em matéria de transferência de competências. Da área social, vamos ver em função da análise que está a ser feita. Mas da área da educação, neste

momento, a grande parte dos municípios portugueses está a injetar dinheiro... não quer dizer que não tenham que o fazer, porque também têm as suas responsabilidades no caso concreto do 1.º ciclo, como sabemos. Mas no caso concreto dos restantes ciclos, nos restantes equipamentos escolares, os municípios do país estão todos a injetar dinheiro na área da educação. O princípio da lei da transferência de competências não foi este. E por isso é que anda tudo muito calado no país, honra seja feita ao meu colega Rui Moreira que trouxe o assunto à ribalta e vamos ver, nos próximos meses, ou nas próximas semanas, aquilo que irá acontecer nessa matéria. Porque importa visitar a lei que financia a transferência de competências para os municípios portugueses, porque, desta forma, vamos ficar todos muito limitados em outras funções que nós temos que fazer. No que diz respeito, senhor Deputado João Correia, a delegação de competências na área da saúde, ao Município da Guarda não se aplica. Uma ULS, como disse e muito bem o senhor auditor,... não, não vamos ter mesmo nenhuma. A única competência que o Município da Guarda terá, e é aquilo que nós estamos a trabalhar com a senhora Vereadora, é o Conselho Municipal da Saúde. É apenas e tão só isso. Nós não teremos mais competências... claro, há outras competências que nós podemos ter enquanto gestores públicos, políticos, e daí o protocolo que nós aprovámos, também por unanimidade, na última reunião de Câmara, para ajudar a financiar o projeto de execução, não é a obra, é o projeto de execução da ULS para a reabilitação do pavilhão Rainha D. Amélia, para ali ser criado um centro de competências. Um outro centro de competências, vejam só, e esse surgir da nossa iniciativa, nomeadamente com a integração do CINE, do centro de investigação nacional do envelhecimento, e ali congregando os esforços e os trabalhos dos observatórios, a questão do ensino e todas essas matérias de que nós já fomos falando e vamos continuar a falar no futuro. E, portanto, em matéria de saúde são estas as nossas competências e, naturalmente, reforçar continuamente e junto da administração da ULS para que faça a reabertura das extensões de saúde que ainda não estão abertas. É este o papel do Município na área da saúde. Bom, e de vez em quando lá teremos que fazer como aconteceu no passado, ter que ajudar a reabilitar alguns espaços das extensões de saúde para que haja condições condignas para que os profissionais da saúde, médicos, enfermeiros, assistentes operacionais e assistentes técnicos ali possam bem exercer a sua atividade profissional. O gabinete técnico florestal não desaparece. Não desaparece. É

simplesmente recolocado na área do ambiente, para que o ambiente seja tratado... olhe, veja só. Eu fui o responsável, em 2014, por retirá-lo porque estava no fundo da área do planeamento. Fui eu que propus, à época. Estava perdido no meio da divisão do planeamento, da área do planeamento. E colocámo-lo na dependência direta do Presidente ou do Vereador com o pelouro. Mas passados estes anos, aquilo que nós achamos que deve acontecer é que seja colocado precisamente na área do ambiente, para que o ambiente seja tratado por uma só pessoa. Uma só pessoa, salvo seja. Por uma chefia de divisão e que possa organizar, articular com todos os serviços essa área que depois trabalhará, como sabemos, com todas as Juntas de Freguesia, com a PSP, com a GNR, com o ICNF, com a APA e com todas essas entidades. A questão dos cemitérios já foi... cemitérios, feiras e mercados, já foi bem explanada pelo senhor auditor, muito obrigado. Caro Deputado Tiago Gomes, eu cito apenas aqui um número e que nos faz pensar a todos, que nos deve fazer repensar a todos. Sabe qual é o número de processos pendentes de resposta dentro do Município? Nós já temos meio ano de responsabilidade também, é bom que se diga. Nos últimos anos, processos pendentes de resposta dentro da Câmara da Guarda? Está aqui na auditoria. Quarenta e cinco mil, em toda a esfera municipal. Está na auditoria. Nós já temos meio ano de responsabilidade. Quarenta e cinco mil processos. E simplesmente, eu diria, se calhar, até uma grande maioria deles é simplesmente fazer um simples despacho para o resolver. Mas, entre todas as divisões e entre todos os serviços e entre todos os gabinetes, são quarenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três. É isto que está plasmado na auditoria. E é isto que nós nos propomos, ao longo dos próximos três anos e meio, quatro anos, combater. Porque olhamos estas divisões, grande parte delas são completamente ingovernáveis neste momento. É impossível uma única pessoa, tal é a ordem de dependência, como referiu e bem o senhor auditor, oitenta e cinco recursos humanos por cada chefia de divisão, é impossível. Por mais Super-Homem que se seja, ou por mais Einstein que se seja, não conseguem dar despacho a tantas e tantas situações, a tantos e tantos assuntos como entram pela porta desta casa. Pela porta desta casa ou pelo email que hoje em dia também é uma grande porta desta casa. E vejam só. As chefias informais que existem nesta casa, são chefias informais que, nos termos da lei, não têm qualquer responsabilidade. Sob o ponto de vista legal, não têm qualquer responsabilidade, porque a responsabilidade legal é apenas dos chefes de

divisão que estão designados. Há vinte e sete chefias informais nesta casa. Vinte e sete. Está na auditoria. Que correspondem... como é que estas chefias informais eram pagas? Com horas extra. Com horas extraordinárias. Isto não pode ser. Aliás, não sei se é legal, se não é. Mas não importa falar sobre isso agora. Estamos a falar em cerca de 25 mil euros que são gastos anualmente com estas chefias informais. Isto não é forma de governar uma casa. Se existe uma chefia, seja um chefe de divisão ou um chefe de serviço, tem que exercer o poder, tem que ser responsabilizado pelos seus atos e pela sua gestão. Naturalmente por respaldo político. Naturalmente. Mas, sob o ponto de vista técnico, só desta forma é que as coisas podem funcionar, porque, senão, estas vinte e sete chefias informais nunca podem ser responsabilizadas pelos seus atos. Nunca. Porque não estão designados oficialmente como tal. E para isto pode depender, naturalmente, aquilo que o senhor auditor já referiu também, as atribuições dos transportes separadas por três divisões e agora concentra-se tudo na mobilidade; as atribuições de água em três divisões, concentra-se tudo agora naquela chefia de serviço de águas e resíduos que está na dependência da divisão de ambiente; e o mesmo em relação às obras, que estava separado tudo por três divisões e agora fica tudo concentrado. Tudo o que é obras vai para a mesma chefia de divisão e com os chefes de serviço. E foi este diálogo permanente e tivemos um bom diálogo. E os senhores auditores várias vezes nos disseram que esse não era o caminho, e que o caminho deve ser outro. E acatámos claramente, tendo em conta a sua experiência ao longo de alguns anos... já não tem cabelo, não sei se é por essa razão, ou não... mas a experiência que carrega o nosso auditor e a empresa consultora que fez esta auditoria e que nós, naturalmente, acatamos. Por último, referenciar os Serviços Municipalizados, senhor Deputado. Os Serviços Municipalizados foram extintos no final de 2017. Eu não votei essa decisão, como todos sabem. Não votei. Está lá escrito. Está lá nas atas, se alguém quiser consultar as atas, está lá escrito que o Vereador Sérgio Costa não esteve presente nessa reunião. Não estive presente nessa reunião. Ninguém duvida disto, está escrito. Os motivos pelos quais foram extintos, um dia, nas memórias, eu poderei escrever sobre essa matéria. Eu e mais algumas pessoas que faziam o favor de me acompanhar. Porque os SMAS não eram o Vereador Sérgio Costa, ou o Presidente do Conselho de Administração juntamente com os meus pares, os outros Vereadores que faziam parte. Não, muito mais do que isso. Foi um trabalho muito bem feito ao longo de dezanove

anos, honra a quem presidiu aos serviços municipalizados durante esses dezanove anos e graças aos funcionários e aos técnicos do Município, dos SMAS à época, que tudo fizeram para colocar aquele serviço como dos melhores serviços... aliás, era o melhor serviço regional, seja do distrito, ou da região CIM Beiras e Serra da Estrela e da região centro. Um serviço que estava de tal forma afinado e funcionava tão bem que depois, de um dia para o outro, acabou. Não sabemos bem porquê. Um dia, nas memórias, isso será escrito. E os números estão aí para dizer. Falaremos, mais à frente, sobre esses números. Senhor Deputado, senhor Presidente da Assembleia, permita-me, senhores Presidentes de Junta, há aqui um compromisso que eu vou assumir. Nós, hoje, e é isso que lhes pedimos que aprovem, aliás, e o Executivo Municipal acompanhou-nos na votação, por unanimidade, da lei orgânica. Há um compromisso que eu vou aqui assumir perante vós, perante todas e todos vós. Daqui a alguns meses, se Deus quiser, estaremos aqui a fazer uma pequena revisão à lei orgânica para constituição dos Serviços Municipalizados. É esse o nosso compromisso para o futuro.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Se me permitirem, arrumávamos o ponto e colocávamos já à discussão. No entanto, permito-me chamar à colação o n.º 6, do artigo 55º, da Lei 75 de 2013, e que diz: «Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.» A Mesa tem o entendimento, é o entendimento da Mesa, vale o que vale, mas é assim, que se estiver aqui presente algum senhor funcionário da autarquia com direito de voto, a Mesa entende que estará inibido de votar, na medida em que é parte interessada na votação. Não sei se está... Olhe, escusa, depois, de voltar. Está bem? Depois já lhe dizemos a hora. Já lhe dizemos a hora. Senhores Deputados, já agora, a que horas entendem que é possível reatar os trabalhos? Sem ser às cinco da tarde, é obvio. É uma hora. Catorze e trinta? Duas e meia? Como vê, senhor Deputado, já vamos em três horas e vinte e quatro minutos. A Mesa não é assim tão cerceadora. Então, colocávamos o ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.2 - Discussão e votação da proposta de Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais da Câmara Municipal da Guarda e respetivo Regulamento. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e quatro votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Então, às catorze e trinta, se fizerem favor. Muito obrigado e até logo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Antes da ordem do dia, embora já tenhamos votado um ponto da ordem de trabalhos, e agora temos aqui uma moção e um voto de congratulação apresentados pelo grupo PG. Moção pela devolução à Guarda do Hotel Turismo. Quem vem? Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. «A história do Hotel Turismo da Guarda confunde-se com a da cidade e da região ao longo do último século, tornando-se num dos edifícios mais emblemáticos do concelho e do distrito, tornando-se mesmo num ex-libris da arquitetura da nossa cidade. A sua arquitetura única e inconfundível, a sua localização privilegiada no coração da cidade, aliada à nobre arte do bem receber beirão, fizeram deste nobre espaço o coração pulsante da cidade do século XX. As personalidades que recebeu e acolheu. Os acontecimentos históricos a que sobreviveu e assistiu: assunções de ditaduras, proclamações de Homens Sem Medo, aclamação da Liberdade,... enfim: é, por si só, testemunha e testemunho da História do País e da Guarda. Curiosamente, vivemos há poucos dias a comemoração do 25 de Abril, onde se iniciaram de forma solene as preparações para a comemoração do cinquentenário da nova madrugada, aquela que tantos ansiaram, muitos se debateram e todos esperavam. Também este ano, no dia 6 de julho se comemorarão os 75 anos da inauguração deste grande e impulsionador de desenvolvimento, de vida e de liberdade. Os brasões que ainda hoje talhados no forte granito, resistindo ao tempo, enobrecem a sua frontaria, devem ser para nós testemunho de que não foi o edifício que se esqueceu da Guarda: mas os políticos esqueceram, alienaram e, por atrasos sucessivos, adiaram a sua devolução à Guarda. Para muitos, por gerações foi ponto de trabalho, de encontro e de lazer. Acredito que falo pelo coração de muitos, que querem aquele edifício, que tanto deu à Guarda: seja para a Guarda, para os guardenses, para todos. O Município da Guarda tem projetos programados num futuro próximo que necessitam de capacidade hoteleira deste saudoso equipamento, como é o caso dos Passadiços do Mondego, dos Trilhos do Noéme, entre outros. No entanto, os sucessivos governos da nação não

conseguiram até hoje, passados mais de onze anos desde o seu encerramento, apesar dos consecutivos concursos, hastas públicas e programas de revitalização, recuperar o edifício e dar continuidade à atividade para o qual foi construído, sem que exista uma solução para a sua revitalização e recuperação. Talvez, seja neste aniversário jubilar dos 75 anos, vamos devolver o emblemático edifício à Guarda. Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida em plenário a 27 de Abril de 2022, delibera instar o Governo da Republica Portuguesa para que: 1 - Se até ao final do presente ano civil o Governo não recuperar o edifício e devolver a sua atividade, que devolva a propriedade do Hotel Turismo da Guarda ao Município da Guarda, livre de ónus e encargos, para que seja a instituição representante dos munícipes da Guarda a encontrar a solução mais rápida e viável para a sua recuperação e entrada em funcionamento. 2 - Remeter a presente moção para Sua Excelência o Primeiro Ministro, o Ministro da Economia e a Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Se alguma senhora Deputada ou senhor Deputado desejar intervir, faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Antes de mais, importa, relativamente a este ponto, perceber o passado para depois, a seguir, podermos votar. Na altura, Cecília Meireles, no Governo do PSD, anulou o projeto que estava previsto para que o Hotel fosse um Hotel Escola. O Governo do Partido Socialista fez o programa REVIVE, com sucesso em praticamente todo o país e que aqui tem tido insucesso. Se calhar é importante saber por que é que aqui tem tido insucesso. E por que é que aqui o Turismo e os investidores não se querem fixar. Depois, dizer que o Governo deve devolver o Hotel à Câmara, caso não o reabilite, até ao fim do ano civil, é assim, a Rua Soeiro Viegas é muito mais pequena do que o Hotel e reabilitar a Rua Soeiro Viegas tem sido uma coisa impressionante. E, portanto, estarem, neste momento, a colocar a questão da reabilitação de uma infraestrutura que, neste momento, ainda nem sequer se iniciaram obras, parece-me, de alguma forma, precipitado. De qualquer forma, havendo uma alteração da proposta noutro sentido, nós estaremos para discutir. Neste caso, como é óbvio, será completamente impossível que o Governo reabilite o Hotel até final do ano.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Algum senhor Deputado deseja intervir? Faz favor.” -----

- **Daniel Gonçalves, Deputado (PG):** “Sim, sem dúvida. Acho que um edifício daqueles, não estamos a falar em meia dúzia de dias que se reabilita, nem que se põe outra vez o seu auge. Mas, como é obvio, é assim, pelo menos até ao final do ano civil se inicie a sua reabilitação. Ou, de um modo geral, haver uma proposta em cima da mesa. Neste momento, nem isso existe. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Não havendo, irei colocar a proposta à votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----
----- **Pela Devolução à Guarda do Hotel Turismo** -----
Aprovada, por maioria, com quinze votos contra, três abstenções e cinquenta e sete votos a favor. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Ainda a última Moção do PG, Voto de Congratulação. Faz favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Vamos fechar este ponto que já vai longo. Vou ser breve. O grupo municipal do PG quer fazer um Voto de Congratulação à Câmara Municipal da Guarda, e também extensível a todos os guardenses, no acolhimento que foi feito e tem sido feito aos cidadãos Ucrrianos refugiados. Vou começar por ler uns versos de um poema que acho que se adequa muito neste Voto de Congratulação: “Dizem que esta cidade tem dez milhões de almas; Umas vivem em palácios, outras em mansardas; contudo não há lugar para nós, minha querida, não há lugar para nós. Uma vez tivemos uma pátria e julgávamos que era bela. Olha para o mapa e lá a encontrarás; mas não poderemos regressar tão cedo, minha querida, não poderemos regressar tão cedo. Fui a um comissariado e ofereceram-me uma cadeira. disseram polidamente para voltar no ano seguinte: mas onde iremos agora, minha querida, onde iremos agora?” Ainda que haja semelhanças entre a descrição do poema e a invasão promovida por Putin, podemos dizer, na Guarda, que a receção não tem sido a descrita no poema porque a Câmara da Guarda agiu proativamente, criou um Gabinete

de Crise, organizou, de forma célere, a logística para ir buscar algumas destas pessoas. Pessoas, como nós, que acolheu. E que não foi só o Executivo ou o Município, foram todos os cidadãos da Guarda que, de forma anónima e solidária, colaboraram neste trabalho. E, depois, de forma serena e resguardada, o Município, e também os funcionários, prosseguiu a sua missão, protegendo estes cidadãos que se encontram numa situação de fragilidade. Agora vemos uma nova fase deste trabalho, com a inserção no mercado de trabalho de alguns adultos e o regresso à escola para os mais jovens. Face ao exposto, apresenta-se então este Voto de Congratulação, exorta-se o Município a prosseguir o bom trabalho que tem feito desta forma humanista e compassiva. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado se deseja pronunciar?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Nós vamos votar favoravelmente. A única coisa que queríamos sublinhar é que, sim, é ótimo termos um programa que seja temporário. No entanto, enquanto Bloco de Esquerda, o que nós gostávamos de ver mesmo era um programa de apoio a refugiados que fosse permanente, não fosse temporário e não fosse limitado apenas a uma nacionalidade. Esta é a nossa única questão. Até porque programas permanentes trazem resultados permanentes, trazem atenção às pessoas, trazem acompanhamento. Tudo o que é temporário traz problemas, normalmente. Se as coisas forem feitas de forma a considerar alguns meses ou alguns anos, pode haver dificuldade no encaminhamento das pessoas, nas alimentações, nas estruturas e não é isso que queremos. Não queremos transportes de pessoas escusadamente, seja dentro da cidade ou seja para fora da cidade. Portanto, temos que ter atenção à forma. Ou seja, estamos a lidar com pessoas que já vêm com um trauma de guerra. Portanto, todos os programas que existem devem ser sustentados, devem ser permanentes. Novamente, evitando trazer transtornos das pessoas que vêm e que poderão, por algum motivo, ter que se deslocar, sem sentirem esse respeito. Mas, de resto, é uma boa iniciativa. Novamente, se fosse permanente e sem discriminação da nacionalidade, melhor ainda.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais algum...
Senhor Deputado, faça favor.” -----

- **Nuno Laginhas, Deputado (PS):** “Muito boa tarde senhor Presidente, boa tarde senhores Deputados. O PS, em certa parte, acompanha esta moção de algum trabalho que o Executivo da Câmara tem feito no âmbito dos refugiados da Ucrânia. Contudo, achamos que está muito aquém este louvor. Uma primeira razão, acho que o louvor deve ser estendido ou pensamos que o louvor deve ser estendido a toda a comunidade guardense. Sem a comunidade guardense, sem a participação e colaboração da comunidade guardense em distribuição, em doação de bens, disponibilização de habitações, disponibilizar o seu tempo, pouco poderia ter sido feito. Outra razão que nos assiste, para estarmos um bocado na dúvida nesta moção, tem a ver também com o trabalho que é preciso ser feito e coordenado. Pensamos nós que falta uma estrutura tecnológica, ou algo do género, que coordene o trabalho, que coordene estas doações todas, estes contributos todos da comunidade. E pensamos também que o Gabinete que está criado, de Crise, além de, sim senhor, estar aberto aos refugiados Ucrânicos, mas não nos podemos esquecer que temos muitos mais refugiados de outros países e que também é preciso que ele esteja aberto também a esses refugiados. Muito obrigado.” -

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado. Faça favor. Eu só gostava, senhor Deputado do Partido Socialista, se me permite. É que, senhor Deputado, propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida no dia vinte e sete de abril de vinte e dois, este Voto de Congratulação a toda a população da Guarda pelo apoio tão generosamente prestado e apela a que o Executivo continue com a ajuda. Portanto, já estava aqui o apoio à... Está. Está bem, a parte final está cá. Muito obrigado. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Hugo Fernandes, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. O senhor Presidente já fez a correção que eu também ia fazer. Porque foi lido, nós escutámos atentamente que o Voto de Congratulação se alargava a toda a população que tem colaborado. De facto, isso tem acontecido. No entanto, nós gostaríamos, e de facto não consta, era uma sugestão que faríamos para futuras Assembleias, na informação ao município que é prestada no final, poderia constar precisamente o número de refugiados que já foram

recebidos pelo Município, quantos é que estão cá, quantos é que já saíram e de que forma tem decorrido. Nós temos assistido e, junto da comunidade, temos ouvido alguns relatos. Temos uma vaga ideia que estão cerca de cem pessoas refugiadas na cidade. Alguns já saíram para outros concelhos, nomeadamente Manteigas e Unhais da Serra, para trabalhos. Cerca de meia dúzia, por aí. Cá na Guarda também estão alguns inseridos no mercado de trabalho, também não sei se passa a meia dúzia. No entanto, o trabalho, o que nos parece é que estamos ainda a começar. Parece-nos que o trabalho que foi feito foi muito bom, mas foi o mais fácil. O mais difícil agora é reabilitar estas pessoas que vêm com muitas dificuldades, com muitos transtornos naturais. Se nos tentássemos pôr no lugar delas, veríamos que não conseguiríamos facilmente ultrapassar esta situação, por mais conforto que nos fosse proporcionado. E isso está a ser proporcionado certamente, presumimos que sim. Mas o trabalho árduo está pela frente. E convém, além do Município, envolver todos os voluntários que têm colaborado e temos assistido, na imprensa, a vários grupos de voluntários que se dispõem a colaborar com aulas nas mais diversas valências. E, portanto, acho que esse trabalho deve ser feito, deve ser envolvida a comunidade, como tem sido feito. Mas o trabalho ainda está no início. Era apenas esse alerta. E gostaríamos de ter o *feedback* do que vai acontecendo, é uma sugestão que deixava, para termos noção do número de pessoas envolvidas e não apenas a perceção dos reais números de refugiados abrangidos. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado José Rodrigues, queria intervir? Faça favor.” -----

- **José Rodrigues, Deputado (PG):** “Só para terminar, sobretudo em relação ao que a Deputada Bárbara disse, que o grupo municipal do PG revê-se também na necessidade de se tornar permanente e exortamos também o Executivo a assumir esse papel de ter um impacto maior, não só a situação da Ucrânia, mas de forma permanente. É deixar essa nota também.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado, senhor Deputado. Não sei se mais alguém deseja intervir? Eu peço desculpa ao senhor Presidente da Câmara, porque, no

ponto anterior, não lhe dei a palavra. Quando for assim, faça-me um favor, chame-me à atenção. Tem a palavra, se desejar agora intervir. Muito obrigado.” -----

- Sérgio Costa, Presidente da Câmara: “Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre aquilo que é referido, sobre a necessidade de um programa de apoio a refugiados permanente, estamos todos de acordo. Devemos recordar os refugiados que houve da região de Donetsk, em dois mil e catorze, com a guerra da Crimeia. Nunca ninguém se lembrou disso. Devemos, mais ainda, os refugiados da Síria são em número muito superior aos refugiados da Ucrânia e ninguém se lembra disso na Europa. Só que agora a guerra bateu-nos à porta. Está aqui ao lado, está a poucas horas de distância. E a Europa finalmente despertou para isso e nós temos que estar bem preparados para aquilo que será o futuro. Aliás, as Nações Unidas falam muito sobre isso, sobre os refugiados de guerra e sobre os refugiados climáticos. E nós devemos estar, estamos perfeitamente de acordo, estamos todos de acordo, temos que estar preparados com aquilo que possa vir a acontecer, cada vez mais, no futuro. E nunca podemos esquecer que hoje são os outros e amanhã somos nós. E, por isso, com esta experiência, o Município da Guarda não tinha este tipo de experiência e estamos todos a aprender diariamente. Estamos mesmo todos a aprender, a Câmara da Guarda, as entidades que estão envolvidas em todo este processo, todos os voluntários, a população da Guarda, estamos todos a aprender com este processo. E a lidar, muitas vezes, com pinças, permita-me a expressão, para lidar com esta situação. Porque só quem viu aquelas pessoas, naquela madrugada a chegarem, viu a cara deles e o estado em que eles chegaram. Só mesmo vendo na realidade é que nós nos podemos aperceber da situação. E tem sido um trabalho muito de formiga, de falar com as pessoas e com as instituições, com o NERGA, que está envolvido desde a primeira hora; com a nossa Associação Empresarial; com as nossas Escolas; com o Instituto de Emprego e Formação Profissional; com o SEF; com a ACT; com a Segurança Social, não falando entre outras. Tudo devidamente coordenado e honra seja feita, tem funcionado, desde a primeira hora, com a vigência do anterior Secretário de Estado que tinha a tutela das migrações, Eurico Brilhante, e continua a acontecer. O Alto Comissariado das Migrações tem sido exemplar a lidar com este processo no país todo. Exemplar, desde a primeira hora, a pedir as informações de como estão a correr as coisas na Guarda. Não é só na Guarda, é no país todo. Aliás e temos

recebido até elogios, ainda ontem estiveram cá os responsáveis do Alto Comissariado para as Migrações e recebemos elogios sobre a forma como o processo na Guarda está a decorrer desde o início e a quantidade de pessoas que aqui se tem fixado ainda. E, portanto, a Guarda, posso transmitir, senhor Deputado, que em matéria de fixação de refugiados, a Guarda está na segunda posição no país, depois de Lisboa. São estas as informações que nos foram ontem referenciadas pelo Alto Comissariado para as Migrações. Mas, em termos de números, na última reunião de Câmara nós entregámos aos senhores Vereadores um relatório sobre os números, quer ao senhor Vereador do Partido Socialista, quer aos senhores Vereadores do Partido Social Democrata. Entregámos um pequeno relatório que retrata o estado da situação. Mas, telegraficamente, falando nos números, nós não gostamos muito de falar de números quando estamos a falar de pessoas. Mas o senhor Deputado perguntou e vamos falar de uma forma muito telegraficamente. Há doze pessoas com contrato, isto há uma semana atrás, pouco mais, com contrato de trabalho ou contrato em fase de elaboração, doze pessoas. Treze pessoas com entrevista de emprego realizada e a aguardar a elaboração do contrato; mais sete a aguardar a entrevista de emprego; quinze pessoas que vivem em habitação particular e mais treze pessoas que passarão a viver numa habitação fora, digamos, do Centro Apostólico. Esta é a evolução em dois meses. É um trabalho contínuo. Este trabalho nunca estará acabado. E nós estamos já, nós falámos sempre na primeira, na segunda e na terceira fase. A primeira fase que era as pessoas estabilizarem. Emocionalmente e fisicamente ficarem estabilizadas e estabilizaram. E a fase seguinte foi precisamente fazer a integração das pessoas ao nível laboral, ao nível profissional. Outra fase, ao nível educativo, conforme já fizemos na passada semana. Seguir-se-á ao nível social, ao nível cultural. São as várias fases que nós estamos a prosseguir. E um agradecimento aos técnicos e aos funcionários do Município que estão todos envolvidos, e são muitos, que estão todos envolvidos, juntamente com a Cáritas Diocesana, que temos que agradecer também, estão envolvidos em todo este processo para, acompanhando todos os dias, todos os refugiados, para que eles se possam sentir, na medida do possível, em sua casa. Na medida do possível, naturalmente, como todos imaginamos. E estamos gratos pelo trabalho que está a ser feito e que, naturalmente, é um trabalho que nunca está acabado. E, todos os dias, devemos estar sempre

preocupados em conseguir fazer a sua integração na nossa comunidade, aos mais diversos níveis. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, o Voto à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

----- **Pela Ação da Câmara Municipal da Guarda** -----

----- **no Acolhimento aos Cidadãos Ucrrianos Refugiados** -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta e seis votos a favor. -----

Período da Ordem do Dia

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “A primeira proposta de intervenção a chegar à Mesa é do grupo PG: Cultura, urbanismo e regeneração urbana.” -----

- **Isabel Gonçalves, Deputada (PG):** “Boa tarde a todas e a todos, novamente. Cumprimento o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Foi com consternação, mas sem surpresa, que a cidade da Guarda foi excluída como candidata a Capital Europeia da Cultura 2027. Consternação, pois, cinco anos após o início da candidatura, do anúncio da candidatura pelo então Presidente Álvaro Amaro, imenso dinheiro gasto, um milhão, o que ganhou a cidade? Que benefícios foram implementados na cidade? Que recuperação histórica, patrimonial, foi realizada? Que projetos de desenvolvimento cultural se transformaram numa mais valia e que perduraram? Não conseguimos apontar nenhum aspeto que se possa considerar efetivamente estruturante para o nosso desenvolvimento cultural, artístico e patrimonial. Desde o início do anúncio da candidatura que se perspetivava este desfecho. Como facto fundamental, no nosso ponto de vista, a ausência efetiva do envolvimento dos habitantes da Guarda e do seu concelho. Esta candidatura nasceu de uma pessoa, ex-Presidente Álvaro Amaro. A escolha dos responsáveis revelou-se infeliz, com a nomeação do coordenador da unidade de missão de preparação da candidatura José Amaral Lopes, ex-Secretário de Estado da Cultura, a demitir-se, em 2019, com críticas à inércia da Autarquia de então, focalizadas em Vítor Amaral. O senhor que se

seguir, Arquitecto Pedro Gadanho, outro desconhecido por cá, foi principescamente pago. Na altura, o PS apelidou o contrato de milionário (que é, de facto, 120 mil euros mais I.V.A.) e disse estar preocupado e cito, novamente, o PS: «com o absoluto défice de informação sobre a candidatura da cidade a Capital Europeia da Cultura». Este défice de informação transformou-se numa fragilidade que se tornou imensa, por incapacidade de galvanizar a cidade, as associações, as comunidades e envolvê-las no processo. À época, o argumento para justificar os montantes tão elevados, e estamos a falar dos 120 mil euros, é um valor elevado, mas os bons profissionais pagam-se. Vejamos, então, alguns aspetos que o júri, composto por doze especialistas internacionais, dez nomeados pela União Europeia e dois pelo nosso Ministério da Cultura Português, salientou no BidBook, o dossier da candidatura, e que se divide em seis dimensões: contribuição para a estratégia cultural a longo prazo; programa artístico cultural; dimensão Europeia; alcance e desenvolvimento de públicos e gestão e capacidade de execução. Em todas elas foram apontadas falhas e críticas, embora o Júri tenha considerado uma abordagem espacial muito ambiciosa e interessante de trabalhar. No entanto, sem resultado. Palavras como falta de clareza; indefinição; sem avaliação ou monitorização, são usadas frequentemente ao longo do texto do relatório, páginas trinta e um a trinta e quatro. E não foi por falta de avisos consecutivos, registados no anterior plenário desta Assembleia, que essa tentativa de monitorização deixou de ocorrer. De facto, muitos podem dizer que a Guarda sonhou alto de mais. Antes pelo contrário. A Guarda esperava mais, a Guarda esperava mais e melhor. A Guarda e as coletividades da Guarda, desde associações a centros culturais, de freguesia, a grupos de bairro, de escolas, a centros de dia, dos mais novos aos mais velhos, todos merecíamos ter sido envolvidos. Em suma, as ausências de dimensão Europeia, de implementação de projetos apresentados, experiências em acolher grandes eventos, são razões invocadas para a não passagem da Guarda à fase seguinte. Mas são-no, de facto, ou foi isso que foi apresentado por quem não conhece, não dialogava e não procurava a realidade? Quanto à dimensão europeia, muito há a fazer, sobretudo com os jovens com a nossa vizinha Espanha. Quanto aos projetos, a ausência de informação é gritante. No que toca aos eventos, e tanta celeuma trouxe à praça pública o cancelamento da FIT, não era, nos responsáveis da candidatura, um grande evento? Mas prefiro falar do 10 de Junho que por duas vezes, em democracia, acolheu

esta cidade. Prefiro a esperança das comemorações do cinquentenário de Abril, na qual o senhor Presidente se comprometeu nomear uma comissão de honra e executiva, celebrar e engrandecer a data, o feito, a região. Parabéns ao senhor Presidente da Câmara e esperamos que seja uma resposta que a Guarda não teve para 2027. E os nossos festivais da cultura popular, identidade e parceria com Salamanca, aliás, elogiada, foram como fogo que arde sem se ver? A questão da itinerância pelos dezanove Municípios, saudada como interessante pelo júri, suscitou a questão da dependência de transportes públicos eficientes e que, obviamente, não existem. Cinco anos e 1 milhão de euros depois, pouco nos resta para além de um amargo de boca e a oportunidade de refletir sobre o que falhou, o que aprendemos e, eventualmente, recomeçar. Ainda assim, para nós ficou claro que a incapacidade de apresentar a nossa herança cultural, projetando-a no futuro com novas formas de expressão, as ausências de um envolvimento efetivo das pessoas, das coletividades, sem a proximidade no terreno com a realidade, terão condenado a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura, quando tanto temos para dar e para mostrar. Mas, como diz o poeta, o sonho comanda a vida. Haja também alguma eficácia. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Se algum senhor Deputado desejar intervir, faça favor. Tem a palavra. Muito obrigado.” -----

- **Lucinda Fernandes, Deputada (PSD):** “Boa tarde a todos. Boa tarde senhor Presidente, sintam-se cumprimentados na sua pessoa. O relatório sobre a avaliação do CEC Guarda 2027 foi lido, se calhar, por todos nós. Tem pontos fortes, tem pontos fracos. Ouvi aqui a senhora Deputada falar muito nos pontos fracos. Tem, sim senhora, e os pontos fracos devem ser analisados. Tem muitos pontos fortes, como foi dito no próprio relatório: muito positiva a apresentação de diversos projetos experimentais, abordando as mudanças climáticas por meio da cultura; a rede de parceiros culturais nasceu de um método inclusivo, com uma série de open calls, chamadas abertas; existe um bom enquadramento na questão da ativação de vários universos públicos, entre outros. Quando se faz a análise de um projeto, e quem é aqui de análise ou quem conhece um pouco de análise, sabe que, para além dos pontos fortes e dos pontos fracos de um projeto, devem também, ser analisadas outras coisas e essas outras coisas são as

oportunidades. A Guarda teve uma oportunidade. Teve uma janela de oportunidade. Poderemos dizer que não estávamos à altura para conseguir ter e ganhar este projeto, mas estaríamos, provavelmente, à altura de passar a uma próxima fase. Li na comunicação social, também, e no próprio relatório, que não temos experiência em grandes eventos. Pois não. Não temos. Mas, se nunca experimentarmos e se nunca tivermos um, nunca teremos. Isto acontece quando um jovem começa à procura de emprego e lhe dizem sempre: não, precisa de experiência. Precisa de experiência, mas se nunca ninguém lhe der a experiência nunca vamos conseguir. Nessas análises usam-se muito as oportunidades e eu acho que esta era uma oportunidade de fazermos a Guarda sair um pouco deste marasmo em que nos encontramos. Com muitas coisas boas, obviamente. As experiências adquiridas através deste envolvimento e empenho regional podem revelar-se muito benéficos, se se optar por prosseguir oportunidades europeias alternativas que melhor se adequem ao objetivo destas relações regionais e às suas legítimas aspirações de revitalização territorial. Aprofundar ainda mais o conceito da metrópole rural e aproveitar bem o bom trabalho que a Guarda iniciou com a região. Isto são oportunidades que não devemos perder. Aproveitar, como uma mais valia, os projetos que se iniciaram e que, trabalhados, poderemos tirar grandes resultados deles e, obviamente, quem tira o maior resultado é a população em si, é o cidadão. Tenho apenas uma questão final para colocar, que é, e faz parte de uma análise, saber o que é que falhou. Pelo perfil da avaliação, assenta em questões de conteúdo global da candidatura, questiona-se sobre se o Executivo, neste momento, já tem reação e explicação do diretor executivo que tinha a responsabilidade técnica de coordenar, dirigir e defender a candidatura apresentada ao júri internacional. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Não? Senhor Presidente da Câmara, deseja dizer alguma coisa? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Aquilo que nos fica efetivamente desta candidatura a Capital Europeia da Cultura, processo esse que eu também votei favoravelmente há uns anos atrás, há quatro anos atrás. Senhora Deputada, muito obrigado pela resenha histórica que aqui nos fez sobre todos os

episódios que foram acontecendo ao longo destes últimos anos. Mas aquilo que nos fica, efetivamente, é este relatório do júri depois do BidBook que foi apresentado. E nós queremos acreditar que tenha ficado alguma coisa de bom. Queremos mesmo acreditar que tenha ficado alguma coisa de bom, porque, depois de tanto dinheiro gasto, com certeza que Famalicão, que Gonçalo, e cada uma das Juntas de Freguesias muito gostariam que parte daquele dinheiro lhes tivesse sido atribuído para um programa cultural ao longo dos últimos três ou quatro anos. É claro que sim, mas sempre com equidade. Sempre com equidade. Mas nós gostaríamos que mais tivesse ficado e nós estamos a reavaliar todos e cada um dos projetos. Alguns não fazem mesmo o mínimo sentido, que é uma mão cheia de nada e é a Câmara a dar dinheiro para Lisboa, para a cultura de Lisboa. Não, o dinheiro para a cultura é cá que deve ficar. É claro que há algum dinheiro para a cultura que deve sair da Guarda, naturalmente, para irmos procurar pessoas para que nos possam ensinar. É assim que deve ser feito para sermos melhores executores, ao nível da cultura e não só. Mas em primeiro lugar é com os de cá que nós devemos trabalhar, conforme falávamos de manhã nas quatro companhias de teatro que nós temos aqui no nosso concelho. E é esse trabalho que nós estamos a fazer e vamos continuar a fazer ao longo dos próximos meses. E nós podíamos simplesmente olhar, não sei se já todos viram o relatório do júri. Se quiserem o Município, a seu tempo, há de publicá-lo, assim que tenhamos as contas todas saldadas. As contas, para que se saiba, ainda não estão saldadas. Continuam a chegar contas, nomeadamente de programadores a dizerem que havia compromissos que não foram honrados. Continuam a chegar oficialmente comunicações neste sentido. Vamos ver quando é que isto estabiliza, quando é que isto acaba. Queremos que isto acabe. E, portanto,... senhor Presidente, quando eu estou a falar... olhe, os senhores Deputados estão, honrosamente, muito grato, a ouvir. Mas depois há aqui uns ruídos de fundo que nós não entendemos, senhor Presidente. Mas, cada um é como cada qual, naturalmente. Mas, aquilo que nos fica e nós, a seu tempo, iremos fazer a publicação da versão em inglês e da versão em português sobre o relatório para que todos possam verificar, ler na íntegra aquilo que o júri internacional refere sobre a candidatura. Mas há coisas, vejam só, resumidamente, coisas que lá são ditas. O BidBook, não foi a Guarda, o que lá está escrito e quem coordenou tudo isto, não soube explicar o verdadeiro potencial da Guarda, seja ao nível cultural e ao nível da organização dos eventos. Então, mas a Guarda

não tem capacidade de organizar eventos? A Guarda não é capaz de se galvanizar, conforme fez ao longo destes quarenta e oito anos de democracia, pelas mais diversas vezes? Não foi capaz de realizar um 10 de Junho? Uma cerimónia internacional, de uma forma profissional onde todos estiveram presentes. Então e a Cimeira Ibérica que foi realizada há dois ou três anos? E tantos outros eventos que nos últimos, digamos, nos últimos vinte anos foram feitos na Guarda, nós não temos essa capacidade? Mas ninguém teve a capacidade e a hombridade de explicar no BidBook, no relatório, que nós temos essa capacidade? E a questão dos transportes? Os transportes são tão fáceis de resolver, haja dinheiro e tudo se resolve. Os transportes na comunidade intermunicipal, ninguém foi capaz... não era com uma ciclovía que nós lá iríamos, uma ciclovía entre os dezassete municípios da comunidade intermunicipal e do distrito. Não era com uma ciclovía que nós lá iríamos, de certeza. Mas era com uma rede de transportes. Mas ninguém soube explicar isto ao júri internacional? Mas por quê? O que é que se passou aqui? Esquecimento? Esquecimento? Nós temos um bom queijo da serra que, às vezes, pode levar ao esquecimento. Mas, provavelmente, não vemos outra justificação não ter sido isso. E vejam só. Vocês podem verificar no livro as referências que lá estão em relação a duas grandes instituições que nós temos, ao Centro de Estudos Ibéricos e a Eduardo Lourenço que é uma grande instituição. Vejam quantas referências lá estão a essa grande obra que foi o Centro de Estudos Ibéricos, há pouco mais de vinte anos, e ao ensaísta, ao nosso saudoso Eduardo Lourenço, quantas vezes lá é mencionado. Então nós não soubemos aproveitar aquilo que nós temos de melhor na nossa região, na nossa terra, para conseguirmos convencer o júri internacional, fazendo o lóbi, naturalmente, o lóbi da escrita como todos fizeram, como as outras candidaturas fizeram. Mas isto não está lá pasmado. No que diz respeito ao relatório do senhor Diretor, aguardamos o relatório do senhor Diretor, muito serenamente. Mas olhe, parece que hoje já... não sei o que é que lá diz, mas na comunicação social, num órgão de comunicação social vem lá uma entrevista qualquer. O Presidente da Câmara não autorizou entrevista nenhuma e ele ainda está a ser pago pelo Município da Guarda. Estamos a acabar de pagar a conta. Lá iremos ler o que é que lá está escrito. Se os relatórios agora são na praça pública que são colocados, então é na praça pública, se calhar, que nós temos que discutir cada vez mais aquilo que se passou com esta candidatura. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Encerrado este ponto, tem a palavra a senhora Deputada Bárbara Xavier. Já estamos noutro. Está na mesma folha, peço desculpa.” -----

- **Paulo Teixeira, Deputado (PG):** “Ex.mo senhor Presidente da Assembleia Municipal, na sua pessoa cumprimento todos os presentes nesta casa da democracia, casa de todos nós. É precisamente de todos nós que venho falar, em nome do grupo municipal Pela Guarda, questionar o Executivo, por tanto sentir o que todos os guardenses sentem. A Guarda, apesar dos avanços, é um estaleiro a céu aberto. Obras prometidas e começadas sem fim, com gritantes defeitos, mal equacionadas, em tempos de intervenção e com prazos cada vez mais longos. Falo, como todos devem compreender, do eixo viário entre a Avenida Afonso Costa e a Alameda de Santo André. Para quando o fim dessas obras? Por quê a sua demora? Espaços emblemáticos da nossa cidade, como a envolvente da Capela do Mileu continua sem o seu aproveitamento que lhe era destinado. O que falta? Permita-me, ainda, senhor Presidente, que questione para quando a requalificação dos acessos ao terminal ferroviário de passageiros e mercadorias na Guarda Gare, que, segundo sabemos, o governo comprometeu-se a realizar perante a reabilitação da linha da beira alta. Para quando as variantes dos Galegos e da Sequeira? Surgem na mesma empreitada. Já agora, com os acessos condignos entre os Galegos, a Quinta dos Covaiais e a Plie. Qual o ponto da situação dos arranjos urbanísticos que começaram, qual divina promessa anterior ao ato eleitoral e pouco ou nada foi feito. Senhor Presidente, V Exa. é um homem do terreno, todos o reconhecemos, ninguém pode dizer o contrário. Sabemos e reconhecemos a sua experiência, seja na cidade, seja em qualquer aldeia ou lugar, rua ou caminho. Mas a Guarda precisa de respostas. Queremos regeneração urbana, sabemos o programa ambicioso que defendemos e apresentamos. Conhecemos a sua garra e sabedoria para levar a bom termo todos os projetos e compromissos assumidos. No entanto, é imperioso fazer o ponto da situação e a Guarda conta consigo para que, de uma vez por todas, os projetos tenham princípio, concretização e fim. Obrigado, senhor Presidente.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se algum senhor Deputado deseja pronunciar-se sobre este tema? É urbanismo e regeneração urbana. Faça favor.” -----

- **José Alexandre, Deputado (PSD):** “Muito boa tarde a todos. Eu vou ser breve. Tenho algumas dúvidas e questões relativamente à consulta pública sobre o futuro da antiga casa da legião. Mas antes quero dizer duas ou três palavra sobre a Praça Luís de Camões. Há muito que se fala na necessidade de intervir na Praça Velha, é preciso dar vida à Praça Velha. Fazer da Praça Velha uma sala de estar da Guarda, um lugar onde as pessoas gostem de estar e se sintam confortáveis. Provavelmente é necessária uma intervenção arquitetónica. Além disso, é necessário fixar e atrair serviços públicos e, sobretudo, privados. Nos últimos anos deram-se, em meu entender, alguns passos no bom sentido. Porém, não são suficientes. Pareceu-me acertada a compra de casas devolutas pelos anteriores Executivos, nomeadamente a compra da antiga casa da Legião, pelo Executivo liderado pelo Dr. Carlos Chaves Monteiro. Convém, todavia, ter um plano para a Praça Velha em geral e para essas casas em particular. O Dr. Carlos Chaves Monteiro tinha uma ideia clara sobre o destino a dar à antiga Casa da Legião, queria construir aí um Museu de Arte Moderna concebido por um Arquiteto de renome. Um Museu que fosse ele próprio uma obra de arte e que servisse de chamariz, que atraísse pessoas de fora e de dentro da Guarda. Havia já contactos com a Associação Nacional de Farmácias a fim de ali instalarem a coleção de arte contemporânea de António Piné. Enfim, as coisas estavam bem encaminhadas. Em meu entender era um bom projeto. A Guarda é capital de distrito, só tem um museu e, esse novo museu, além de dar vida ao centro, poderia ser um instrumento importante para o turismo cultural. Como é evidente, o senhor Presidente da Câmara atual tem o direito de não concordar com essa solução ou pode simplesmente ter dúvidas sobre qual é a melhor solução para antiga Casa da Legião. Seja como for, tenho as maiores dúvidas sobre a utilidade de uma consulta pública sobre o destino a dar esta casa em concreto. Senhor Presidente da Câmara, já sei. Vai dizer que quer um processo participativo, um processo absolutamente democrático. Muito bem. Mas, então, por que não fazer antes uma consulta pública sobre uma proposta mais arrojada, que abranja toda a Praça Velha e não apenas a antiga Casa da Legião? Outro ponto, acho um bocado ambíguo o que se pretende perguntar

aos guardenses com esta consulta pública. São apresentadas três possibilidades: a) construir uma nova praça com um parque de estacionamento de cerca de cinquenta lugares; b) reconstruir parcialmente o conjunto edificado com uso a definir e aberto a sugestões, com cerca de trinta ou quarenta lugares de estacionamento e c) outra solução, outra alternativa, outra proposta que as pessoas queiram colocar. Isto não parece bem uma consulta pública típica, em que há uma proposta concreta, acompanhada geralmente de um conjunto de explicações e, depois, pede-se aos munícipes para darem sugestões a fim de melhorar a proposta inicial. Isto parece mais uma consulta pública com elementos referendários, em que se pergunta aos guardenses qual das propostas preferem, a), b) ou c), sendo que a proposta b) é bastante vaga e a c) é uma questão completamente em aberto, em que, supostamente, cada um pode sugerir o que bem entender. Outra questão, como é que se vai processar exatamente esta consulta pública? Presumo que as pessoas vão ter um determinado número de dias para enviarem um requerimento, devidamente identificado, ao senhor Presidente da Câmara. É isso? Ou as sugestões terão, como destinatário, uma comissão? E quem é que vai fazer a recolha, o tratamento e a análise dos contributos dos municípios? E vão ser publicadas essas conclusões desse relatório, se houver um relatório? E que efeito terão afinal essas conclusões na decisão final? Já sabemos que não são vinculativas essas conclusões, se houver essas conclusões. E quando é que pretende ter uma decisão final tomada? São estas as minhas perguntas e as minhas dúvidas. Muito obrigado. É só isto.”

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Algum senhor Deputado deseja intervir sobre este tema? Penso que mais nenhum senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, se desejar usar da palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Senhor Deputado Paulo Teixeira, pois, de facto, já estamos todos bem fartos do estaleiro de obras que nunca mais acaba. É normal que as obras demorem sempre algum tempo, umas mais do que outras em função da sua abrangência, do quão profunda é ou não a sua intervenção. Mas, de facto, há algumas que já chateiam de tanto demorar. O eixo que vai desde a Avenida Afonso Costa, Alexandre Herculano, Soeiro Viegas e Alameda,

já decorre há alguns anos. Esperemos que, nas próximas semanas, esteja toda concluída, com as pavimentações, com as pinturas, com os espaços ajardinados, para que, de uma vez por todas, possamos usufruir dela de uma forma normal, cortando os bicos dos passeios, colocar no local certo aquilo que deve lá estar e, portanto, é esse trabalho que ao longo dos últimos meses tem vindo a ser feito para que nós possamos rapidamente circular de uma forma livre naquela artéria. No que diz respeito à Capela do Mileu, a obra está concluída. Houve aqui algum interregno porque nós estamos a tentar fundos comunitários para a obra da Capela do Mileu porque não existem fundos comunitários que estivessem ainda aprovados. Estamos na fila de espera para conseguirmos os fundos comunitários. Mas a obra está concluída e, portanto, dentro em breve, será devolvida à população. Estamos na fase da receção provisória da obra. É uma obra inacabada ainda. Ainda para mais, um destes dias, visitei a obra com o meu gabinete e existem lá algumas reclamações sobre algumas situações paredes meias com a intervenção. É normal que assim seja. É um processo evolutivo, mas importa agora devolver esta à população e depois começar a delinear outras. Bom, os acessos ao terminal ferroviário e à estação de passageiros, sabemos bem que foi lançada e depois foi anulado o concurso. Está um protocolo no Ministério das Finanças para ser validado para o apoio a esta obra, 750 mil euros, que está lá desde 2018. Está no Ministério das Finanças à espera que seja homologado. Está assinado pelo então Presidente da Câmara da Guarda, Álvaro Amaro, está assinado pelo então Presidente da IP, o Eng. António Laranjo, e, portanto, aguardamos que as Finanças nos possam homologar esse acordo para que essa obra possa ter início. Bem, mas esse apoio financeiro não chegará para fazer tudo. Temos que encontrar fundos comunitários para fazer a requalificação de todo aquele eixo, que é a Avenida de São Miguel, que é parte da Rua da Corredoura, da Avenida da Igreja, da Rua do Povo, da Rua João de Ruão, da Rua dos Caminhos de Ferro, da Rua da Treija, na Sequeira. Portanto, há aqui um grande conjunto de obras que têm que ser feitas. Essa alavanca dos 750 mil euros é muito importante que o Ministério das Finanças possa desbloquear, mas teremos que ir sempre aos fundos comunitários para que nos possam apoiar, compartilhar, na restante parte da obra. O mesmo a dizer em relação às variantes dos Galegos e da Sequeira. A linha da Beira Alta fechou agora ao tráfego ferroviário. Esperemos bem que não demore mais do que nove meses a fazer a sua reabertura. Percebemos todos bem a necessidade da obra se fazer de uma forma

mais rápida, para não perder os fundos comunitários. É mesmo assim que tem que ser feito, sem tráfego ferroviário. Mas está escrito, foi nesta mesma sala, nesta mesa, num destes lugares, que foi assinado um protocolo no verão de 2018 com as Infraestruturas de Portugal para executar as variantes. Aguardamos que lancem rapidamente, se é que já não está lançado, acho que não, o concurso para a execução das variantes, porque é uma responsabilidade da Infraestruturas de Portugal. Naturalmente é daqueles processos que nós estamos a perseguir e agora com novas tutelas, no âmbito da Secretaria de Estado, certamente vão existir novas conversas, mais conversas, para que este desígnio seja uma realidade. Mas depois podemos fazer aqui uma resenha muito rápida sobre o espaço público da Rua Pinto Peixoto no Bairro do Pinheiro, que está na fase final da sua conclusão. Uma obra para que foi difícil encontrar os fundos comunitários à época, mas conseguiu-se, em 2019, no final do ano de 2019, numa daquelas gavetas que surgiram, o financiamento para essa obra. O espaço público da Rua das Flores, paredes meias com a escola primária, nós estamos a caminhar muito depressa para não perder os fundos comunitários de uma obra que ainda não iniciou. Esteve um ano parada. Tivemos que fazer a rescisão do contrato com a empresa. Porquê? Já não tinha, permita-me a expressão, senhor Presidente, já não tinha ponta por onde se lhe pegasse. Uma obra parada há mais de um ano, sem qualquer execução física nem financeira, estamos mesmo a ver aquilo que os fundos comunitários haveriam de dizer. E, portanto, fizemos a rescisão contratual amigável com a empresa e está um novo concurso na rua, para que não percam os fundos comunitários dessa obra. Bom, o mesmo é dizer em relação à Pedovia/Ciclovia. Bem se recordam alguns o que falei há dois anos atrás, que não se devia ter anulado qualquer obra porque nós estávamos a caminhar para o fim do quadro comunitário de apoio, haveria de haver dinheiro para financiar toda a obra na sua plenitude, nomeadamente aquela pequena requalificação da entrada da Avenida Cidade de Salamanca e da Avenida da Estação. Só que a obra foi amputada e agora tem que ser executada muito rapidamente para que os fundos comunitários não nos sejam retirados. E vejam só. Sabem o que é que está a acontecer agora? De facto, há alturas que nós detestamos ter a razão e esta é uma delas. Neste momento, a CCDR está a lançar avisos em alguns eixos, como já lançou e já vou falar de um deles, para que as Câmaras possam concorrer a esses avisos com obras já executadas, com outras obras que não estavam previstas nos PEDU's, nos Planos

Estratégicos de Desenvolvimento Urbano. Se nós tivéssemos feito ou lançado a obra toda, estava toda financiada. Aliás, neste momento, já estava a obra praticamente toda ela concluída. O jardim da Rua Virgílio Ferreira, paredes meias entre a Póvoa do Mileu e o Bairro da Luz, não tinha financiamento. Senhor Presidente, dou-lhe uma novidade, já conseguimos o financiamento. A obra tinha financiamento zero. Está assegurado, graças ao trabalho de técnicos desta casa, orientados por nós, e algumas reuniões que nós tivemos que fazer aqui ou ali fora da Guarda. Já temos o financiamento assegurado para a Rua Virgílio Ferreira, a CCDR já nos deu essa comparticipação. Na Rua... senhor Presidente, o ruído continua. Mas é assim, cada um é como cada qual. A Rua Cândido Dias Lopes, na Estação da Guarda, está na sua fase de conclusão...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço desculpa. É a segunda vez que o senhor Presidente da Câmara se queixa. Não me obriguem a pôr alguém lá fora, porque não terei medo de o fazer. Tem que haver aqui respeito. Quando quiserem falar vêm... não estou a falar para si. Estou a falar para todos. Estou a falar para todos, daqui não vi quem fez. Estou a falar para todos, incluindo para mim. Se eu também fizer ruído, terei que me ausentar. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Na Rua Cândido Dias Lopes, houve a necessidade de fazermos um trabalho complementar, por causa da saída das águas pluviais naquela zona daquelas casas, daqueles prédios. A obra, nas próximas semanas, estará concluída. O mesmo teve de ser feito na Avenida Rainha D. Amélia, porque não estava previsto um coletor. E aquilo que ia acontecer era que, em dias de muita chuva, o coletor iria rebentar em dias de muita chuva e, portanto, teve que ser feito aquele prolongamento. E, por último, o mercado de S. Miguel cuja obra estará para breve o seu início e tem que ser muito acelerado para não perdermos os fundos comunitários. Nós estamos a caminhar para o final da execução deste quadro comunitário. Ao mesmo tempo estamos perante um PRR que lança avisos. Oxalá os avisos não sejam lançados, do PRR, tarde e a más horas, porque, senão, Portugal ainda pode ser obrigado a devolver os fundos do PRR porque têm uma data limite para serem executados e pagos. E, ao mesmo tempo, já se começa a delinear nos próximos meses, e esse trabalho vai começar a ser feito, do Portugal 2030 e, portanto, é um trabalho que

a tutela governamental está a acelerar. Sobre a casa da Legião Portuguesa. Senhor Deputado,... a antiga Legião, era a Legião Portuguesa... da forma que o senhor falou, parece que ainda dói aí qualquer coisa. É normal que assim seja em democracia. O povo, em setembro, foi soberano naquilo que quis escolher e por isso está aqui esta Assembleia que plasma precisamente a vontade do povo. Para que não haja dúvidas. Mas sobre consulta pública, acho que não se deve inquinar um processo legítimo, participativo, absolutamente democrático. Absolutamente democrático para que não haja dúvidas. Nós levámos à reunião de Câmara. Aliás, o senhor Vereador Luís Couto, e muito bem e agradecemos, deu uma sugestão e foi integrada e vai ser lançada a consulta pública. Uma forma límpida e transparente. Os funcionários do Município... senhor Presidente, continuamos. Desculpe. Não sei, faço uma pausa, sento-me. Não, não. Eu não me interrompi a mim próprio. Bom. Limpo, transparente, democrático. Os funcionários da Autarquia terão o cuidado de controlar todo esse processo que vai ser lançado nas plataformas. As comunicações vão ter que ser oficiais para a Câmara Municipal para que não restem dúvidas. Tudo devidamente registado. E, no final, será feito um relatório e será apresentado às pessoas e à população guardense. À reunião de Câmara, naturalmente. Um processo muito simples, muito limpo, muito democrático. No que diz respeito àquilo que falou, não há qualquer compromisso nesta casa com Associação Nacional de Farmácias para o que quer que seja. Não existe qualquer compromisso com o Arquiteto Souto Moura, como se tentou veicular. Houve um concurso de um projeto que ficou deserto. Ninguém ganhou. Não há compromisso nenhum. Mas na consulta pública, nós tivemos o cuidado de não bloquear o que quer que seja. Numa das alíneas que bem frisou, pode ser para mil e uma coisas. As decisões serão tomadas, mas a população da Guarda deve decidir. Olhe, veja só, o senhor Deputado falou na questão da Praça Velha. Se calhar, vamos ter que lançar também a mesma consulta pública, para ver se mudamos ou não o D. Sancho de sítio. Se devolvemos ao lugar onde estava inicialmente, ou se vai para outro local. Também podemos pensar nisso no futuro. Mas a consulta pública é precisamente para isso que serve. E, nesta consulta pública, a população da Guarda pode e deve, de uma forma democrática, emitir a sua opinião. Se é uma praça simplesmente, porque aquele edifício que lá está já não permite a recuperação, é bom que se diga. Ele vai ter que ser todo desmontado e depois tem que ser feita uma construção nova onde, se for essa a decisão

dos guardenses, onde se poderão lá colocar alguns apontamentos de algumas pedras que lá estão porque o edifício está num estado avançado de ruína. Absoluta ruína. Já não permite a requalificação simples, como outros ainda permitem. E, portanto, os guardenses vão ter que decidir: se querem naquele local uma praça, onde, facilmente, sob o ponto de vista técnico, e foi isso que discutimos com os técnicos da Câmara também, um estacionamento subterrâneo, tendo em conta o desnível das ruas que é muito elevado, são cinco ou seis metros de desnível entre as duas ruas; se se faz a reconstrução daquele edificado, com um projeto bonito que tem que ser feito, marcante, na cidade; ou outra sugestão que os guardenses queiram dar, queiram sugerir à Câmara Municipal da Guarda. É tão simples quanto isto. Espero que tenha esclarecido as suas dúvidas. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Passávamos, agora, ao ponto do Bloco Esquerda sobre juventude, ambiente/proteção animal, desporto e cultura. Senhora Deputada, faça favor.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Boa tarde a todas e a todos. Novamente, sintam-se cumprimentados, por economia de tempo. O tema é que eu trago aqui é o associativismo que une todas estas áreas. Tendo em conta que de manhã também falámos sobre esta questão, eu queria retomar aqui só duas frases, antes de passar à minha intervenção propriamente dita. Então, foi falado no aumento de 40% da verba. Nós continuamos a batalhar no mesmo. Primeiro, não é só o financiamento. Como também já foi referido hoje, não é só dar dinheiro às entidades, é preciso acompanhá-las. E, novamente, se houve este aumento, acreditamos que é porque foi feito um diagnóstico de necessidades e havia essa necessidade por parte das associações. Portanto, continua a ser a função do Executivo analisar, procurar necessidades e, obviamente, resolvê-las. Em termos de transparência, tem que me esclarecer porque de todo seria alguma responsabilidade imputada às técnicas. Como é óbvio, as técnicas e os técnicos da Câmara cumprem regras que são criadas por procedimentos, portanto, nunca seria a responsabilização delas, tal como foi tentado parecer. Não vale a pena personalizar aquilo que toda a gente sabe, que qualquer trabalhador ou trabalhadora da função pública irá, obviamente, servir-se dos regulamentos e dos procedimentos.

Portanto, quando falamos de transparência, obviamente não será nos funcionários e nas funcionárias. Posto esta explicação, o associativismo completa o trabalho do Estado. Trata de causas de pessoas, de seres humanos e não humanos. Trata da arte, trata da cultura, da gastronomia, da tradição. Trata de áreas que nunca poderão ser contempladas em plenitude sem a ação destes grupos comunitários e é por isso que o associativismo deve ser, não só financiado, mas também valorizado e apreciado naquilo que é a sua diferença. Para tal, é necessário acompanhar as entidades, estarmos abertos às suas preocupações, termos o interesse em envolvê-las nas atividades da cidade e, sem dúvida, informá-las dos planos futuros em que poderão contribuir. No Município da Guarda, nós encontramos bastantes reticências a que assim seja, mas também ainda não perdemos a esperança que se resolvam. Daquilo que vimos, não há comunicação às associações sobre a verba total alocada, nem sequer sobre o valor do financiamento a que terão direito. Isto, até a transferência chegar ou o cheque ser entregue. Na verdade, as associações não têm sequer noção de que serão financiadas, até ao momento em que o recebem. Não sabem se podem contar com este valor e não sabem se podem contar com a declaração de financiamento, que também é importantíssima para outras candidaturas. Até ao momento em que se recebe um convite para estar presente num evento da Câmara, as associações não sabem que têm esse financiamento. Também é neste evento que as associações ficam a saber quem é que são as outras associações financiadas, isto porque lista pública ninguém sabe onde é que ela está. Não parece ser do conhecimento geral e deixo-vos a todas e a todos o desafio de tentarem encontrar, sem, obviamente, fazerem um pedido direto. Se os financiamentos atribuídos não são corretamente comunicados, as recusas também não. Os critérios de avaliação dos relatórios de atividades e do plano de intenções, que são os documentos que são solicitados para a análise nos regulamentos, também não são conhecidos, nem sequer divulgados. E volto a reforçar, para evitar confusões, obviamente não imputamos esta responsabilidade de não transparência às técnicas e aos técnicos que falam do procedimento. Imputamo-la ao regulamento, imputamo-la à falta de comunicação que existe com as associações. Em relação a esta reflexão que eu fiz, em relação aos três regulamentos, tanto o geral do associativismo, que envolve a cultura e desporto, uma atribuição de apoios que se iniciou, não foi feita a associações jovens e também IPSS e ação social. Em relação especificamente ao regulamento de atribuição de apoios a

associações jovens, a situação é ainda mais alarmante e escandalosa, não é? Cruzámo-nos com a informação de que, além das problemáticas que já vos relatei acima, o ano passado foi divulgada a existência de um apoio cujo regulamento, caricatamente, já tem dez anos. Foi solicitado o plano de atividades para tal às entidades, mas que ficou para sempre em avaliação. Ninguém sabe porquê, mas foi dado início a um processo que nunca teve fim, ou se teve fim também não foi comunicada às pessoas de interesse. Nós falamos tanto no futuro dos jovens, no nosso futuro, não é? Nós somos os agentes do futuro. Mas não nos podemos esquecer que, para termos futuro, o presente também tem que estar salvaguardado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, já ultrapassou o seu tempo em três minutos e quinze segundos.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Peço desculpa. Vou só terminar. Terminando, pelo que sabemos, as candidaturas aos financiamentos municipais estão em andamento. Portanto, uma revisão ao regulamento, apesar de necessário e nós termos sublinhado esta questão nas propostas ao orçamento, não será hipótese. Solicitamos, então, que a lista das associações financiadas e respetivos valores seja dada a conhecer às associações que se candidatam aos apoios municipais e que seja publicada no website do município. Sejam igualmente divulgados para antes da avaliação usados para apreciação dos documentos solicitados para a candidatura. E queria só deixar três questões que espero que me respondam. Se o senhor Presidente tinha noção da problemática associada ao apoio específico para associações juvenis? Se sim, mesmo que tenha sido deixada em aberto pelo mandato anterior, que ações fez ou fará para perceber, explicar o ocorrido e, obviamente, finalizar este processo com a brevidade que estas entidades merecem? Também gostaríamos de perceber se este ano existirá este apoio e reforçar que a situação é lamentável o suficiente para que não se repita. Gostava de saber, também, se as associações que foi referido aqui, se há a garantia que as associações animais do concelho da Guarda serão financiadas, mesmo sem a alteração do regulamento? Se sim, de que forma? É monetário ou é recursos? Qual é que será este apoio? E a última questão que deixava em relação ao associativismo, era

que deixasse a explicação à Assembleia Municipal do porquê do afastamento das associações de proteção animal do programa CED do Município. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Algum senhor Deputado ou Deputada deseja intervir, falar sobre esta questão? Faça favor.” --

- **Armando Neves, Deputado (PS):** “Ora, boa tarde a todos. Senhor Presidente, na sua pessoa cumprimentar todos os presentes e desejar a todos os membros da Assembleia Municipal um bom mandato. Eu encontro-me aqui hoje na circunstância de substituir um senhor Deputado. De qualquer das maneiras, e penso que a maior parte das pessoas me conhecem, teria que intervir sobre este tema que acaba de ser aqui referido. E, muito rapidamente, em primeiro lugar felicitar o Executivo Municipal porque sei que vão ocorrer na Guarda, este fim de semana, as comemorações do dia do associativismo juvenil. Portanto, elas vão ocorrer na Guarda e fico satisfeito por isso. Mas, ao mesmo tempo, questionar o senhor Presidente sobre a intenção que a federação nacional das associações juvenis tinha de aqui realizar este ano, que é o ano europeu da juventude, lembro, o seu encontro nacional. Para que saibam, é um encontro nacional que reúne mais de mil e trezentos jovens de todo o país, e havia uma vontade expressa de aqui realizar este encontro. Sei, por contactos que estabeleci com a federação nacional, não houve melhor acolhimento da Guarda para que isso acontecesse. Eu lamento se assim foi, mas naturalmente que era importante ouvir a Câmara Municipal sobre este assunto e, ao mesmo tempo, dizer que, se não foi este ano, poderá ser sempre outro ano. E queria, naturalmente, em meu nome pessoal, e naturalmente invocando aqui uma entidade de vários anos que é a federação das associações juvenis do distrito da Guarda, colocar-nos à disposição para colaborar nesta iniciativa que, julgo eu, tão importante é, sobretudo num ano em que se comemora o ano europeu da juventude. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja intervir? Penso que não. senhor Presidente da Câmara, deseja usar da palavra? Faça favor. Muito obrigado.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Senhora Deputada Bárbara Xavier, já falámos um pouco de manhã sobre algumas destas matérias. Não é só dar dinheiro às entidades, é preciso acompanhá-las. Claro que sim. É esse trabalho que os técnicos do Município, com as divisões respetivas, fazem ao longo do ano. Porque as verbas, para que não restem dúvidas, nós usamos uma caneta preta e não azul. Aqui não há censura de verbas. Eu e estas duas senhoras que fazem o favor de me acompanhar, não definiram um cêntimo para as associações culturais, desportivas ou sociais. Verdade, senhoras Chefes de Divisão? Nós definimos apenas e tão só o montante a apoiar do que foi a esta reunião de Câmara. Porque a reunião de Câmara é pública e está tudo plasmado nas atas da reunião de Câmara. Nós definimos um valor às associações de bem estar animal, fomos nós que definimos o valor e definimos também o valor para o apoio aos produtores de mel. Isso, sim, foi uma decisão nossa, que nós tomámos. Tudo o resto sobre os critérios das associações, se recebem 200, se 300... ai não, não. Nós fizemos uma coisa, desculpe. Nós fizemos subir o valor mínimo de apoio para as associações, porque consideramos que algumas delas recebiam um valor tão ínfimo que não dava para o gasóleo de andarem acima e abaixo aqui na nossa cidade ou no nosso concelho. Isso aí nós definimos bem. E, portanto, para que não restem dúvidas, senhora Deputada, não queira ficar com essa assinatura para colocar em causa a transparência e o rigor destas matérias. E nós não sabemos se noutros tempos foi assim, mas lhe garanto, sob a palavra de honra, não é só do Presidente da Câmara, do Sérgio Costa, que as coisas, enquanto nós cá estivermos, é assim que vão ser feitas. Aliás, de outra forma não podia ser feito. Os regulamentos existem, são para ser cumpridos. Já falámos de manhã que os regulamentos devem alterados, devem ser corrigidos, há algumas alterações. Esse regulamento que referiu de apoio ao associativismo juvenil data de 2012, se não me falha a memória. Nunca foi aplicado. Mas repare, das associações que pertencem ao conselho municipal da juventude, uma parte delas já recebem por outra via, sobre a parte cultural ou sobre a arte desportiva. E, portanto... não, desculpe, é verdade senhora Deputada... são apoios diferentes, mas já recebem valores por essa via. Aquilo que importa fazer é a revisão do regulamento para que seja lá tudo integrado. E durante este ano, foi aquilo que lhe disse de manhã, que disse a todos os senhores Deputados, é que durante este ano cá viremos, se Deus quiser, fazer a revisão dos regulamentos para integrar tudo no mesmo regulamento, porque é

um único regulamento que deve... Olhe, veja só, outros apoios que foram aprovados também a alguns praticantes de desportos motorizados e de bicicletas, deve estar regulado. Não queremos ser nós a definir um valor. Deve estar regulado em função das provas que participam a nível individual e isso não está regulado. Sejam provas regionais, as nacionais, as internacionais, deve estar tudo regulado para não estar dependente da nossa caneta azul. Não, deve estar dependente sempre da caneta preta que é a dos regulamentos, para que não existam dúvidas sobre a transparência e sobre o rigor e sobre a equidade. No que diz respeito às associações, os serviços já estão a contactá-las a todas. Sabe para quê? A pedir declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças. Estão a ser todas contactadas. Assim que entregarem, vão receber o dinheiro. Isto decorre da lei. Se houver alguma associação que não tenha os valores contributivos para a Segurança Social e para as Finanças em dia, não é de agora, isto sempre foi, não podem receber, naturalmente, até que tenham a sua situação contributiva regularizada. No que diz respeito àquilo que refere do hipotético afastamento das associações de proteção animal ao programa CED, ao programa de captura, esterilização e devolução, permita-me, nada mais errado. Nós, na última reunião de Câmara, apoiámos os valores e dissemos, na reunião de Câmara, que teremos que voltar aqui novamente a aprovar um protocolo bem concreto e definido com as associações para que não seja lançar dinheiro para cima da mesa. Não. Tem que haver, aliás, e é aquilo que nos pedem também, tem que haver ações concretas vertidas nesse protocolo para que possam receber essas verbas. Só há uma coisa que não pode ser feito, e isso decorre da lei. A captura só pode ser feita pela autoridade veterinária municipal. Só a captura. É o que diz a lei, é o que diz o ICNF. Contra isso ninguém pode ir. E foi isso que foi identificado, foi isso que foi dito. Agora, tudo o resto, há tantas formas de fazermos essas parcerias. Aliás, o protocolo que está em cima da mesa das instituições, leva-nos precisamente a esse caminho, a esse campo da parceria de andarmos sempre na defesa dos animais também. Senhor Deputado Armando Neves, bem haja pela sua intervenção. Sobre o encontro nacional das associações juvenis, bom, eu não sei dizer mais nada a não ser a verdade sobre essa matéria. Nós recebemos um contacto da nacional para recebermos encontro. Muito bem. Portas abertas. A que é que nós estamos obrigados? A pagarmos 120 mil euros. 120 mil euros. Mas nós ainda começámos a analisar. Para quê? Para pagarmos as dormidas todas, para pagarmos a

alimentação toda. Então, o que é que fica na Guarda? Visita turística? Não. Mas, mesmo assim, nós ainda fomos mais além. Então vamos aqui começar a negociar algumas verbas, para ver como é que nós reduzimos os custos para que seja possível. E então colocámos, desde a primeira hora, as nossas cantinas. A Câmara da Guarda agora tem sete cantinas e come-se bem nas cantinas da Câmara e das escolas. Ninguém tem dúvidas sobre isso, pois não? Não somos nós que confeccionamos, são os funcionários do Município. Disponibilizámos as sete cantinas para podermos servir as refeições para que os dirigentes cá pudessem vir. Recusaram as cantinas. Tinha que ser num restaurante e depois tinha que haver um jantar de gala num determinado sítio e numa quinta próxima para se fazer isso. No meu tempo, não pagavam nada quando eu lá andava também. Olhe, era o dinheiro dos meus pais que lá andava ou, mais tarde, quando eu já ganhava. Mas nós ainda tentámos ir mais adiante e o que nós referimos: sim senhor, então, entre as camas que nós temos aqui, esqueçam lá os hotéis das estrelas todas, esqueçam isso. Vamos ver às residenciais que temos na cidade, aos alojamentos locais que são sempre a mais baixo custo, a outras camas que tenhamos disponíveis, seja na pousada, seja noutro espaço. Foi liminarmente recusado. E então, queriam que nós pagássemos o alojamento para irem dormir em qualquer hotel da região. Nós não somos... não, desculpe, senhor Deputado, esta é a verdade. E, portanto, o Município da Guarda... nós ainda estamos a tempo de fazer um novo encontro. Com estas condições que nós acabámos de referir. As nossas cantinas servem e servem bem e com este tipo de alojamento, aproveitando aquilo que nós temos para baixarmos o custo, é claro que sim que recebemos. Agora, pagar 120 mil euros para que ninguém deixe um cêntimo aqui na nossa cidade e que não faça gerar a nossa economia... não, desculpe, senhor Deputado, é esta a verdade dos factos. É o que está escrito, está plasmado. Olhe, sabe, está numa comunicação escrita essas necessidades. Estaremos sempre disponíveis. Porque, senão, repare, hoje dávamos os 120 mil euros. Amanhã, com toda a legitimidade e com toda a equidade, qualquer instituição nacional ou regional podia pedir a mesma coisa e nós tínhamos que dar exatamente da mesma forma. Nós somos muito pela equidade. Mas nós até queremos ir além e queremos estar disponíveis, estamos sempre disponíveis para ajudar. Agora, dessa forma é que não. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Tem agora a palavra o senhor Deputado do Partido Socialista, se faz favor. Tempo da Guarda, não é? É o tema.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, agora já é boa tarde. Já agora, estive a ouvir com atenção a vossa discussão acerca da cultura e também queria dizer aqui algumas coisas. O relatório de avaliação é vergonhoso. Eu senti vergonha alheia. Mas só que depois digo assim: não, eu sou da Guarda, portanto sinto mesmo vergonha em que alguém tenha feito uma candidatura tão má. E se vocês lerem o relatório, e infelizmente só está em inglês, verificam que o avaliador foi bondoso, achou que não devia bater muito, porque aquilo foi mesmo uma irresponsabilidade. Mas dizer-vos assim, senhores do PG, vocês há bem pouco tempo estavam aqui deste lado e também têm responsabilidades acerca desse assunto. Portanto, se calhar, é melhor não atirar pedras, porque de vez em quando também nos caem em cima. Passava, agora, à minha intervenção. E, já agora, dizer-vos uma coisa. Se quiserem ir falando, podem estar à vontade, porque estamos em democracia. Bom dia a todos. Este é o tempo, senhor Presidente...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa. Estamos em democracia, mas a democracia não significa falta de respeito. Muito obrigado.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é óbvio. Faltou-me essa parte. Senhor Presidente, tem toda a razão. Eu ia dizer, com respeito. Tem toda a razão, senhor Presidente. Obrigado. Este é o tempo, senhor Presidente. É o tempo de trabalhar, o tempo de não arranjar desculpas, o tempo de celebrar conquistas, mesmo que não sejam as nossas. É o tempo de fazer. Este é o tempo que nos ofereceram no 25 de Abril de 1974. O tempo em que os partidos e os seus líderes têm um papel fundamental na defesa dos extremismos, populismos e outros ataques à democracia, e devem ser respeitados e ter o direito de defender as suas opiniões nas celebrações do dia da Liberdade. É o tempo de Daniel Vendeiro, de quem faz acontecer, de quem sonha e concretiza. De ser lutador, de ter orgulho em ser socialista. O tempo de quem defende o território. O tempo de quem não esquece e não é esquecido. O tempo de quem reconhece os valores de Abril. É também o tempo que quem se compromete com

instalação, na Guarda, do Comando Nacional da Unidade de Emergência de Proteção e Socorro. É o tempo de Norberto Gonçalves, onde as palavras, o pensamento, a dedicação à memória, à cultura, à preservação da nossa identidade, são importantes. O tempo de Norberto é o tempo da cultura na Guarda. O tempo em que qualquer candidatura de índole cultural que a Guarda apresente, não pode ser classificada de insuficiente por incompetência dos seus responsáveis. É o tempo do TMG ser novamente reconhecido pela Direcção-Geral das Artes, para apoio à programação da Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses no Ministério da Cultura. Este é o tempo do TMG regressar ao seu papel mobilizador na cultura na Guarda. O tempo de reabilitar os centros culturais espalhados pelas nossas freguesias e de apoiar as associações culturais. É o tempo de garantir um futuro com história, um futuro com alma e pensamento. Um futuro construído e sonhado para a Guarda. É o tempo de Segura Fernandes, que recuperamos em cada um dos nossos jovens que com ele cresceram e aprenderam o ser social, a energia, a perseverança nas vitórias e nas derrotas, a camaradagem, a empatia. Senhor Presidente, a juventude precisa de nós. Concretize projetos capazes de promover o crescimento saudável das crianças, em segurança. Capazes de promover o bem-estar dos nossos jovens, dos que aqui crescem, dos que aqui estudam, dos que aqui querem fixar-se com empatia, com perseverança, com habitação, com o sonho de um futuro na Guarda. Os mais nobres valores de Abril do Partido Socialista, sempre presentes em cada um dos nossos camaradas e amigos, são os valores que nós, os membros do grupo parlamentar do PS, temos a obrigação de preservar e continuar. Assim, senhor Presidente, sabemos que há tempo para pensar, tempo para organizar e planear. Mas há também o tempo de fazer e o tempo de questionar o que foi feito, o que será feito e quando será feito. A Guarda está de parabéns, senhor Presidente. Parece que existe uma nova onda de concretizações, senhor Presidente. São motivo de orgulho, e merecedoras do reconhecimento público, as mais recentes conquistas. Na semana passada soubemos da aprovação da criação do primeiro Laboratório Colaborativo no IPG, o CoLAB LogIN, Centro de Transferência de Tecnologia para a Inovação e Logística, aprovada pela FCT. É uma concretização que, alinhada com o Porto Seco, será transformadora da nossa sociedade, do nosso concelho e região. O CoLAB integra multinacionais do setor que, em conjunto com os académicos do IPG, irão investigar as redes e fluxos logísticos da região da Guarda e de todo o país com o

exterior. Senhor Presidente, onde vamos estrear o CoLAB? Será o Executivo capaz de se comprometer com a Guarda para encontrar um local central que sirva para a sede e que seja, ao mesmo tempo, a alavanca para a reabilitação do centro histórico? Quais os passos que pretende dar para, em conjunto com o IPG, consolidar este projeto, senhor Presidente? O CoLAB LogIN tem um financiamento assegurado de 1,3 milhões de euros, que complementado com o Programa UPskill em transporte e logística, anunciado pelo senhor Secretário de Estado do Trabalho no dia 25 de Abril, será o motor do desenvolvimento e capacitação técnica da região. O primeiro Porto Seco do país é na Guarda, senhor Presidente. Este é o projeto catalisador e mobilizador, bem o sabemos. Talvez por isso seja também o tempo de todos se associarem a esta conquista e o tempo da descoberta, não no mar, não em navios, mas, todos sabemos, que com um capitão ou uma capitã. Este é, pois, o tempo de garantir o aumento da competitividade das empresas da região, da atração do investimento, da criação de emprego, da sustentabilidade económica de toda a área envolvendo o Município da Guarda. Esta é também uma oportunidade para a criação e fixação de empresas transformadoras na área da logística, que possam usufruir da isenção fiscal das mercadorias em trânsito e também alavancar empresas importadoras e exportadoras na região. A linha da Beira Alta está, finalmente, em remodelação, depois de aberta a linha da Beira Baixa que, doze anos depois, e com um investimento de 77 milhões de euros, está novamente aberta. Essas ligações são fundamentais para a mobilidade entre regiões, a ligação a Espanha e à Europa de forma sustentável e segura. Nem só de alcatrão e portagens se faz o mundo. É a oportunidade do turismo, é a oportunidade de tornarmos a Guarda atrativa, de a embelezarmos e não haver sequer a hipótese de fechar ou sonhar com outros destinos para os nossos hotéis ou empreendimentos turísticos. Há bem pouco tempo, tivemos também a confirmação da conquista da nossa Ministra Ana Mendes Godinho, com a criação do Centro Ibérico de Competências para a Inovação Social. Este é outro dos grandes projetos que tem ambições maiores. Um projeto que na Cimeira Social no Porto, em 2021, afirmou a Inovação Social na Península Ibérica, na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. Um que vai ganhar escala e ser um centro de referência europeu. Cá estaremos para suportar o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Cooperativa António Sérgio e o Centro de Estudos Ibéricos da Guarda, na consolidação deste grande feito para a Guarda. Esperamos que o Município, senhor Presidente,

enquanto representante do CEI, possa, também, da mesma forma que o fará para o CoLAB, garantir as melhores condições para a instalação do centro. Começa agora a afirmação da capacitação na área de inovação, da criatividade e empreendedorismo para a economia social na Guarda. Qual é, senhor Presidente, a posição em que se encontra a Autarquia para a transição de competências na área da economia social que transitaram do Governo? Ainda assim, temos um outro projeto que todos queremos ver concretizado, senhor Presidente. E é agora, senhor Presidente. É neste tempo que se concretizam as obras de requalificação do Pavilhão 5 do Hospital Sousa Martins na Guarda. Um projeto há muito desejado pela população. Um projeto dedicado a uma das mais nobres áreas clínicas, como é a área materno-infantil. Este é o tempo de um Governo que garante o ser social. Este é o tempo do nosso Governo que se dedica à Guarda, àqueles que aqui nascem, àqueles que aqui crescem, àqueles que aqui regressam e que aqui regressarão para edificar e consolidar estes projetos inspiradores. Mas, senhor Presidente, este é também o seu tempo. O tempo de ser ativo e proativo. Não podemos deixar que a Guarda se perca em pequenos nada, em pequenos anseios, em pequenos sonhos, em pequenos amos, em pequenos truques de ilusão e de engano. Sonhe alto, senhor Presidente. Seja ousado no que propõe. Não fique à espera de uma carruagem, talvez em S. Miguel, que o arraste e que pode nunca chegar. Este é o tempo, senhor Presidente, de garantir o futuro. De garantir que a cidade da Guarda acompanha quem em nós confia, o legado dos mais jovens, dos novos trabalhadores, dos novos empreendedores, das novas empresas, dos novos serviços, dos que envelhecem em segurança e em harmonia. Temos futuro, bem o sabemos. Mas temos história, uma longa história que ficou marcada na dureza da pedra talhada, na conquista de uma muralha que não nos encerra, mas sim que nos protege. Numa torre que, lá bem no alto, promete o mundo. Chegou o seu tempo, senhor Presidente. O tempo de concretizar, de fazer o que promete, ou que prometeu, de apoiar a requalificação urbana e a reabilitação do centro histórico. Quando? Quando sai do papel, senhor presidente? Quando sai do gabinete? Quando chega o tempo?" -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** "É que já ultrapassou, em sete minutos, o tempo." -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Ok, ok. Peço desculpa. É mais uma paginazinha. Chegou o tempo, senhor Presidente. O seu tempo de concretizar, de fazer o que promete. Quando sai do papel, do gabinete? Quando chega o tempo de outros embarcarem na sua carruagem e no plano para o Centro Histórico? Não iremos desapontar aqueles que em nós confiam tão nobres e inspiradoras concretizações. O tempo do papel e do gabinete já foi, senhor Presidente. Este é o tempo de garantir que os jovens, que as empresas, que os nossos cidadãos, na Guarda, têm o seu tempo, têm a sua Guarda com a história e com futuro. Quando, senhor Presidente, pretende dar início à requalificação dos dois edifícios da Praça Velha, junto ao antigo edifício dos Paços do Concelho? E para que fins? Este é o cartão de visita que quer mostrar a quem nos visita, senhor Presidente? Este não é mais o tempo de desdizer, de criticar ou camuflar. Este é o tempo de fazer, senhor Presidente. Pode contar com o PS para isso. Agora, só mais uma coisa, senhor Presidente da Assembleia. Agora, para si. Senhor Presidente da Assembleia, este é também o tempo de nos adaptarmos à mudança, mas é também o tempo de não deixar passar mais tempo sem que possamos, definitivamente, ter um Regimento deste Órgão, que respeite e que cumpra com os princípios democráticos de Abril e que não deixe nunca que a proteção pessoal de cada um de nós possa ser colocado em causa. Somos membros da Assembleia Municipal para defender os nossos munícipes e quem nos elegeu. Não somos *yes man*’s convidados para uma qualquer manifestação de vaidade pessoal. Queremos saber quem divulgou os nossos emails, senhor Presidente. É muito grave. E acabava por aqui, agradecendo o vosso tempo. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, sinceramente, percebi, das suas palavras,... para já, deixe-me só dizer uma coisa. No dia 25 de Abril, falei do tempo que era. O senhor, hoje, falou e bem do tempo que é. Ótimo. Mas, no dia 25, como tínhamos cá estudantes, eu entendi falar no tempo que era, para eles saberem que ali à frente estava sentado um indivíduo que esteve exilado, como eu estive a meia-hora de me exilar. Portanto, hoje, felizmente é o tempo que é. Percebi da sua intervenção, se entendi mal peço-lhe imensa desculpa, que este este Regimento não é democrata. Não fui eu que fiz. Foi esta Assembleia. Este Regimento foi aprovado por esta Assembleia. Se o podemos melhorar, ótimo. Agora, dizer que este Regimento não é democrata, então,

a Assembleia que o aprovou, de democracia não tinha nada. Não, isto foi aprovado pela Assembleia. Quanto à fuga de e-mails, estou a ouvir primeira vez. É óbvio que será assunto para tratarmos convenientemente. Não disse isso? Que houve fuga de emails? Vamos averiguar. Já agora também peço que, estando aí a Dra. Paulisa, faça favor de ver se não nos vamos embora sem articular a tal data para discutirmos o regimento. Mas, para evitar alguns problemas, aquelas duas técnicas não me deixam mentir, receberam, desta vez, a convocatória por carta regista com AR. Já por alguma razão foi. Agora, se mesmo assim o sistema tem falhas, olhe, eu disse, confesso, vamos averiguar, mas eu disse não entendo nada. Algum senhor Deputado se deseja pronunciar sobre o tema trazido aqui pelo Partido Socialista? Faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Disseram aqui os meus amigos que tinha sido eu. Eu nem o meu email sei, por isso! Nem o meu email sei. Senhor Presidente, senhores Deputados, aqui para o nosso amigo que diz que é o tempo. A frase é bonita, por isso, se aqui estivesse um Camões já tinha para um soneto imenso, porque o tema é bonito. É o tempo. Mas é o tempo de o Governo passar a ter mais do que um ministro, neste caso, uma ministra que agradecemos, que apoiamos e que eu até tive a lata de dizer que ia a Fátima a pé para ela continuar. Mas, é o tempo do Hotel Turismo. É o tempo de as portagens baixarem. É o tempo de, para eu ir a Lisboa, não gastar e demorar muito mais tempo do que, por exemplo, subsidiar os voos de Lisboa ao Porto. É o tempo de o nosso Hospital, a nossa ULS, passar a ser universitário, tendo aí as majorações que é preciso. É o tempo de as verbas do PRR serem equitativas perante as zonas geográficas. É o tempo disso. É o tempo também do Engenheiro Sérgio. É o tempo de nós todos. É o tempo de nós todos. Mas, também, nisto, é verdade, o centralismo e o Governo central também tem que se concentrar no tempo.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja intervir? Penso que não. Senhor Presidente da Câmara, se desejar usar da palavra, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, muito rapidamente, senhor Presidente. Só para esclarecer aqui duas ou três situações. O senhor Deputado José Valbom acabou de fazer uma excelente intervenção e relatou e muito bem o tempo da Guarda e do país.

Para esclarecer, o senhor Deputado Miguel Borges referiu que o PG tem responsabilidades nisto da Capital Europeia da Cultura. Nós tomámos posse dia 16 de outubro. Nós tomámos posse no dia 16 de outubro. Nós limitámo-nos a pagar as contas, a fazer as últimas duas adjudicações que faltavam e simplesmente pedir para seguirem com o processo que estava previsto. Não tocámos numa vírgula, num ponto final, no que quer que seja sobre o que estava a ser feito. Dissemos simplesmente, aliás, de outra forma não podia ser feito, porque o relatório tinha que ser entregue, salvo erro, dia 23 de novembro, se não me falha a memória. Portanto, a nossa responsabilidade é tão somente esta. O senhor Deputado falou aí no CoLAB LogIN. Acho que nós devemos ter aqui alguma cautela quando dizemos aqui-d'el-rei que o Governo conseguiu o LogIN. Respeito para com o júri internacional que premiou o LogIN do Instituto Politécnico da Guarda, em associação com outras entidades, já lá vamos, sob pena de nos estarmos a imiscuir em campos que não são os devidos. A FCT lançou, é verdade, pela tutela do ex-Ministro Manuel Heitor, do Ensino Superior, lançou esse aviso dos laboratórios colaborativos de todo o país. Mas a análise foi feita por um júri internacional, muito bem constituído, que não tem nada a ver com a política. É bom realçar essa situação, para não pôr em causa o mérito da candidatura que foi conseguida, a sua vitória. Mas deixa-me dizer-lhe, já agora, só mais uma coisa, porque aqui é uma questão de justiça. O senhor sabe as empresas que contribuíram para a candidatura? Eu estive nas reuniões. E mais alguém do meu gabinete que esteve nas reuniões. A Câmara da Guarda, é possível que nós venhamos aqui, dentro em breve, assim o esperamos, se tiver que vir aqui a este Órgão, penso que terá que vir a este Órgão, aprovar a participação social no logIN. Eu, enquanto Presidente da Câmara, assumi desde a primeira hora. Peço desculpa, não pedi autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas tinha que ser. A Câmara da Guarda assumiu estar na participação social do LogIN, tal como algumas empresas da logística da nossa cidade que muito contribuíram. Foram lá fazer a defesa do relatório perante o júri internacional. Foi o conjugar de todos os esforços e, naturalmente, com a contribuição da senhora Ministra da Coesão Territorial e com a senhora Secretária de Estado da Valorização do Interior. Era assim que se chamava, agora mudou de nome a Secretaria de Estado. Tal como o Nerga, a nossa Associação Empresarial também deu contributos. A APAT, a Associação Portuguesa dos Transitários, entre outras instituições, espanholas nomeadamente. E, portanto, foi o

conjugar de esforços dessas entidades, à cabeça liderado pelo Instituto Politécnico da Guarda, que permitiu que o logIN fosse aprovado. Olhe, o ex-Ministro Manuel Heitor, eu estava ao lado dele naquela reunião, onde ele adorou ver as empresas ali todas envolvidas. Toda a gente sentada naquela mesa, todos a darem as mãos pelo mesmo objetivo. É assim que a Guarda vai ter que evoluir cada vez. Todos darmos as mãos por um valor que fala mais alto. E foi o laboratório colaborativo da logística. Agora, a sede? A sede é o mais fácil. A sede? Agora o problema é a sede? É o mais fácil. Compra-se um edifício qualquer desde que seja para este objetivo, se outros espaços não existirem. Tem que se ouvir o Instituto Politécnico, tem que se ouvir as empresas, vai ter que haver uma reunião do consórcio para se tomar essas decisões. E é nos órgãos próprios que se devem tomar essas decisões. Sobre o Centro de Competências de Inovação Social, já muito se falou hoje sobre essa matéria, sobre as competências da área social. Olhe, nós também gostávamos que a DGAL e o Instituto Financeiro da Segurança Social, penso que é assim que se chama, que nos respondesse sobre as competências que foram assumidas pela Câmara da Guarda. Mas agora há dúvidas sobre uma determinada instituição, os protocolos que ela tem se são devidos para a Câmara da Guarda ou não. Se está incluído no pacote financeiro, permita-me a expressão, ou não. Estamos há quinze dias à espera dessa resposta, para saber se as verbas chegam da transferência de competências na área social ou não. Estamos à espera da resposta porque nós já assumimos essas competências desde o início do mês de abril. Mas estamos à espera há duas semanas, talvez três, que a DGAL e o Instituto da Gestão Financeira da Segurança Social nos respondam, para saber se os protocolos de uma determinada instituição lá estão ou não. Se não, é mais uma competência que tem que ser subsidiada pela Câmara Municipal da Guarda. E isto é deturpar completamente a lei que permitiu a transferência de competências para os Municípios Portugueses. Portanto, nós como gostamos de falar a verdade, não há aqui truques de ilusão ou de engano. Essas frases feitas, tantas vezes feitas por tanta gente, de facto, são aqueles chavões da política. Mas não é o melhor chavão da política. Mas deixo isso à sua consideração para o futuro. Sabe porquê? Porque nós, olhe, no 25 de Abril, e graças à prestimosa colaboração de alguns técnicos desta casa e do Executivo, conseguimos desenhar um programa onde colocámos a juventude a falar aqui sobre o 25 de Abril. E que bonita sessão nós aqui tivemos. É essa a importância que nós queremos dar à juventude, para que fale sobre Abril, entre outras

situações também. O Conselho Municipal da Juventude que já teve três reuniões e que já vai ter outra. É essa dinâmica que se pretende instituir também nesses órgãos. E, senhor Deputado, nós chegámos há seis meses e já tivemos que arrumar tanto a casa. Olhe, hoje de manhã, já aprovámos aqui, graças à vossa votação, e que agradecemos, a nova lei orgânica. Foram quatro meses a estudar e a preparar uma lei orgânica. O mandato é de quatro anos e, portanto, haverá sempre muito tempo para executar. E, depois, há um velho ditado que diz que cadelas apressadas têm filhos cegos, e, em seis meses, já fizemos tanta e tanta coisa. Mas eu vou fazer questão de lhe mostrar a si, aquilo que nós já fizemos ao longo destes seis meses. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Último tema deste período, o Partido Social Democrata sobre Saúde.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Senhor Presidente, mais uma vez, cumprimento todos os presentes na sua pessoa. Declaro também a existência de conflito de interesses no que vou aqui abordar, dado que sou médico e tenho funções diretivas no Hospital Sousa Martins, integrado na ULS da Guarda. O tema que vou expor tem sido recorrentemente aqui apresentado, nesta Assembleia, ao longo dos anos. No fundo trata-se de uma maleita crónica, de uma doença crónica que temos tido dificuldade em gerir. Ela persiste e têm sido ausentes as soluções sustentadas e que possam resolver a situação. Em 2012 surgiu o Plano Nacional de Saúde, que era para 2012/2016 e depois foi estendido até 2020, e apresentou um conjunto de orientações nos eixos estratégicos para a saúde das populações, em que se afirmava e, passo a citar: equidade, equidade e acesso aos cuidados de saúde e também qualidade em saúde. Propunha, então, o reforço da articulação dos serviços de saúde, mediante a reorganização dos cuidados de saúde primários, hospitalares e também cuidados continuados integrados. Ainda cuidados pré-hospitalares, emergência médica e serviços de urgência. Tinha como pretensão consolidar uma rede de prestação de cuidados integrada e eficiente. Pretendia-se, deste modo, uma rede hospitalar coerente, racional, eficiente, consubstanciada num sistema integrado de prestação de cuidados. Em 2014, surgiu a Portaria 82, de 10 de abril e passo a citar: os hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde, classificam-se

hierarquicamente segundo a natureza das suas responsabilidades e o quadro das valências efetivamente exercidas em quatro grupos. Esta portaria foi revogada dois anos depois pela portaria 147/2016, de 19 maio, que considerava a necessidade de nova classificação, tendo por base as redes de referenciação, obedecendo a um plano nacional de saúde. Acresce ainda que a carteira de valências ou, como são conhecidas, especialidades de cada instituição hospitalar, seria operacionalizada através do contrato programa, de acordo com o respetivo plano estratégico. Assim, considerando as vertentes do acesso e a equidade em saúde, intrínsecas à prestação de cuidados no seio do serviço nacional de saúde, importa que as diferentes situações hospitalares garantissem a prestação de forma coordenada e articulada entre si e também com os restantes níveis de cuidados. O XXI Governo Constitucional, o primeiro Governo da era Socialista, no seu programa para a saúde preconizava a redução das desigualdades entre os cidadãos no que respeita ao acesso à prestação de cuidados, bem como o reforço do papel do cidadão no serviço nacional de saúde. Com todos estes pressupostos carregados de boas intenções, pretendia-se: melhorar o acesso do cidadão a melhores cuidados de saúde; definir as especialidades que cada hospital devia possuir em função da sua classificação e do número de habitantes que tinha a cargo; definir a rede de referenciação com base nas especialidades e número de habitantes servidos; articulação em rede, variável em função das características dos recursos disponíveis, dos determinantes e condicionantes regionais e nacionais e o tipo de especialidade em questão; exploração de complementaridades, dado que os recursos são escassos, de modo a aproveitar cirurgias concentrando experiências e permitindo o desenvolvimento do conhecimento e a especialização dos técnicos, com a consequente melhoria da qualidade dos cuidados, que era um dos desideratos deste plano; concentração de recursos, permitindo a maximização da sua rentabilidade. Tudo documentos cheios de manifestações de boas vontades. Na prática, não têm contribuído em nada para o crescimento do Hospital Sousa Martins. Em concreto, e pelo contrário, hoje em dia continuamos a viver momentos difíceis, como vivemos há cinco anos, há dez anos, há quinze anos, há vinte anos. E a história vai-se repetindo, ora numas especialidades, ora noutras. É verdade que a grande maioria das especialidades médicas são deficitárias no âmbito SNS, no que diz respeito a recursos humanos. Mas no Hospital Sousa Martins atinge níveis preocupantes em algumas áreas e não é mais grave pela abnegação, pela

entrega e pela disponibilidade dos profissionais. O serviço de cardiologia, várias vezes trazido à liça, é um bom exemplo do que acabei de dizer. Sobrevive, mantendo um elevado número de primeiras consultas em atraso e sem condição de diferenciação em novas tecnologias. Não se adivinha rejuvenescimento desejado neste serviço. Contava, até ao final do ano passado, com a ajuda do serviço de cardiologia do Hospital Universitário da Cova da Beira, para recuperar a infindável lista de espera de consultas. Até, repito, até ao final do ano passado. O serviço de ortopedia, com quatro especialistas, com dias a descoberto na escala de urgência, sendo que o serviço de urgência do Hospital Sousa Martins, para quem não sabe, é um serviço de urgência médico-cirúrgico, sendo obrigado a manter diversas especialidades 24 sobre 24 horas, sendo que uma delas é, exatamente, a ortopedia. Já não falando da natural dificuldade de dar resposta às listas de espera deste serviço para as consultas e para as cirurgias. E o que esperar do serviço de oftalmologia, também já aqui várias vezes abordado? Tem um especialista do quadro e outro contratado. Ou a obstetrícia, após a reforma recente de um dos clínicos e o fim do contrato com um outro que era prestador de serviços. Ou, ainda de forma mais gritante, assistirmos ao inevitável encerramento do serviço de gastroenterologia que desde há um ano vive de especialistas em prestação de serviços de uma forma perfeitamente irregular, com doentes internados a efetuar exames no exterior do Hospital e a incapacidade absoluta de efetuar técnicas exclusivamente hospitalares, tendo que recorrer ao Hospital de Viseu ou ao Hospital de Castelo Branco para as realizar. No relatório publicado pela ACSS, e isto a propósito do serviço de gastroenterologia, em 2011, intitulado atuais e futuras necessidades provisionais de médicos para o SNS, considerava-se que o rácio para a gastroenterologia devia ser de três clínicos especialistas por cem mil habitantes, que corresponderia a uma necessidade entre quatro a cinco clínicos para a área de influência da ULS da Guarda. Não os temos. Neste momento não temos nenhum. Nem tudo será tão negro e aplaudimos, obviamente, a chegada de um hematologista, o crescimento e diferenciação de unidades como a de reumatologia, da oncologia médica, da medicina intensiva, da imagiologia, da pneumologia e da medicina interna. Mas há aqui especialidades que são chave para o funcionamento do Hospital, se quiser manter o nível de prestação de cuidados. Em vinte anos, chamo à atenção que se registou, quando dizemos que não há médicos, em vinte anos registou-se um aumento de 70% de médicos

por habitante. 70%. O Hospital Sousa Martins serve cerca de cento e quarenta mil habitantes. Não serve apenas o concelho da Guarda, como todos sabemos. O Hospital da Covilhã, aqui ao lado, serve oitenta mil habitantes, o Hospital de Castelo Branco serve cem mil habitantes. Portanto, nesta região de toda a Beira Interior, o Hospital Sousa Martins é o que maior número de população serve. E não serve bem, obviamente. Não pode servir. Tem que recorrer a outros hospitais para prestar estes serviços. Quanto às redes de referência que foram alvo de atenção a partir de 2016 e que foram aprovadas na sua maioria, a maior parte delas não funcionam e, quando funcionam, apresentam sempre grãos de areia na engrenagem. Quando queremos partilhar doentes com outras unidades hospitalares que seriam essas redes de referência, tudo se torna complicado. Senhores deputados municipais, eu decidi não apresentar hoje nenhuma moção para enviar ao Governo ou para enviar à Assembleia da República acerca deste tema. Mas este tema é, na verdade, urgente de ser tratado e de ser refletido. Antes, quero deixar uma chamada de atenção ao senhor Presidente da Câmara que, na minha opinião, deve ser o elemento agregador dos outros municípios servidos pela ULS da Guarda, mas também, e não só, junto da CIM, embora saibamos que a CIM tem outras Câmaras Municipais servidas por outros hospitais que não têm este nível de problemas que nós temos. O que também acaba por ser um problema para a ULS da Guarda, eventualmente. E aquilo que se pede ao senhor Presidente da Câmara é que exija uma intervenção clara da ARS Centro, muitas das vezes não tem sido amiga do Hospital Sousa Martins e da Ministra da Saúde, de forma a resolverem este grave problema que não foi até agora ultrapassado ou que se manifestou impossível de ultrapassar pelo Conselho de Administração da ULS. Pretendo também sensibilizar os senhores deputados municipais do partido do Governo para este real problema, que é de todos nós, e pedir, obviamente, a vossa máxima ajuda. Eu sei que este tema, se fosse fácil, não durava há vinte anos. Não andávamos aqui com problemas. Mas acho que temos todos que refletir à volta deles para podermos, quem trabalha no Hospital Sousa Martins, continuar a prestar um serviço digno. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faça favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Senhor Presidente, senhores Deputados. Só para dizer que estamos cem por cento de acordo com o que disse o colega João Correia. Mas dizer que o atual Executivo está atento e já teve, penso eu, e deve incentivar essa metodologia de trabalho em equipa, com as estruturas da ULS, para que, efetivamente, isto vá para a frente. Eu, há bocado, falei na classificação do nosso Hospital como centro Universitário. É fundamental. Foi-nos passada uma rasteira pelo anterior Ministro da Saúde que, em agosto, nos desclassifica. E isso é evidente que todos, mas todos, porque isto é um assunto de todos nós, não há aqui ninguém nos nossos amigos do Partido Socialista, passando pelo meio, pelo PG, ou pelo Partido Social Democrata e os nossos amigos ali da direita, o par simpático da direita, que não esteja de acordo com isto. E é fundamental que nós ponhamos isso em cima da ordem. Porque a saúde, hoje, a política em todas saúdes e a saúde em todas as políticas tem que, obviamente, se articular, porque é um atraso para as outras coisas. Se nós não tivermos boa saúde, não vamos ter cá bons engenheiros. Se não tivermos boa saúde não temos boas pessoas para liderar o nosso laboratório colaborativo. Quer dizer, uma das estruturas âncora é o serviço de saúde. Depois, os serviços de educação. Não é por acaso que se chama a estes serviços bens de base. Porque, efetivamente, são alicerces para o desenvolvimento comunitário de toda a comunidade. Nós temos que, durante este mandato, todos, como diz o João Correia, e eu sublinho com quatro traços, todos nos articularmos para que, no fim deste mandato isto esteja melhor. Porque se estiver melhor na saúde, vai estar melhor num conjunto agregado de outras políticas sociais. E o interior tem condições para ser, de certa maneira, um ex-líbris de políticas sociais porque temos pouca densidade. Ainda não temos muitos dos problemas de exclusão que se vê nas grandes metrópoles. E é a altura de todos darmos as mãos porque todos somos poucos.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Como é obvio, associamo-nos àquilo que foi dito pelos dois anteriores deputados e, como é obvio, nós sabemos que uma sociedade será sempre melhor e será sempre mais procurada quanto melhor saúde tiver. No entanto, sabemos que muito há por fazer. Sabemos que nos últimos anos também muito tem

sido feito. Sabemos que, neste momento, o Hospital foi escolhido, por exemplo, como Hospital de referência para Covid. E também é bom, de vez em quando, dizermos aquilo que está bem e não só dizermos aquilo que está mal. Nós, na Guarda, temos sempre, é um problema da Guarda, é um problema da Guarda, somos sempre os piores. Espezinhamo-nos sempre. Há coisas que estão mal, muito mal. Associamo-nos a vocês todos, penso que toda a Assembleia. Como é óbvio tentaremos fazer o máximo junto do nosso Governo, e dizer aquilo que não está mal é para puxar as orelhas, mas também temos que levantar o nosso astral e dizer que há coisas que estão a funcionar bem. O serviço de pneumologia, como é obvio eu não estou no Hospital, mas toda a gente me diz que é uma referência. E falei agora do Covid porque é aquilo que me lembro, mas nem tudo está mal. E também acho que nós, na Guarda, também temos que dizer aquilo que está bem na Guarda, seja no Hospital, seja no Município, seja em todos os outros locais. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja pronunciar-se? Senhor Presidente da Câmara, deseja intervir? Faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Sim, senhor Presidente. Obrigado. É claro que este é um tema, o tema da saúde, senhores deputados e senhoras deputadas, é o tema que, em primeiro lugar, nos deve preocupar a todos nós. Muito para além das lutas político-partidárias, deve preocupar a todos nós. E cada um de nós, imbuídos no espírito e investidos na função que cada um desempenha no seu dia a dia, deve lutar pela melhoria dos serviços de saúde na nossa terra, no nosso concelho, na nossa região. Porque, como bem disse o senhor deputado José Valbom, não há nenhuma empresa, nenhum alto cargo nas empresas, nenhum alto talento que às vezes tem que ser captado pelas empresas nos mais diversos ramos de atividade ou da formação profissional ou da formação superior, que venha para a Guarda sem antes perguntar como é que está a saúde na Guarda. É isto que acontece. É isto que nos é transmitido por todas as empresas que trabalham com esse tipo de profissionais. E nós ambicionamos, cada vez mais, que esse tipo de profissionais possam vir para a Guarda. Mas eles são o espelho daquilo que nós necessitamos. Muitas vezes passamos ao lado da necessidade dos

cuidados. Muitas vezes passamos ao lado, mas devemos estar sempre a prosseguir a melhoria da qualidade. E não é só as intervenções, não é só as obras. As obras são muito importantes, são mesmo muito importantes. A totalidade da segunda fase das obras do Hospital Sousa Martins. Estamos todos plenamente de acordo. Todos temos que fazer esse caminho, mas temos também que dar as condições para os profissionais de saúde e sabermos atrair também aqui cada vez mais bons profissionais de saúde para ajudarem os que cá estão. É isso que nós podemos fazer. E o Presidente da Câmara é isso que faz também. E por isso é que nós estamos sempre num diálogo permanente com a Administração da ULS. Porque nós já dissemos à Administração da ULS, olhos nos olhos, nós estaremos sempre ao vosso lado para vos ajudar a puxar pela boa qualidade da saúde no nosso território. Porque, a partir do momento que nós achemos que os senhores não estão a fazer esse trabalho, somos nós os primeiros a pedir a vossa demissão. É olhos nos olhos que isto se diz, não é na comunicação social. E, desde a primeira hora, é esse sentimento que eles têm de nós, sempre a colaborar com eles. E por isso é que já tivemos várias reuniões para articularmos o que é que tem que ser melhorado nas extensões de saúde e já reabriram algumas. Sempre no diálogo. O centro de vacinação, foi isso que fizemos, encontrámos a melhor solução. A articulação para a recuperação do pavilhão Rainha D. Amélia. Já há uma luz ao fundo do túnel de financiamento para outro pavilhão, também para o pavilhão da psiquiatria. Já há uma luz ao fundo do túnel para o edifício do comboio. Mas nós tínhamos também que dar uma alavanca para o da Rainha D. Amélia e por isso é que nós nos chegámos à frente, permitam-me a expressão, para pagar os 150 mil euros, para ajudar a financiar o projeto de execução. Para quê? Para ajudar a alavancar o nosso CINE, o Centro de Investigação Nacional do Envelhecimento, integrado num centro de outros conhecimentos, digamos assim, um centro de competências que a ULS ambiciona fazer naquele edifício. Temos que nos ajudar. E, claro, é preciso mais do que isso. Claro que sim. É preciso o Conselho Municipal de Saúde para que os players todos, os players da saúde no caso concreto, possam lá, de uma forma permanente e periódica, discutir os problemas da saúde à porta fechada. Precisamente ali o deputado Miguel Borges tem alguma razão naquilo que diz. Não podemos ser nós, sempre, constantemente, deputado Miguel Borges, a saúde é transversal todos. Se nós não tivermos saúde, nenhum de nós está aqui. Mas é verdade. Quantas e quantas vezes nós somos os primeiros a falar mal, lá fora, da saúde

na Guarda? Relatos que me chegam de grandes centros, de grandes hospitais do país, que é de bradar aos céus em relação àquilo que acontece na nossa ULS. Há problemas. É claro que há problemas. Mas nós temos que, nos locais certos e adequados, chamar os responsáveis para resolverem os assuntos. E é na Comunidade Intermunicipal também. Ainda há pouco tempo perguntei ao senhor Presidente da CIM, nós temos, nós... a CIM tem um Administrador que está designado pela CIM. Então não é a altura de ele ser cá chamado e falar sobre o que se passa? Eu estou há seis meses nestas funções, ainda não foi chamado uma vez à Comunidade Intermunicipal. E bem sabemos que há uma parte dos Municípios que dependem de outro Hospital. Mas eu já disse isto ao senhor Presidente da CIM, seja com esse Administrador ou seja com a Administração na totalidade. Para quê? Para servir como forma de pressão para que a Administração da ULS perceba o sentimento de todos os Autarcas e que possa também transmitir à ARS as necessidades e os pensamentos de todos os Autarcas. É este trabalho continuo que deve ser feito pelo Presidente da Câmara, pelos senhores Líderes Parlamentares, pelos senhores Deputados, pelas senhoras Deputadas, pelos senhores Presidentes de Junta de Freguesia que ouvem muito os seus fregueses quando as extensões de saúde não estavam a funcionar. É este trabalho que todos nós, todos os dias, devemos sempre fazer. E darmos, de uma vez por todas, as mãos, os braços, para lutar pela saúde na nossa terra. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Faça favor.” -----

- **João Correia, Deputado (PSD):** “Peço desculpa, a sessão vai longa. É só para esclarecer. Quer o deputado Miguel Borges, quer o senhor Presidente, falaram do falar mal. Eu não falei mal do Hospital. Eu fiz o retrato do Hospital como ele está neste momento e é preciso não confundir, porque, no fundo, ninguém aqui falou mal.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Já discutimos e votámos um ponto da Ordem do Dia, o Ponto 2.2. Vamos entrar no Ponto 2.3.” -----

Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Despesas de Representação do Pessoal Dirigente. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja falar? Senhor Presidente, deseja? Se algum senhor Funcionário da Autarquia tiver direito a voto, penso que também é um dos casos em que estará impedido de votar. Penso que não há ninguém. Colocava, então, este ponto à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação da proposta de Despesas de Representação do Pessoal Dirigente. -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor. -----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2021. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? É agora o tempo. Faz favor.” -----

- **António Oliveira, Deputado (PG):** “Boa tarde a todos. Na pessoa do Exmo. senhor Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dr. José Relva, cumprimento todos os senhores Deputados desta Assembleia, cumprimento o Exmo. senhor Presidente de Câmara, Eng. Sérgio Costa, e cumprimento os senhores Vereadores e Vereadoras, bem como os senhores Presidentes de Junta e todas pessoas presentes e quem nos segue por meios audiovisuais. Com orgulho, fui incumbido pelo meu grupo de deputados do movimento Pela Guarda para, sinteticamente, vos falar e apresentar esta declaração política sobre a Prestação de Contas do Município da Guarda do ano de 2021. Com esta sintética intervenção, é nosso desejo procurar sensibilizar todo o Município e, em particular, o Exmo. Executivo Municipal, para a total e absoluta importância de um Município com bom desempenho económico-financeiro, em equilíbrio financeiro, não queremos reequilíbrio, ou seja, para um desígnio último, Município com boas contas. Como sabem, para todo e qualquer agente económico público ou privado, diferentes agentes do Estado, banca, fornecedores, clientes, munícipes, é fulcral o referido desempenho económico-financeiro, o cumprimento de toda e qualquer

responsabilidade assumida, pelo que se deseja que os diferentes agentes e entidades atribuam a este nosso Município bons níveis de rating. Para tal, é fundamental que as nossas contas sejam credíveis, auditadas e certificadas, validadas, tal como já sucede quase por inteiro. Assim sendo, tendo subjacente a prestação de contas do Município da Guarda do ano de 2021 e a sua certificação legal de contas de 2021, importa aqui, e agora, relevar alguns indicadores conseguidos até ao final do último exercício de 2021 e alertar o Executivo para os que não são favoráveis e, sobretudo, para os que registaram evoluções negativas ou até mesmo preocupantes e que urge corrigir ou inverter. Este é o nosso pedido. O positivo, o Município da Guarda continua a reduzir o seu endividamento bancário, registando uma redução próxima de 2 milhões entre o final de 2020 e o final de 2021, para um total de 10,6 milhões. Como diria um nosso conhecido ilustre político que anda por aí, não haverá problema de maior se a dívida for boa. Ou seja, em primeiro lugar, que seja barata e que sirva para fazer face à concretização de bons e importantes projetos para a cidade e concelho e que as pessoas os reconheçam e, sobretudo, que deles usufruam. Ainda que o ativo do Município, maior a 260 milhões, se mostre praticamente inalterado, o património líquido era, no final de 2021, de 158 milhões, tendo-se registado uma perda de 1 milhão e 321 mil euros. Constatação, a situação económica do Município é desfavorável, com registo de agravamento dos resultados líquidos de um resultado negativo de 362 mil euros para um resultado negativo de 1 milhão, 182 mil euros, bem como com resultados operacionais negativos de um resultado negativo de 239 mil euros, passamos para um resultado negativo de 1 milhão e 19 mil euros, e com redução dos cash-flow de 7,2 para 6,5 milhões de euros. A dívida total do Município é agora 0,46 vezes o valor médio da receita corrente líquida cobrada de 2018 a 2020, inferior ao limite de endividamento máximo permitido de 38 milhões 229 mil euros. Ou seja, eventualmente minorada pelo não reconhecimento da eventual dívida relativa à aquisição de água e saneamento de 29,7 milhões. Se assim não fosse, aquele indicador de 0,46 vezes, passaria para 1,27 vezes e a dívida seria inferior ao limite em apenas 8,5 milhões. A dívida de clientes vem vindo a agravar-se ao longo dos tempos, com um registo, no final do ano, próximo de 1,5 milhões. Deste valor, cerca de 1 milhão respeita a dívida de munícipes relativas a água e saneamento e resíduos. Senhor Presidente, algo deve ser feito e corrigido. Será bom para o Município, para todos os munícipes, nomeadamente para os que cumprem, pois, desta maneira,

poderão esperar a água mais barata. As disponibilidades do Município são de 8,2 milhões no final de 2021 contra 8,8 milhões no final de 2020. Evolução negativa – o endividamento crescente na rubrica de fornecedores, que passa de 1 milhão, 459, para 2 milhões e 65 mil euros, com um ligeiro agravamento do prazo médio de pagamentos de quarenta para quarenta e dois dias, e da rubrica outras contas a pagar que passa de 1 milhão, 674 mil para 2 milhões, 284 mil euros. Exmo. Executivo, senhor Presidente, chamava a vossa atenção, por favor, às duas reservas constantes da certificação legal de contas de 2021, bem como a outras notas e observações que carecem de ser corrigidas. Reserva 1 – no balanço de ativos fixos tangível, não estão refletidos integralmente todos os bens imóveis do Município, relevante valor em falta e que não foi possível confirmar a titularidade de muitos imóveis na Conservatória do Registo Predial. Exemplo, dois imóveis adquiridos em 2006 à Sociedade Manuel Rodrigues Tavares ainda não registados. Reserva 2 – o Município não tem reconhecida a dívida relativa à aquisição de água e saneamento na rubrica de fornecedores. O valor de 29,7 milhões encontra-se contabilizado em provisões para riscos e encargos no passivo do balanço a 31 de dezembro de 2021. O eventual, sublinho, eventual reconhecimento da dívida terá implicações no cálculo do endividamento municipal. Como acima foi explicado, podemos estar perante um passivo subvalorizado. No âmbito do controlo interno, da análise às reconciliações bancárias para o período de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2021, não foi possível documentar cerca de 260 mil euros que correspondem a cerca de novecentos e oitenta movimentos, sendo que cerca dos 75 a 80% ocorridos nos últimos dois anos. Em contabilidade e gestão, não foi possível ao senhor Revisor Oficial de Contas validar os mapas que constam do relatório de gestão, que é parte integrante desta Prestação de Contas do Município da Guarda do ano de 2021 pois a mesma não está devidamente implementada e, consequentemente, não foi possível validar os valores apresentados. Da conta 56, resultados transitados, há movimentos que não se conformam com a mesma, o que poderá ter contribuído para que os resultados líquidos não fossem ainda mais negativos. Deixo, por último, uma importante nota de atenção, para a qual o senhor Presidente recorrentemente verbaliza e que muito usou em campanha. Desejamos que a Câmara promova sempre concursos limpos e transparentes. Vem isto a propósito da análise ao conjunto de faturação em receção e conferência, do qual constam faturas com valor superior ao compromisso

assumido e registado. Ou seja, poder-se-á depreender existirem eventuais adjudicações não devidamente cabimentadas e comprometidas. Perante o exposto, estamos certos e desejamos que o senhor Presidente seja também um gestor de excelência, tendo olho para melhorar as economias e fazer um melhor uso dos recursos do Município. Em nossa opinião, não há muitas diferenças em gerir uma cidade, concelho, e uma empresa. Em ambos os casos os desafios são, entre outros, a boa gestão de recursos financeiros com a utilização parcimoniosa e ética dos mesmos, respeitosa e cuidada gestão dos recursos humanos, promovendo as melhores condições de trabalho para todos os funcionários, cuidando do meio ambiente, tendo, por fim último, a melhor qualidade de vida possível para a nossa população. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Neste ponto, mais algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja intervir? Faça favor.”

- **Rui Ribeiro, Deputado (PS):** “Boa tarde. Renovo os cumprimentos que já tinha tido a oportunidade de apresentar a todos e, portanto, vamos aqui tecer algumas considerações sobre as contas que nos foram dadas a apreciar. Do lado das receitas de capital, apreciamos uma execução inferior a 50% e que seria ainda mais baixa, cerca de 40%, se não tivéssemos em conta as sucessivas revisões intercalares que fomos fazendo durante o ano. Já do lado das despesas de capital, a execução foi de cerca de 57%, ilustrando uma gestão mais centrada no curto prazo e em apagar fogos, ao invés de uma gestão estratégica com os olhos postos nos efeitos reprodutores das despesas de capital. Nota ainda para a baixa capacidade de captar fundos comunitários que é evidenciada nestas contas. Por outro lado, este foi, nos últimos quatro anos, o exercício com menor taxa de execução, mesmo após as sucessivas revisões, cabendo ainda sublinhar que o senhor Presidente de Câmara esteve envolvido na maioria que governou durante este período. Nas despesas com bens e serviços, que representam cerca de 36% do total, as mais significativas são água, limpeza e saneamento, razão pela qual o Município precisa conceber e implementar planos de redução de consumo destes bens urgentemente. Também a aquisição de serviços de segurança privada precisa ser racionalizada, face ao impacto que já tem atualmente nas contas do Município. A título meramente de curiosidade, o valor desta rubrica equivale, mais ou menos, a um encargo

anual com cerca de setenta funcionários. Nas grandes opções do plano, gostaríamos de ver uma execução mais elevada. Gostaríamos todos, obviamente. Os níveis apresentados são, mais uma vez, fruto de falta de planeamento da execução orçamental. Não obstante a taxa de execução ser superior à do ano anterior, talvez por imperativos do ciclo eleitoral, é ainda assim cerca de dois terços do previsto. Ora, sendo as grandes opções do plano correspondentes aos investimentos estratégicos para o executivo, uma taxa de execução mais elevada, seria certamente do agrado de todos os que hoje aqui apreciamos esta prestação de contas. Relativamente à dívida de clientes, é feita uma análise relativa à evolução das perdas com água, e, a este propósito, questionamos a Câmara acerca da existência de um plano de redução destas perdas, que são atualmente um encargo significativo para o Município. A liquidez do Município, se bem que superior a 100% quando falamos da capacidade do ativo de curto prazo em solver as obrigações de curto prazo, tem visto o seu indicador degradar-se substancialmente nos últimos anos, no que deve ser visto como um sinal de alerta para os gestores. A evolução da dívida total a terceiros, mereceria, por seu turno, nota positiva, não fora o facto de a informação disponível ser, atualmente, incompleta. Como aliás referiu aqui o senhor deputado António Oliveira. Com efeito, não é possível conhecer, pela análise às contas que hoje nos são apresentadas, que parte da dívida reclamada pela empresa Águas de Portugal é efetivamente reconhecida pelo Município. O Presidente do Executivo anterior, mencionou, nesta Assembleia Municipal, então em funções, um valor aproximado que mencionou também nalgumas intervenções públicas que teve. Porém, nunca as contas do Município refletiram essa posição, da mesma forma que agora a não refletem, o que distorce, por completo, a capacidade de endividamento apresentada, que de forma alguma corresponde à realidade. Quanto ao prazo médio de pagamentos, o acréscimo, face ao ano anterior, é pouco expressivo, é praticamente marginal, não obstante o sentido da sua evolução seja, obviamente, um aspeto negativo, porque ele aumenta ainda que muito ligeiramente. De resto, as críticas que nos mereceram as contas intercalares que a Câmara aqui nos trouxe na sessão ordinária de dezembro, mantêm-se, cabendo recordar a degradação da conta de resultados decorrente das políticas eleitoralista do Executivo anterior, os baixos indicadores de execução orçamental e o enviesamento do indicador de capacidade de endividamento. Em suma, um conjunto de opções que o Partido Socialista, em tempo

oportuno, sublinhou e criticou, por não devolverem poder de compra aos guardenses e por não estimularem a economia local. E, pelo exposto, e não me alongando muito mais, a bancada do Partido Socialista, na Assembleia Municipal da Guarda, abster-se-á na aprovação das contas referentes ao ano de 2021. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Não sei se mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado deseja intervir? Não? Senhor Presidente da Câmara, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Sobre este documento que vos foi presente, bom, este Executivo tem sensivelmente 2,5 meses de responsabilidade nele. Sabemos bem que houve um relatório intercalar na mudança do Executivo e que foi apresentado depois na Assembleia Municipal de dezembro, como bem referiu o senhor deputado. E, portanto, nós temos 2,5 meses de responsabilidade nesta matéria. E no que diz respeito àquela questão que nos preocupa, e que nos deve preocupar a todos, sobre o reconhecimento da dívida das Águas de Vale do Tejo, nunca me ouvirão falar em público sobre o reconhecimento de dívida. Nem que seja um cêntimo. Sabem porquê? Porque tudo o que eu diga fica gravado e pode ser usado em tribunal contra o Município da Guarda. Todos aqueles que no passado falaram em valores de reconhecimento de dívida, numa ou outra sessão de Tribunal já foi usado. E, portanto, temos que ter alguma cautela sobre aquilo que dizemos. A única coisa que nós podemos dizer, que podemos falar, é sobre aquilo que está plasmado precisamente nesta prestação de contas, que são as provisões próximas de 30 milhões de euros. São as provisões. Não quer dizer que haja aqui um reconhecimento de dívida porque há muita coisa para discutir. E por isso nunca me ouvirão falar publicamente sobre reconhecimento de dívida, seja o valor que for. Decorrem dois processos em tribunal, nos Tribunais Arbitrais, no Tribunal Arbitral de Coimbra e outro em Lisboa, que nós ambicionamos que rapidamente seja resolvido, pelo menos um deles, para ver se de uma vez por todas se põe termo a esta telenovela que já decorre desde 2011, se não me falha a memória. Desde 2011, ou antes até. Ou antes até. É uma telenovela onde todas as Câmaras Municipais da região estão envolvidas, onde todos os partidos políticos e os movimentos independentes também estão envolvidos e, portanto, importa resolver isso

rapidamente. Porque, em função daquilo que decidir o tribunal arbitral, nós vamos ter que tomar decisões de gestão. Seja a decisão que for. Se tombar para um lado, se tombar para o outro, ou se fizer o rachar a 50%. Não sabemos o que é que o tribunal irá falar sobre esta matéria. O senhor deputado falou que estive envolvido na gestão deste período. Não. Vereador sem pelouros, tal como estavam os dois Vereadores do Partido Socialista durante o ano transato. Portanto, nós íamos simplesmente às reuniões, não tínhamos qualquer responsabilidade em matéria de gestão. E nós estamos aqui a falar sobre prestação de contas de 2021. Depois, dar apenas aqui algumas notas. Algumas já foram faladas, mas devo dizer aqui outras que nos preocupam e que devem merecer o nosso reparo e a nossa preocupação para o futuro. Bom, a começar, já foi falado, o resultado líquido do exercício de 1,2 milhões de euros. Se fosse uma empresa, estava na falência. Dependendo do capital da empresa, mas provavelmente já estaria na falência. A liquidez imediata tem vindo drasticamente a ser reduzida nos últimos três anos. A liquidez imediata é a capacidade que o Município tem para pagar as suas contas no curto prazo. E baixou, desde 2019 até 2021, de 165 para 102%. 102%. É um indicador perigoso que devemos olhar bem para ele, como sabemos, para que no mais pequeno problema, alguma dificuldade de tesouraria que exista, ou da gestão, de um qualquer processo em tribunal que nos caia... de vez em quando lá nos vão caindo alguns processos em tribunal. Alguns deles já decorrem há dezasseis e há vinte anos. Aqueles que andam nos tribunais administrativos e de vez em quando já nos caem e nós temos que pagar. Mas é um indicador perigoso que merece o nosso acompanhamento. As dívidas de clientes, que já foi aqui falado, dos clientes do abastecimento de água, águas residuais e resíduos, em 2017 estava, números redondos, em 400 mil euros. Em 2021 está muito próximo de 1 milhão de euros. 1 milhão de euros de dívida de clientes, de munícipes, que simplesmente não lhes é cobrada a água, nem o saneamento, nem as águas residuais. Já falarei, adiante, sobre aquilo que já foi feito no entretanto. Depois, dizer também, a questão das perdas. Eu já falei na Assembleia Municipal de dezembro, e volto a falar, que nós estamos a trabalhar com os técnicos, já pedimos esse plano, senhor deputado, para que nos façam essa apresentação para reduzir as perdas. Mas para reduzir as perdas não é simplesmente desligar botões ou desligar computadores. Vai ter que haver muito investimento, muito investimento. Investimento que não foi feito nos últimos anos para que isso seja possível. Veja só. Um equipamento que se chama datalogger,

havia cerca de trinta que estavam parados, há vários anos, por falta de pilha. Uma pilha que custa uns centavos ou que custa alguns euros. Mas esses dataloggers permitem fazer o zonamento das zonas de abastecimento de água e perceber onde é que estão as fugas e, naturalmente, fazer a gestão. Este é um pequeno exemplo. E por isso nós devemos voltar efetivamente à profissionalização do setor, conforme falámos, deputado Virgílio Bento, hoje de manhã, a propósito do ressurgimento dos serviços municipalizados. Mas devemos dizer aqui mais um ou outro indicador que nos preocupa também. O prazo médio de pagamentos, que já aqui foi falado. Teve uma evolução, em 2018, de dezasseis dias, em 2018 era dezasseis dias, e, em 2021, é de quarenta e dois. Estamos dentro dos parâmetros, naturalmente. Mas não podemos esquecer que estamos a derrapar e que o plano de saneamento financeiro obriga a trinta dias. É isso que está no plano de saneamento financeiro. Está aí no relatório de acompanhamento do plano de saneamento financeiro. É de trinta dias. Naturalmente, devemos saber procurar reduzir este prazo de pagamento, enquanto tivermos o plano de saneamento financeiro ativo. Já para não falar nas disponibilidades de caixa e depósitos que reduziu 600 mil euros no ano passado. E dizer aquilo que, sobre a dívida de clientes, nós já fizemos, graças ao serviço técnico desta casa. Nós pusemos, simplesmente, as pessoas... fizemos uma reunião, delineámos um pequeno plano e começámos a trabalhar. Os técnicos começaram a trabalhar. No espaço de um mês e meio, já recuperámos 100 mil euros. No espaço de um mês e meio, já recuperámos 100 mil euros. Sabem como? Sabem a pilha de documentos que estava aí num determinado sítio (não era muito longe deste tamanho) a pilha de pedidos de negociar as dívidas que estavam simplesmente parados. Estava tudo parado. Ninguém dava andamento às coisas. Foi simplesmente pegar naquela pilha e começar a telefonar às pessoas. Os senhores querem pagar, então venham cá, vamos fazer um acordo de pagamento e comecem a pagar. E, ao longo de um mês e meio, já entraram nos cofres deste Município cerca de 100 mil euros. São esses os números que, tecnicamente, me foram dados. É esse trabalho que deve ser feito. Não só, mas também. Só esperemos é que muitas das dívidas do tal milhão de euros não seja já incobrável por ter já transitado o prazo da sua cobrança. Como sabemos, por lei, há um prazo específico para que a cobrança seja feita. Mais dois ou três apontamentos, por último. Um deles já foi citado, que o Revisor Oficial de Contas coloca reservas na sua análise. Já falámos no resultado líquido do exercício. Mas fala

aqui em outras duas situações que tem a ver com o não ser possível confirmar a titularidade, como o senhor Deputado já referiu há pouco, na Conservatória do Registo Predial, de alguns bens imóveis que integram o ativo fixo tangível do Município. Há muitos imóveis, muitas propriedades do Município que não estão simplesmente registadas. Não estão registadas, simplesmente. É mais um trabalho que nós temos. E não é difícil fazer este trabalho. E nós já o começámos a fazer porque já estão a ser registados alguns desses imóveis, desses edifícios, dessas propriedades. Veja só, duas delas, honra seja feita àquele senhor que faz o favor de presidir à Assembleia Municipal pela prestimosa ajuda dele, que andavam há mais de trinta anos para serem registadas nesta casa. Já estão registados. Conseguimos registar. Muito obrigado senhor Presidente da Assembleia Municipal, caro amigo Dr. Relva, pelo trabalho que o senhor conseguiu fazer, repescar aqueles documentos todos para se conseguir fazer esse registo. E uma outra questão que nos faz preocupar muito, porque a certa altura o Revisor Oficial de Contas diz algo do género: a contabilidade de gestão do Município não permite validar adequadamente as divulgações requeridas nos termos da regulamentação vigente. É complicado escrever isto. Quer dizer que o Revisor Oficial de Contas não acredita no sistema informático da contabilidade deste Município. É isto o que isto quer dizer aqui. Está plasmado pelo Revisor Oficial de Contas. Meus senhores, é este o caminho que nós devemos seguir para evitar que venham estas reservas, para que no futuro nós possamos ter as contas com absoluta transparência e sem reservas. À parte a questão das Águas de Vale do Tejo que já aqui falei, naturalmente. É um assunto que nos diz muito a todos nós. Mas é este o caminho que nós devemos trilhar no futuro para termos boas contas, porque, dessa forma, estaremos a trabalhar para um futuro melhor para as próximas gerações. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, muito obrigado. Colocava, então, à votação, este ponto de prestação de contas do Município da Guarda do ano de 2021.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da Prestação de Contas do Município da Guarda do Ano de 2021. -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e quatro votos a favor e quinze abstenções. ----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação da Guarda. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja falar, faça favor. Penso que não. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja falar? Não deseja, muito obrigado. Então, colocava o ponto 2.5 à votação.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Constituição do Conselho Municipal de Educação da Guarda. -----

- Aprovado, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

Ponto 2.6 - Discussão e votação das propostas para Transferência de recursos para as Freguesias, Transferência de competências para as Freguesias, Manutenção de competências no âmbito de intervenção do Município e Minuta de auto de transferência de recursos - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Só um minutinho. O senhor Presidente saiu e, neste ponto, penso que será importante ele estar presente. Algum senhor Deputado ou senhora Deputada deseja intervir? Senhor Deputado José Gonçalves, faz favor. Senhor Deputado, peço desculpa. Senhor Presidente, deseja falar já no início, dado o tema, ou no fim? No fim. Muito obrigado. Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Deputado (PG):** “Cumprimento todos na figura do senhor Presidente, muito boa tarde. Atendendo ao Decreto-Lei 57/2019, de 30 de abril, que concretiza a Lei 50/2018, de 16 de agosto, e já com a segunda versão, a retificação nº 21/2019, de 16 de maio, e a terceira versão que é mais recente, a Lei 2/2020, de 31 de março, propõe este Município, em cumprimento da previsão do artigo 2º, a transferência de algumas competências para as Freguesias e outras que se manterão na esfera da Câmara. No nosso concelho, e numa perspetiva de melhor servir os interesses da população, Juntas de Freguesia e Município acordaram a transferência de competências, que hoje vêm a esta Assembleia para serem discutidas e votadas. A aceitação, por parte dos interessados, (das competências vertidas nas alíneas a), b) e c), todas as Freguesias aceitaram, da alínea d), todas as Freguesias à exceção de quatro e a alínea f) só para

uma Freguesia, e atendendo também e sem esquecer o plano municipal de defesa da Floresta contra incêndios) é conferir maior autonomia às Juntas de Freguesia; é proporcionar-lhes capacidade de decisão, nomeadamente na limpeza das vias e arruamentos; é atribuir maior responsabilização e proatividade na gestão da Freguesia. Chegado o verão e esperar indefinidamente que a empresa venha limpar, isso terminará. Em plena época de incêndios, andar a cortar ou a limpar deixará de ser uma realidade. Constatar que o serviço foi mal feito, e sim, mato e pasto que não é cortado, outro quando é cortado fica nas bermas, deixará de ser uma preocupação. Assim como ouvir um trator à meia noite a trabalhar, deixará de ser uma certeza. Espero eu. A título de exemplo, a 2 de agosto de 2021, trinta e sete fotos eu tirei, que enviei para o Município a dar conhecimento do estado em que as bermas ficaram, em que ficou o serviço. Reclamei. A resposta? Nada. Zero. Como ex-Autarca e cidadão atento e preocupado, é isto que não quero. As freguesias, agora, assumirão a responsabilidade. Calendarizarão de acordo com as suas necessidades e interesses. E quando falo das freguesias refiro-me a todas, da menor à maior, seja em área, vias, arruamentos ou população. Todas merecem o mesmo tratamento. Não é por terem menos habitantes, como alguém defende, que as suas ruas e vias ficarão por limpar. Tal como não é, por terem mais população, receberem um tratamento diferenciador. A considerar a população, a Freguesia da Guarda receberia a maior parte da verba, claro. Os critérios mais justos, por isso, a considerar, são os quilómetros de caminhos efetivos para limpeza e manutenção, os quilómetros e arruamentos urbanos e os quilómetros de estradas pavimentadas. Assim, é promover a coesão territorial. Foi assim que trabalhou, e bem, este Município. Por isso, querer estabelecer um preço por rácio de habitantes não é justo. Diria até que é discriminatório. Tal como também não é possível, nem plausível, comparar municípios para ver quem delegou mais verbas. Relembro aos mais distraídos que as competências a delegar não são de cariz social. Estamos a falar de limpeza e manutenção de vias e arruamentos. Do mais novo ao mais idoso, do mais pobre ao mais rico, todos somos Guarda. Posto isto, felicito todos os Presidentes de Junta de acordaram aceitar esta delegação de competências e, em seguida, ao Município, na pessoa do senhor Presidente, pela coragem, ousadia e visão em perceber o que não estava bem ou menos bem, pois o tratamento não era igual para todas as Freguesias. Havia aquelas em que o serviço ficava sempre para o fim. Rigor e lealdade, como consta

da proposta, foram ingredientes no prato da balança para alcançar uma solução consensual entre as Freguesias e o Município. Tenho dito. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Mais alguma senhora Deputada ou senhor Deputado? Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Muito obrigado, senhor Presidente. Cumprimento o senhor Presidente, os Membros da Mesa, o senhor Presidente e os senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, público que nos assiste aqui e nas redes sociais, aos Técnicos da Câmara que nos estão a acompanhar, à Comunicação Social e a todos vós, uma boa tarde. Já agora, senhor Presidente, só aqui dois minutos. Queria só deixar-lhe uma palavra de agradecimento pela sessão do 25 de Abril, bem como por todas as intervenções, exatamente também a sua intervenção. Gostei muito de ouvir a sua intervenção. Aliás, sobre este tema, alguma coisa poderíamos alongar um pouco mais, mas fica aqui a minha palavra de agradecimento pela boa sessão do 25 de Abril. E isto nada tem contra a Moção que aqui foi aprovada, em relação a que, nas sessões do 25 de Abril, os partidos políticos possam também aqui exprimir a sua opinião. Portanto, estou de acordo com a Moção apresentada pela senhora Deputada Bárbara, do Bloco de Esquerda. Dizer-lhe, senhor Presidente, que da Comissão Executiva e da Comissão de Honra para as comemorações do 25 de Abril, foi outro passo interessante e bom que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal viabilizou seguramente, não faz parte nenhum Presidente de Junta de Freguesia. E eu não me ponho em bicos de pés. Garantidamente vou dizer isto porque eu nem sequer me ponho em bicos de pés para ser eu o candidato, mas, senhor Presidente, parece que nas comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril, e logo depois, dois anos depois faremos os cinquenta anos das primeiras eleições locais, faria sentido que o poder local, neste caso, as Freguesias, também pudessem estar numa e noutra comissão. Não é uma crítica. Perceba isto mais como uma sugestão do que propriamente uma crítica. E é mesmo disso que se trata. Em relação aos agradecimentos que aqui foram feitos, eu também subscrevo todos eles. É o trabalho de todas as pessoas. Mas, já agora, parece-me que ainda é Diretor Geral das Artes o Dr. Américo Rodrigues. Foi aqui uma das pessoas nesta casa que muito lutou pelo TMG, com o seu

peculiar feitio. E, portanto, eu gostaria também de deixar aqui uma palavra de agradecimento, porque, enquanto Diretor Geral das Artes, não esqueceu o território no seu todo e isso também me apraz registar aqui. E já que estamos numa onda de agradecimentos, e é sempre positivo que se façam e se digam, deixo aqui também uma palavra de agradecimento para a senhora Engenheira Catarina Coimbra e para o senhor Engenheiro Horácio Brás, penso que está aqui, porque pelo menos foi com estas duas pessoas que a Freguesia da Guarda, e obviamente com o senhor Presidente da Câmara, conversámos a propósito deste tema da transferência de competências. E, portanto, deixo aqui também o nosso público agradecimento por todo o esforço que estes dois técnicos fizeram para trabalhar com as quarenta e três freguesias, ou pelo menos com a Freguesia da Guarda. E, já agora, senhor Presidente, tivemos uma campanha eleitoral, tivemos os resultados eleitorais que tivemos, parabéns ao Partido Socialista, parabéns ao Governo que está agora empossado e está agora a discutir o orçamento. Achei curioso que, nesta sessão da Assembleia Municipal, ninguém tenha falado que tenha fechado já a Secretaria de Estado da Ação Social ou de Integração Social. Eu penso, o senhor andou na campanha, terá ouvido também essas questões. Mas deixar aqui, queria agradecer ao presidente do PSD da Concelhia da Guarda que foi o único que testemunhou publicamente que fecharam a Secretaria de Estado sem nada mais dizer e que o Partido Socialista devia ter aqui vindo, enfim, pedir desculpa por este facto, quando elogiou a criação da Secretaria de Estado, e nós também valorizámos essa criação. E ao mesmo tempo agora deixou acabar, deixou fechar e não veio aqui dar, digamos, o seu repúdio ou pelo menos a sua consternação por esse facto. Mas também lhes digo uma coisa, eu troco perfeitamente a Secretaria de Estado pelo prejuízo da TAP, todos os anos, a ser investido aqui no interior. Ficaríamos, seguramente, mais bem servidos. Portanto, venha uma TAPzinha todos os anos para o interior e deixemos as Secretarias de Estado por lá. Por último, dizer que fiquei surpreendíssimo, senhor Presidente da Assembleia Municipal, surpreendíssimo. O Governo do PSD/CDS esteve de 2011 a 2015 num contexto que todos nós sabemos. E realmente não resolveu o problema do Hotel Turismo, é verdade. Mas o contexto nós sabemos. O Partido Socialista deixou o país à beira da fome e sem dinheiro para pagar os vencimentos. Ainda por cima vem aqui dizer que o Hotel Turismo não foi resolvido ainda porque o Governo do PSD, que acabou em 2015, e estamos em 2022 com dois Governos do Partido Socialista,

e vir aqui com cara de pau dizer que foi o PSD/CDS que não resolveu o problema do Hotel, é obra e é mesmo de alguém que teve alguma amnésia durante todos estes anos. Por último, senhor Presidente, em relação à Capital Europeia da Cultura, eu sei que já não é tema para aqui chamado. Mas, eu peço desculpa, senhor Presidente, não sei se o senhor me pode elucidar enquanto Presidente da Mesa e enquanto testemunha da vida publica. Quando foi a defesa junto do Júri Internacional, e nós temos que perceber, alguém já aqui falou que estas coisas têm a sua importância, e houve outras cidades tão ou mais importantes do que a Guarda que também não foram aprovadas. Coimbra, por exemplo, foi um caso claro que perdeu a eleição e gastou muito mais dinheiro do que nós. Eu não estou a dizer que fizemos bem em gastar os milhões que gastámos. Mas, de qualquer maneira, gastou e perdeu. Perdeu e não perdeu. Porque nós não perdemos. Nós ganhámos, criámos aqui alguma sinergia, criámos aqui alguma ligação e, aquilo que foi menos bem feito, pode agora ser melhorado por este Executivo e por todos os agentes culturais e por todos os agentes associativos da terra. Mas eu gostaria de saber se o senhor Presidente me sabe elucidar, porque fiquei curioso depois desta conversa que aqui assisti, sobre quem é que esteve junto do Júri Internacional a defender a Guarda como Capital Europeia da Cultura. Foi o senhor comissário, Engenheiro Pedro Gadanho, penso que é assim, ou foi mais alguém? Gostava de saber, só por uma questão de curiosidade. E, por último, eu não sabia que o Dr. Álvaro Amaro ia apresentar um livro. Mas fiquei a saber e agradeço ao deputado Miguel Borges, porque foi ele que nos deu essa informação, ou, pelo menos, deu aqui o mail que recebeu do convite para um livro que era o Dr. Rui Rio que estava cá. Olhe, alguns deputados já me disseram, não podia haver melhor publicidade. Eu fiquei a saber. Não sabia que o Dr. Álvaro Amaro vai apresentar um livro na Guarda, depois esclareci-me ali com uns colegas meus, no dia 7 de maio e vai cá estar o Dr. Rui Rio e o Dr. Paulo Rangel. Foi o que me disseram. Mas ainda bem, se não queria fazer publicidade, fez a melhor publicidade para estarmos todos presentes junto do Dr. Álvaro Amaro, que é deputado europeu e vai apresentar um livro. E isso é muito útil e ainda bem que assim acontece. Quanto à questão da transferência de competências que é o tema que aqui me traz, e peço-lhe desculpa, senhor Presidente, por este introito, mas fiquei curioso. Estou aqui desde as 9h30 e fiquei curioso em saber alguns temas e algumas respostas, nomeadamente esta questão da Capital Europeia da Cultura. Transferência de Competências, para simplificar vamos

falar em transferência de tarefas. Transferência de tarefas essas que já foi aqui enunciado qual é o quadro legal, e, no fundo, este quadro de transferência de tarefas é um pouco aquilo que fez o Governo com as Câmaras Municipais, com as Entidades Intermunicipais, e que agora as Câmaras Municipais também estão e devem fazer com as Juntas de Freguesia. E, nesse aspeto, há que saudar, como é evidente. Mas, dizer claramente que há aqui um quadro legal que foi modificando ao longo dos tempos. E esse quadro legal modificado ao longo dos tempos, foi sendo cada vez e mais, cada vez e mais sempre no sentido de deixar no local as soluções para os problemas que aparecem no local. Mas não só para os problemas. Também deixar no local a possibilidade de encontrar soluções para novos problemas, ou, pelo menos, para novas situações do desenvolvimento das nossas comunidades. Portanto, a legislação tem sido nesse sentido. Por vezes as Câmaras Municipais, as Juntas de Freguesia e as Entidades Intermunicipais, não conseguem cumprir nem conseguem perceber o que está efetivamente plasmado na legislação que é feita pelo Governo e pela Assembleia da República, ouvida, obviamente, a Associação Nacional de Municípios Portugueses, a Associação Nacional de Freguesias. Portanto, o quadro legal tem vindo a evoluir neste sentido. Cada vez mais os entes locais, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Entidades Intermunicipais, devem assumir a governação do seu local. Concordo com as preocupações do senhor Presidente da Câmara. Eu, enquanto Presidente de Junta, também tenho essas preocupações. O dinheiro não abunda, o dinheiro não chega e há que ter prioridades e há que tentar ver os melhores procedimentos para não gastar tanto dinheiro. Ou melhor, cada vez com menos dinheiro, fazermos cada vez mais coisas. Mas dizer, em relação aqui à Guarda, no nosso Município, há um antes e há um depois. E a marca é 2013. É 2013 por duas razões. Antes de 2013, a ligação que havia entre a Câmara Municipal de governação Socialista e as Juntas de Freguesia deste concelho, era uma ligação assente essencialmente na clubite partidária e com uma grande e tremenda dificuldade em fazer os pagamentos. Isso felizmente já está no passado, nem vale a pena estarmos aqui a escarpelizar mais. Mas é preciso que se registre essa alteração. Mas essa alteração tem muito a ver com a Lei 75/2013. A Câmara Municipal da Guarda de então, fez mais ou menos aquilo que dizia a Lei 75/2013, como fizeram outras Câmaras Municipais. Mas, ainda assim, era um bocadinho um processo voluntário. Voluntário. Se a Câmara não fizesse, também não havia problema nenhum. Um pouco como agora,

com uma ligeira diferença que depois, à frente, acentuarei. De todas as formas, dizer que depois de 2013, e o PSD tem claramente pergaminhos, nesta matéria, no Município da Guarda. E porque é que tem pergaminhos no Município da Guarda? Porque realmente foram feitos ao Acordos de Execução, de acordo com aquilo que prefigurava a Lei. E foram feitos esses acordos e foram pagos e saldados... podem continuar a falar à vontade porque eu não me perco. Estejam tranquilos, podem falar à vontade, desse lado, porque eu não me perco. Mas dizer que foram pagos, foram assinados, foram pagos a tempo e horas e sempre de acordo com aquilo que foi definido nas reuniões das Juntas com a Câmara Municipal em reuniões gerais, e depois em reuniões individualizadas das Juntas e da Câmara Municipal. E, de facto, essa é a grande diferença entre antes de 2013 e depois de 2013. E eu estou a historiar isto porque nesse tempo, quer o Engenheiro Sérgio Costa, quer o Dr. Carlos Chaves Monteiro e o Dr. Vitor Amaral, fizeram parte dessas Vereações e sabem da verdade e dos factos que aqui estou a enunciar. E isso também temos de agradecer, agradecer não, cumpriram a obrigação. Hoje alguém aqui já disse que, se cumprirmos a obrigação, nada custa agradecermos e dizermos obrigado e bem-haja, como é a nossa expressão. Mas, de todas as formas, a verdade é que isso foi assumido e foi cumprido e estamos satisfeitos com isso. Na verdade, não foi totalmente cumprido. Porque em relação à Freguesia da Guarda, já naquele tempo, aquilo que demoraram para as quarenta e duas Freguesias, para a Freguesia da Guarda demorou dois anos. Só ao fim de dois anos é que a Câmara da Guarda deliberou fazer um acordo com a Freguesia da Guarda. Portanto, durante dois anos a Freguesia da Guarda já não recebeu nada. Um ano e meio, mais ou menos. De todas as maneiras, o que foi assinado foi cumprido e foi honrado. E isso é a palavra que se deve dizer. E por isso eu dizer que o PSD tem pergaminhos nesta matéria. Aliás, se formos ver as contas de 2021, eu posso estar enganado, mas aqui o senhor Presidente da Câmara corrigir-me-á, em 2021 terão sido transferidos cerca de 2 milhões de euros para as Freguesias. 1 milhão e 470 mil nos acordos de execução, 1 milhão e 290 mil euros no âmbito daqueles 30 mil euros que foram todos entregues às Freguesias. Penso que foi tudo pago. Se não foi tudo pago, penso que depois o atual Presidente da Câmara pagou o que falta. E também cerca de 300 mil euros dos protocolos de cooperação. Portanto, cerca de 2 milhões de euros que foram para as Freguesias no ano passado. Uns poderão dizer, era eleições. Já sabemos. As eleições são um pouco estonteantes.

Portanto, ficam a saber que, durante esses dois anos, nós não tivemos nenhum benefício. Depois tivemos. Desde 2019 temos um quadro legal completamente distinto, que é aquele quadro legal que aqui foi enunciado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e que, no fundo, deste 2019 que a Lei está publicada, nós estamos em 2022 e, felizmente, volto a dizer, estamos aqui a conversar sobre este tema. Mas, de 2019 até 2022, poderão perguntar, a Freguesia da Guarda fez alguma coisa? Fez. A Freguesia da Guarda, ainda no anterior mandato, como neste mandato, sempre participou à Câmara Municipal que estava interessada em assumir as competências e depois correspondeu a um pedido da Câmara Municipal, que a Câmara Municipal solicitou que apresentássemos as competências e a estimativa de custos para essas competências. É evidente que nós não temos, na Freguesia da Guarda, um gabinete técnico. Mas como há o Dr. Google, nós podemos ir verificar o que é que cada Câmara Municipal dá por cada quilometro quadrado, por cada relva a semear, etc., etc. E apresentámos a nossa proposta. Até hoje nunca tivemos nenhuma resposta. Mesmo hoje, não tivemos resposta àquilo que apresentámos. Mas dizer que, neste momento, em Portugal, desde 2019, porque algumas Câmaras Municipais e algumas Juntas de Freguesia, desde 2019, já estão a trabalhar com esse sistema, há, neste momento, cerca de cento e dez Municípios já a funcionar com base neste Decreto-Lei 57/2019. Há cento e dez Municípios. E há cerca de mil e cem Freguesias que já estão a beneficiar mensalmente, e essa é a grande alteração. E, no distrito da Guarda, só há dois concelhos, dos catorze. Nós vamos ser o terceiro, mas ainda bem, estamos no pódio. Primeiro foi Gouveia e agora também já está Figueira de Castelo Rodrigo que, como sabem, o atual Presidente da Câmara de Figueira é Carlos Condesso, que aqui esteve nesta Câmara Municipal como Adjunto do Dr. Álvaro Amaro. E, portanto, neste momento, já há muitas Freguesias a beneficiar deste regime. Se é bom, se é mau, o tempo ajudará a dizer se é bom, se é mau. Mas dizer que realmente ficamos satisfeitos que estejamos aqui a discutir este tema. E também fiquei satisfeito e quero agradecer, senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Câmara Municipal da Guarda no conjunto dos seis Vereadores e do Presidente da Câmara, a metodologia seguida para a organização e gestão deste processo. Poderemos criticar que podia ser outra, podíamos ter outra forma. Mas a que foi seguida, na minha opinião, na nossa opinião da Freguesia da Guarda, pareceu-me correta. Conversar com as Freguesias de um modo geral, depois conversar

individualmente com as Freguesias. Reunião com os técnicos, neste caso com a senhora engenheira Catarina Coimbra e de depois também com o senhor Engenheiro Horácio Brás, e depois então firmar o documento final. Portanto, parece-me correto. Eu diria apenas, senhor Presidente da Assembleia Municipal, se pudesse, senhor Presidente da Assembleia Municipal, que é uma pessoa de leis, e penso que aqui os senhores Vereadores também corroborarão da minha opinião e os meus colegas Presidentes de Junta também, estou a falar apenas em meu nome, não quero aqui tomar conta de ninguém, dizer o seguinte. Parece-me que era correto, no documento que nos foi distribuído, estar incluída a forma de cálculo de como é que a Câmara chegou aos valores que atribuiu a cada Junta de Freguesia, por cada competência. E porque é que isto é importante? Porque algumas Freguesias poderão ter que recorrer à contratação pública, se não tiverem funcionários, poderão ter que recorrer à contratação pública e é bom que tenham noção quanto é que a Câmara lhes deu por cada quilometro linear e por cada quilometro quadrado que vão limpar. Neste caso as bermas e as faixas de gestão de combustível. Portanto, julgo que é apenas, volto a dizer, não é uma postura crítica, é apenas uma sugestão. Anexem ao documento ou enviem para as Freguesias, mais ou menos quais foram os cálculos que conduziram àquele valor.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Também não tomo como uma crítica nem sugestão, mas já ultrapassou o tempo em cinco minutos e quinze segundos.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “É pá, é difícil assim. Bom, é difícil. Mas, já agora, senhor Presidente, vou aproveitar a sua benevolência dos cinco minutos e vou gastar só mais dois. Desculpe lá, é muito rápido. Bom, dizer assim que do conjunto das dez competências que a Lei não delega nas Freguesias, o erro está aqui. A diferença da Lei, são duas principais. Primeiro, não há delegação de competências nas Freguesias. As competências são das Freguesias e a Câmara Municipal tem que negociar quais daquelas competências aceita passar para as Juntas ou aceita ficar nas Câmaras. É assim que é o texto legal agora. Segundo lugar, a grande diferença, pelo menos para quem não está em total sintonia com estes assuntos, é que a partir do momento em que nós aprovemos aqui e que a DGAL, a Direção Geral das Autarquias Locais, seja conhecedora desta circunstância, as juntas de Freguesia passarão a receber,

mensalmente, do Estado central, do valor que é retirado às Câmaras Municipais, passarão a receber mensalmente. É aquela velha questão de não andarmos aqui sempre com o chapéu na mão, que a Câmara paga quando quer, etc., etc. Há aqui pessoas mais crescidas do que eu e saberão. Ainda são do tempo em que se andava aqui nos corredores à espera de receber o cheque. Isso vai acabar naquilo que tem a ver com as competências da Lei, porque nas outras vai ser igual. Vai ser igual, mas também, nesse aspeto, até hoje não temos crítica a fazer. E também espero que daqui para amanhã não tenhamos. Bem pelo contrário. Uma nota só ao senhor Presidente. Dizer-lhe que não apreciei e por isso nós tivemos uma Assembleia de Freguesia, e peço desculpa trazer aqui uma Assembleia de Freguesia da Guarda que tem a liderança do senhor Peres de Almeida, mas tivemos três excelentes intervenções dos três líderes parlamentares. E nessas três intervenções, no fundo está a posição da Freguesia da Guarda perante este quadro que nos foi proposto. O quadro que nos foi proposto, senhor Presidente e senhores Deputados, é muito simples. O senhor Presidente da Câmara entende, bem ou mal, vamos verificar o futuro, que a Freguesia da Guarda, que tem parte urbana e parte rural, e por acaso, e por acaso é uma das maiores Freguesias em termos de área e população, mas população fará algum sentido, mas em termos de área também. Temos cerca de quarenta quilómetros quadrados. Eu não quero jurar, mas devemos ser a segunda ou terceira maior Freguesia a seguir a Videmonte, que é, de facto, aquela que é a maior. Mas eu creio que até seremos a segunda ou terceira. Mas a ideia que se tem da Freguesia urbana é que é só aqui o casco urbano e a antiga Freguesia de S. Miguel. Não. A Freguesia tem quase quarenta quilómetros quadrados e tem realmente os tais vinte e seis mil residentes e vinte e três mil e poucos votantes. Alias, no contexto nacional, somos também uma das grandes Freguesias portuguesas. Não tem muito interesse dizer isto, mas é verdade perante os dados que vamos recebendo. Dizer, senhor Presidente, que foi muito simples. O senhor Presidente entendeu que a Freguesia da Guarda, na parte urbana ao nível da limpeza não tem nada a fazer e apenas tem a fazer na zona rural. Nós contestámos, contestamos. Mas já o disse aqui na última Assembleia Municipal, eu não estou aqui em nenhum campeonato. Eu estou aqui para cooperar com a Câmara da Guarda, com a população da Guarda, com os senhores Deputados e as senhoras Deputadas, para fazer uma melhor prestação de serviço público. E não gostei. Já não gostei no anterior mandato. E não gostei que, neste

mandato também, o senhor Presidente tenha dito que apenas faz protocolo connosco para a área rural da Freguesia Urbana da Guarda. Não fora chegarmos a acordo, e aqui elogio o Presidente da Câmara que chegámos a acordo, não fora chegarmos a acordo em relação à limpeza dos estabelecimentos de ensino, desde o ensino pré-escolar até ao ensino secundário, limpeza dos logradouros. As outras Freguesias ficaram também com as reparações escolares, a Freguesia da Guarda não ficou. Não ficou porque não lhe foi atribuída. Não fora esse valor e nós estávamos aqui a negociar um valor ainda mais baixo daquele que recebemos nos quatro anos anteriores. Porque os caminhos rurais que já recebíamos antes eram cerca de 24 mil euros, agora passaram para 20 mil euros, apesar de ser o dobro da área que foi descoberta, entretanto. Ainda assim, nós temos os tais 37 mil e 500 euros da limpeza das escolas, o que dá um salto de 24 mil para 57 mil euros, por ano, da Câmara Municipal da Guarda, que passamos a receber e aí somos a Freguesia, daquilo que eu pude ver nos papeis, seremos a Freguesia que receberemos mais. É verdade que há um incremento. É verdade, como eu disse numa reunião aqui, eu tenho que dizer muito obrigado ao senhor Presidente pela sua simpatia. Mas, em relação ao concreto, em relação ao concreto, peço-lhe desculpa senhor Presidente, tínhamos obrigação e ir mais além. E porque é que temos a obrigação de ir mais além? Há aqui pessoas nesta sala, indistintamente de serem de um partido ou de outro, ou de um movimento ou de outro movimento, há aqui pessoas dentro desta sala que vêm os funcionários das Juntas de Freguesia também a trabalhar na malha urbana da cidade da Guarda. Fazemos mal, fazemos mal. Fazemos bem, fazemos bem. Mas também há funcionários da Junta de Freguesia que cooperam com os funcionários da Câmara Municipal da Guarda a trabalhar na malha urbana. E o senhor Presidente sabe isso. Até porque, enquanto Vereador foi, também sabia dessa questão. Entende agora que há uma empresa que vai fazer essa limpeza e que não é preciso os trabalhos da Junta de Freguesia. Nós acabámos por aceitar a proposta que nos foi anunciada, não quisemos aproveitar um benefício da Lei porque chegámos, depois, a acordo, com a questão das escolas. Porque, senão, ficávamos a receber ainda menos dinheiro do que recebíamos antes. Mas isso não está em causa. Dizer aqui, antes de concluir, senhor Presidente, que as três intervenções dos três líderes parlamentares da nossa assembleia de freguesia são exemplares e foram, de facto, um momento bonito do que é a preocupação em tentar servir a população da Guarda. Desde o senhor representante dos Movimento

Independente na Freguesia da Guarda, que é o senhor António Júlio, a mencionar que, por ele, a Freguesia da Guarda devia ter aceite a competência da gestão das faixas de combustível. Nós não quisemos aceitar. Há aqui uma certa especificidade técnica que queremos ver como é antes de avançarmos para o terreno. Depois, do senhor deputado Fábio Pinto, do Partido Socialista, que teve também uma excelente intervenção em fazer a comparação entre a nossa freguesia e outras freguesias, em dizer claramente que havia aqui uma visão redutora da Câmara Municipal da Guarda, no que se refere à freguesia urbana. É verdade, as freguesias são todas iguais. É como nós, também somos todos iguais. Mas sabemos como é que são estas questões. E isto não é mal nenhum para as pessoas que entendem que tem que ser tudo igual. Aliás, a transferência de verbas do orçamento de estado para as Câmaras Municipais e para as Juntas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado...” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Para terminar, referir também a intervenção da senhora... termino já, estou mesmo a concluir...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Já ultrapassou em onze minutos. Quando chegar à dúzia, tenho que lhe cortar a palavra.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Dizer só a última intervenção da nossa deputada do Partido Social Democrata, Albertina Santos, que mencionou que, de certa forma, nesta proposta da Câmara Municipal, mencionou apenas, não enfatizou, mas mencionou que é permitida a leitura de que a Câmara Municipal estava a segregar, de certa forma, a população do Município da Guarda. A parte rural fica com a freguesia, a parte urbana fica com a Câmara Municipal. Não disse que era assim. Mas que podemos especular, podemos. E dizer, senhor Presidente, tal como o senhor e a sua equipa foram eleitos pela população da Guarda, a Freguesia da Guarda também foi eleita pela população da freguesia da Guarda. E temos muito gosto em continuar a servir a população da Guarda, quer na zona urbana, quer na zona rural, enquanto as forças e os meios estiverem ao nosso alcance. Senhor Presidente, levará a sua avante, porque é evidente que está assente, mas...” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, peço-lhe imensa desculpa, mas vou ter que lhe cortar a palavra. Já vão doze minutos e sete segundos e eu tenho que tratar todos os grupos por igual. Se me permite, doze minutos, acho que não é muito correto. Peço desculpa de o dizer, mas tenho que o dizer.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Acabei a minha intervenção, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Mais algum senhor Deputado se deseja... faça favor.” -----

- **Miguel Borges, Deputado (PS):** “Bem, indo diretamente ao ponto e depois, a seguir, falando relativamente algumas questões que foram ditas, dizer-vos que, como é óbvio, nós iremos votar a favor desta proposta, uma vez que sentimos que, na generalidade, as Juntas de Freguesia concordam com esta proposta. No entanto, chamamos à atenção, e chamamos à atenção tanto para o município, como para as juntas, e aí concordamos com o deputado anterior. Atenção aos custos e atenção a perceber, durante o ano, se realmente as verbas transferidas darão para todos os custos que foram feitos e atenção aos critérios que foram utilizados. É uma chamada de atenção para as juntas de freguesia e para o município. Acredito que os técnicos da câmara tenham feito o melhor trabalho e esperemos que tudo corra bem. Relativamente ao deputado que me antecedeu, dizer-lhe assim. O Partido Socialista ganhou as últimas eleições legislativas. Temos muito orgulho nesse facto. Percebemos que o senhor deputado tenha que utilizar o seu tempo neste tempo porque, provavelmente, e é o que se ouve para aí dizer no PSD, os deputados já uns têm tempo, outros não têm tempo, e guerreiam-se para ver quem é que tem tempo. Mas, depois, dizer-lhe uma coisa, senhor deputado. Eu não o estou a ver... ah, estou a vê-lo. Senhor Deputado, desculpe lá. Não sabia que vinha cá o Dr. Álvaro Amaro, senhor deputado? Foi uma informação minha, senhor deputado? Então, eu tenho que lhe dizer uma coisa, senhor deputado, tem que pôr polícia na Junta de Freguesia da Guarda. E, senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixe-me dizer-lhe uma coisa. Os deputados do Partido socialista, irão pôr uma queixa na comissão de proteção de dados, relativamente a este assunto. E, portanto, gostaríamos que o senhor Presidente da Assembleia

tomasse os devidos procedimentos neste caso. Mas, dizer-vos uma coisa. Houve deputados da Junta de Freguesia que, ontem à noite, através da Junta de Freguesia que o senhor preside, lhes foram enviados convites. O senhor não sabe, senhor Presidente? Ai sabe? Então mentiu, senhor Presidente. Desculpe. Não, acabou de dizer que eu lhe tinha dado uma novidade. Não, desculpe. É que é assim, há coisas em que eu posso dizer assim, faltou à verdade. Não. Neste caso, mentiu, senhor Presidente, à frente de toda esta Assembleia. Muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Deputado José Gonçalves, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Deputado (PG):** “Bem-haja. Senhor Deputado, vai-me desculpar. Como ex-Autarca, durante doze anos, aprendi um dia, aqui nesta casa, de um falecido já, e com quem aprendi bastante, que nós sabemos das coisas quando as sabemos formalmente. Porque saber das coisas informalmente, não é saber das coisas. Alguém que já citámos aqui hoje, o falecido Professor António Segura. Não, a propósito que disse. Aprendi isso com ele. Não, mas é verdade. Sabemos, mas não sabemos. Como não se sabe oficialmente, fazemos que não sabemos. Tal como também não se entende como é que se assina um documento, ou assina ou não se ensina, ou se vai para uma negociação e se pergunta aqui quais são os critérios que estão plasmados na proposta. Eu disse aqui, são três. Os quilómetros de arruamentos urbanos, caminhos efetivos de limpeza e manutenção e as estradas pavimentadas. São três os critérios. É fazer as contas e saberá. E também posso garantir, senhor Presidente da Guarda, como ex-Autarca digo, hoje já não o posso dizer, mas eu trocaria a minha posição e faria até a proposta para o atual Presidente. Eu trocaria, a minha posição, abdicaria da delegação de competências. Abdicaria da verba e a Câmara que fosse lá limpar, tal como faz o serviço na Guarda, na cidade da Guarda. Quem é que faz serviço na Guarda? É a junta ou é a câmara? Eu sei que estou a falar da Guarda urbana e rural. Eu estou a falar da urbana. Eu trocaria. Abdicaria da delegação de competências e da verba e ficaria sentado à espera que a Câmara limpasse. Eu aceitaria isso. Portanto, queixar-se de dois anos que não recebeu qualquer verba! Ó senhor Presidente, as freguesias rurais do que é que se têm a queixar! Mas mais. É que a questão da população é só para o que nos

interessa. Eu lembro a criação da associação de freguesias da nascente da Guarda, que decidimos, inicialmente, que a quotização era, e desculpem se vou aqui errar, era 0,5 ou 0,4 do FEF. Era assim qualquer coisa. Entrou depois da Guarda e a Guarda aceitou as condições, certo? Sabia qual era a verba que tinha a pagar porque sabe quanto recebe do FEF. Quando chegou o momento da verdade para receber, negou-se, não quis. Porquê? A população interessa quando é para receber, mas quando é para pagar não, não interessa. Desculpe, mas não.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, faz favor.” -----

- **José Valbom, Deputado (PG):** “Bom, senhor Presidente, senhores Deputados. Eu estive a ler o ponto e eu penso que o que está aqui em discussão não é uma lição sobre poder autárquico, delegação de competências de que estamos todos de acordo, mas a retribuição às Juntas de Freguesia. E honra aos Presidentes de Junta que conseguem fazer, tenho confiança em todos os Presidentes de Junta, vão fazer bem porque estão próximos, porque veem, porque são pressionados pelas populações. É um bocado aquilo que nós andamos sempre a dizer, queremos a descentralização de poder. Este é um princípio de descentralização de poder. E o que o Executivo está a descentralizar, a delegar? Uma tarefa. Ora, se a tarefa é limpeza de caminhos, parece-me óbvio, a equidade diz isso, que se deve ganhar em função do número de metros quadrados de caminhos que tenhamos para limpar. Se um dia o senhor Presidente decidir delegar a competência de dar um rebuçado, no Natal, a cada município, com certeza o senhor Presidente da Junta da Guarda recebe mais. É normal. E isto é importante porquê? Porque a equidade obriga a que seja retribuída a tarefa. E a tarefa é limpeza de caminhos, não nos podemos esquecer. Virão outros a seguir e hão de ser outros critérios. E vamos ver se se consensualizam entre todos. É isso que nós queremos, é isso que se deve fazer e o Executivo deve pugnar por isso. Porque é isso que também exige, depois, do Governo central. Se fazemos uma tarefa, venha o envelope financeiro para fazermos isso. Os senhores Presidentes de Junta, confrontados com isso, aceitaram, de bom grado, genericamente, o envelope. Ele é suficiente ou não? O futuro dirá. Provavelmente, se fizermos a média a quatro anos, é capaz de ser. Não sei. Mas, com certeza que o Executivo também não está cego. Se efetivamente por custos

desmesurados de economia ou de combustíveis ou de outra coisa qualquer, irá, com certeza, em socorro deles. Porque o lema do atual Presidente da Câmara, e tem que o cumprir, é que não pode deixar ninguém para trás. Eu ouvi, no dia 25, aqui, que os primeiros não podem esquecer os últimos. Por isso, os maiores não podem esquecer os menores. Por isso, não é admissível que na Junta, por exemplo, na decisão da Junta, estejam a fazer contas, se fizessem contas, argumentando que os cidadãos de uma terra pequenina iriam ganhar muito mais do que os cidadãos da Guarda, porque isso não é verdade, no sentido de que eles vão ganhar, de uma forma proporcional, de acordo com uma tarefa. É isto que é uma competência. Uma competição é uma tarefa. A delegação de competências na Guarda está atrasada? Vamos acelerá-la. Mas esta tarefa foi consensualizada, é clara e tem a aderência dos Presidentes de Junta, que felicito. Há mais tarefas a delegar? Com certeza que sim, senhor Presidente. E fará bem. Mas dizia aqui um senhor Deputado, não pode haver duas Câmaras. Eu não sei se pode haver duas Câmaras, acho que não. Mas também não pode haver uma duplicação de tarefas. Ou seja, não pode, de manhã, passar uma empresa de limpeza de um órgão a) e, depois, à tarde, passar do órgão b). A boa gestão económica obriga a que não haja duplicação de tarefas e é por isso que ajustaram alguém fazer. Está definido que é este. Noutras atividades será o senhor Presidente da Junta. Agora, temos que estar todos de olho aberto se, efetivamente, a Câmara e os Executivos das Juntas de Freguesia fazem isso bem. É esse o objetivo disto. Nós só estamos aqui a fazer da limpeza dos caminhos, porque efetivamente queremos um verão seguro. E eu digo por mim, sinto-me seguro com a ação dos Presidentes de Junta. Eu sinto-me seguro com esta delegação de competências. E eu penso que os Presidentes Junta não se podem sentir inseguros porque, se alguma coisa derrapar, com certeza, esta Assembleia, todos nós, devemos estar de olho aberto e não deixar os Presidentes de Junta para trás. Nem os Presidentes de Junta, nem as terras pequenas, como é evidente. Mas não façam contas no sentido de: somos os maiores em número, vamos ficar com maior quantidade. Não pode. As outras competências virão a seguir, penso eu.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, muito obrigado. Pediu de novo a palavra o senhor Deputado João Prata. Faça favor.” -----

- **João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Bom, vamos lá clarificar. No fundo, o senhor Deputado Miguel Borges chamou-me mentiroso, penso que a resposta do senhor Deputado José Gonçalves completa, precisamente, essa resposta. Pode continuar a chamar-me mentiroso. Mas acho que a resposta diplomática do senhor Deputado José Gonçalves responde à sua questão. Segunda questão, foi aqui dito pelo senhor Deputado José Gonçalves que a Freguesia da Guarda seria caloteira. Não paga as suas dívidas. Sou-lhe sincero, senhor Deputado, sou-lhe sincero. Nós participámos em várias associações de Freguesias. Umas que já vinham das anteriores Freguesias, outras que foram criadas, ou melhor, ajudámos a criar. E, até agora, senhor Deputado, e está aqui o senhor Deputado José Rabaça que pode testemunhar, nunca ficámos a dever quota nenhuma. É verdade que as associações de freguesias que nós temos no nosso concelho, pelo menos naquelas em que fazemos parte como sócios, podem não ter feito nada de especial. Mas enquanto se fez, enquanto se reuniu, efetivamente a freguesia da Guarda pagou todas as suas quotas. Mas se realmente você souber de alguma coisa que não esteja em dia, faça o favor dizer. Por amor de Deus, pode chamar os nomes quiser, está no seu direito. E, aliás, a palavra é livre, pode chamar aquilo que quiser. Mas note que, tanto quanto eu julgo saber, enquanto as associações foram reunindo, a Junta de Freguesia da Guarda assumiu a sua quota no valor que foi estipulado. Pelo menos, está aqui o senhor Deputado José Rabaça, pode testemunhar porque nós fizemos parte de outra associação de freguesias. Aliás, os movimentos associativos das freguesias, e dos municípios também, mas das freguesias é algo que devia ser potenciado. E, já agora, aproveito para dizer que, no distrito da Guarda, há um município que serve de referência, a nível nacional, do que é que significa associações de freguesia, porque aquele Presidente da Câmara entendeu fomentar a criação de duas ou três associações de freguesia, pagou tudo o que tinha a pagar, deixou as coisas em condições. Já não está hoje Presidente de Câmara. E aquele exemplo é dado, a nível nacional, em vários fóruns. Eu, às vezes, estou em reuniões de freguesias e falam do exemplo deste município do distrito da Guarda. Portanto, é algo que podemos explorar, eventualmente, com o PRR e o novo quadro comunitário de apoio. Mas não vem aqui ao caso. Dizer só, senhor Presidente, concordo inteiramente com a observação feita pelo senhor Deputado José Valbom, e também concordo com a observação feita pelo senhor Deputado José Lúcio. Normalmente, o senhor Deputado José Lúcio tinha sempre, e

continua agora quando, no uso da palavra, ele, e bem, significa que se sente espicaçado e dá também a sua opinião. Não há cá duas Câmaras senhor Deputado José Lúcio e senhor Deputado José Valbom. Não há duas Câmaras, como é evidente. Há uma Junta de Freguesia e há uma Câmara Municipal. E o que é que se passa noutros locais onde há uma Junta de Freguesia e uma Câmara Municipal? E foi isso que eu defendi e defendo. Pode haver uma repartição de tarefas. Pode haver estudos se seria melhor internalizar os serviços de limpeza em vez de concessionar. Pode haver estudos no sentido de, eventualmente... eu estou a falar disto porque eu já ouvi e já li. Ainda na semana passada eu estive na Câmara Municipal de Gaia numa reunião, em que realmente a Câmara Municipal de Gaia com as Juntas de Freguesia da cidade de Gaia... desculpe, não é de Vila Nova de Gaia, é de Gondomar. Em Gondomar toda a limpeza urbana não é nada feita pela Câmara Municipal. Está tudo, não é concessionado a uma empresa, está concessionado às Juntas de Freguesia. O que é que fez a Câmara? Passou funcionários para as Juntas de Freguesia, técnicos indiferenciados. Passou equipamento, comprou equipamento novo, estabeleceu. Portanto, senhor Lúcio, ninguém aqui está a dizer, e senhor Deputado José Valbom, ninguém aqui está a dizer, por amor de Deus, que a gente queira duplicar tarefas. Eu, aí, concordo consigo e com o senhor Presidente da Câmara que vai utilizar esse argumento. Não vale a pena estarmos a repetir tarefas. O que eu estou a dizer e digo é que valeria a pena ter feito um esforço, não que a gente queira as tais competências como aqui alguém dizia, era do Deputado José Gonçalves: não, não aceito nada. Tudo bem. É uma opção e eu respeito. Eu respeito totalmente isso. Agora, o que eu estou a dizer, e digo e mantenho, é que desde 2014, durante um ano e meio nós não tivemos nenhum apoio da Câmara e estivemos presentes em toda a área urbana da cidade. E isto não pode ser negado. Quem gosta destas coisas das redes sociais, vai lá ao site da freguesia da Guarda e está lá, todas as semanas, o que é que andamos a fazer e onde andámos: no bairro x, no bairro y, limpámos aquela silva, limpámos aquela ervinha, limpámos ali... O senhor Presidente da Câmara disse que vai ter uma empresa para fazer isso. Ótimo. Ainda bem. Mas digo, ainda assim, senhor Deputado José Valbom, senhor Deputado Lúcio e senhor Deputado José Gonçalves. O senhor decidirá na sua freguesia. Disse aqui que se fosse da Guarda não aceitaria. Está no seu direito. Mas, desculpe lá, dê-me também o direito de nós, freguesia da Guarda, entendermos que podemos cooperar, olhe, com a Câmara, com os trabalhadores da

Câmara, com a própria empresa privada, de modo a melhor servir a comunidade. E era isto que nós pedíamos ao senhor Presidente da Câmara. Não foi assim entendido e eu respeito. Eu já disse aqui, nós votámos a favor disto, assinámos isto e eu vou votar a favor aqui. Não podemos deixar aqui de dizer que temos condições para, ao longo deste mandato, melhorar este apoio. E, já agora, senhor Presidente, para terminar, penso que é consensual entre todos os Presidentes de Junta e se a Câmara assim puder, bem sei que não é fácil todo este tempo, atenção a isso. E os custos, a gente sabe que vão subir. Vão subir claramente. Basta ir meter gasóleo, todos sabemos. Na Junta de Freguesia, de um mês para o outro, foram mais 400 euros de combustível. Ponto final, parágrafo. Portanto, estão a ver, se isto é exponenciado daqui por um ano, estamos mal. Agora, dizer o seguinte. Eu sei que aquilo que vou dizer significa gastar mais dinheiro. Mas, senhor Presidente da Câmara, gostaria de saber, para concluir, senhor Presidente da Assembleia Municipal, e não ocupo mais tempo. Senhor Presidente, quando é que está a pensar negociar a questão dos protocolos de cooperação, nomeadamente em relação às obras. A ver se este ano ainda era possível fazermos alguma coisa. Porque, pronto, penso que todas as freguesias estão a pensar nisso, como foi no passado. Se não for este ano, gostaria de saber se já tem alguma previsão para iniciarmos esta conversa. De todas as formas, senhor Presidente, peço desculpa por ter incomodado aqui mais tempo, mas, enfim, acho que valeria a pena este desafio, senhor Lúcio. Está bem?” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Não incomoda nada. Mas tem que compreender que nós temos aqui seis grupos parlamentares, temos deputados independentes. Se abusassem metade do seu tempo! Não é que eu, à meia noite, não pudesse estar cá, mas creio que tem que haver aqui o mínimo de equilíbrio da parte da Mesa. Compreenderão isso. Não sei se mais algum senhor Deputado deseja falar? José Gonçalves, faz favor.” -----

- **José Gonçalves, Deputado (PG):** “Obrigado. Não o chamei mentiroso. Apenas disse que eu não vou para uma reunião e saio de lá sem saber os moldes ou aquilo que foi discutido. Ponto. E não vou assinar um documento sem saber o quê. Mais, aquilo que eu soube, na altura, da associação de freguesias, eram 3 mil e não sei quantos euros que a Guarda tinha a pagar, porque eram os 0,4 ou os 0,5. Foi isso que foi pago? Não. Esses

0,4 ou 0,5, e desculpem a imprecisão porque não sei precisar neste momento, não foi isso que depois foi acordado. Foi feito um ajuste. Para quê? Para não pagar tanto. Eu não o chamei caloteiro. Desculpe lá. Não pagou os 0,4 ou os 0,5. Todos, depois, pagaram menos, porque foi feito um ajuste para a Guarda não pagar tanto. Eu não o chamei caloteiro. Desculpe.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Senhor Presidente da Câmara, se deseja intervir, faça favor.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Estamos perante aquilo que esperamos, daqui a pouco, num tempo novo no concelho da Guarda. O tempo novo em que jamais os Presidentes de Junta de Freguesia, que nunca receberão tanto dinheiro para estas competências, para estas tarefas, como a partir de agora. 1,67 milhões de euros, por ano. Nunca mais andarão a pedinchar a nenhum Presidente de Câmara para que lhes pague certa e determinada competência. Já dizia há pouco que nós só gostamos de usar canetas pretas. Não usamos canetas azuis. É raro. Mas, de facto, aquilo que poderia acontecer, é normal, é humano que isso pudesse acontecer, alguma tentativa para persuadir Juntas de Freguesia. Não sei se sempre foi assim ou não. Não sei. Eu não negocieei sempre tudo. Mas, a partir de agora, isso vai mesmo acabar, em matéria destas competências, em matéria destas tarefas. Porque a partir de agora, a partir do momento que estes montantes sejam aprovados, será, a partir da DGAL, mensalmente, assim sejam depois assinados os autos, mensalmente as verbas irão sair diretamente da DGAL, do Estado central para as Juntas de Freguesia e é tirado diretamente da conta do Município. É claro que nós vamos fazer, tal como dissemos a cada uma e a cada um de vós, e na reunião de Câmara, que nós vamos querer fazer aprovar, e é isso que está na proposta, com efeitos retroativos a 1 de janeiro. Para que, até que a DGAL faça a aprovação dos autos, terá que ser o município a fazer-vos o pagamento dessas tarefas, que algumas Juntas de Freguesia já fizeram e está muito bem feito. Eu devo recordar, senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, olhe, os critérios de 2014 e de 2017, fui eu que os criei, graças ao bom trabalho técnico, que mais uma vez realço, dos técnicos que me acompanharam à época e agora também. Mas revelaram-se, ao final destes anos, não serem os mais justos. Não eram, efetivamente,

os mais justos. E sabe porquê? Olhe, vou citar aqui alguns exemplos. Freguesia do Adão, tem sessenta e sete quilómetros de caminhos rurais. Estou a falar nas freguesias que mais quilómetros de caminhos rurais têm. Arrifana tem cinquenta e dois. A Castanheira tem sessenta e um. Famalicão tem sessenta e quatro. Fernão Joanes tem setenta quilómetros. Gonçalo setenta e um. A Guarda tem cinquenta e sete. Marmeleiro tem noventa e oito quilómetros. Jarmelo São Pedro, oitenta quilómetros. Videmonte, oitenta e nove. Nunca o critério população e nunca o critério área serão objetivos e justos. E contra mim falo, porque eu ajudei a criar estes critérios em 2014 e em 2017. Os únicos critérios que são mesmo efetivamente justos, são estes que estão plasmados na nossa proposta. Quantos quilómetros de caminhos há para limpar, quantos quilómetros de arruamentos urbanos há para limpar nas aldeias e na Vila de Gonçalo e quantos quilómetros de estradas pavimentadas há para limpar, as bermas e as faixas de gestão. Nós temos, no concelho da Guarda, muito próximo de quinhentos quilómetros de vias pavimentadas, próximo de mil e oitocentos quilómetros de caminhos rurais e cerca de trezentos quilómetros de arruamentos urbanos rurais. São estes os números, de uma forma muito objetiva. Porque nós só sabemos negociar por cima da mesa, não é por baixo da mesa. Não sei se sempre foi assim. Mas connosco é assim, com critérios muito objetivos, tal como vos apresentámos aqui naquela sessão e, depois, um por um, seja com o Presidente depois, quando fizemos a reunião com cada uma e com cada um de vós, e com o à vontade que todos tiveram com os técnicos para atualizarem o cadastro. Porque o cadastro, efetivamente, não estava atualizado. Mas atualizámos o cadastro e demos uma bonificação dos valores, em função da atualização do cadastro, que era um trabalho que tinha que ser feito apenas sob o ponto de vista técnico. No que diz respeito à aplicabilidade da Lei, que é de 2019, já passaram três anos. Estamos em 2022. De facto, já podia ter sido feito em 2019, em 2020, em 2021. É verdade. Já perdemos três anos. Mas mais vale tarde do que nunca. E agora, em 2022, acho que nós vamos mesmo fazer, com estes critérios, com estes critérios, vamos fazer muita jurisprudência na região e no país. Acreditem naquilo que eu estou a dizer. Porque não há outros critérios mais objetivos do que estes. No caso concreto da freguesia urbana, senhor Presidente de Junta de Freguesa, então, a Câmara da Guarda tem concessionados, tem uma concessão dos jardins e espaços verdes, não pode gastar dinheiro duas vezes. Tem uma concessão da limpeza e higiene urbana, não pode gastar

o dinheiro duas vezes. Os serviços municipais têm que fiscalizar, claro, os contratos. Claro que sim. Aí, estamos todos de acordo. As reparações das escolas, temos as nossas equipas. Que é esse trabalho que andamos continuamente, verdade, senhora vice-presidente, a redesenhar a forma de fazer face às novas transferências de competências. As tais competências da educação para as quais não recebemos grandes verbas. São deficitárias e, portanto, nós não podemos transmitir o ónus para outros, quando isso não está devidamente estancado e estabilizado pelo Estado central. Daí as comissões de acompanhamento que já estão a ser marcadas. Mas negociámos consigo a limpeza das escolas. E nós podíamos ter ficado apenas, e aqui o senhor Presidente de Junta de Freguesia vai concordar comigo de certeza, podíamos ter ficado apenas com as escolas do 1º ciclo. É isso que obriga a Lei, não é? Só obriga às escolas do 1º ciclo. Nós quisemos ir além, muito mais além do que isso. Fomos aos vinte e um estabelecimentos de ensino da cidade, com ensino secundário também. Podíamos não o ter feito. Mas por isso é que os senhores vão receber a verba anual de 37 mil e 500 euros para limpar os exteriores, durante todo o ano, das escolas. Porque achamos que é justo. Se fazem nas escolas do 1º ciclo, então fazem a todas. E foi essa negociação que nós fizemos e que nós plasmámos aqui neste documento. Agora, quanto a dizer que é uma visão redutora da Junta de Freguesia da Guarda. Olhe, mais frases feitas, mais chavões para redes sociais, para alguém depois andar a papaguear por aí, é exatamente isso que esta expressão é. Porque também é bom que se comparem, já agora, os FEF's que uns municípios e outros recebem, e as competências que uns e outros vão receber do Estado central. É bom que se compare aquilo que é comparável. Mas, senhor Presidente de Junta de Freguesia da Guarda, nós, juntamente com a senhora Vereadora Diana Monteiro, que tem, e muito bem, o pelouro financeiro, nós andamos sempre a verificar as contas, se estão todas em dia, o que é que é preciso recuperar, tudo isso. Ó senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, com total frontalidade, transparência e equidade, nós nunca colocámos até agora, nós estamos há seis meses, mas agora estas questões chegam-nos a nós, chegam-nos à nossa mesa. Como o senhor sabe, foi consigo em 2013 ou 2014, mudou de instalações. Está no Solar dos Póvoas e está muito bem instalado. E todos concordamos que, efetivamente, foi a melhor solução. Bom, aquele edifício é dividido a meias, mais ou menos, 50, 50% entre os serviços da Câmara. Os técnicos do turismo estão lá e a Junta de Freguesia. A Câmara da Guarda é que paga as contas todas até hoje.

Nós nunca cobrámos essa parte, pois não? Estamos a falar em mais de 1.600 euros por mês. Também temos que falar em equidade. Um destes dias também temos que falar sobre esta matéria, porque cada uma das Juntas de Freguesia paga as suas contas da água, da luz, das comunicações. Tudo. E, portanto, com a máxima equidade, nós também temos que o fazer. Com a máxima equidade nós temos que o fazer, porque é uma das Juntas de Freguesia que recebe o FEF. E vejam só. Se o FEF fosse, o FEF que está definido na Lei das Finanças Locais, se fosse apenas pela população, vejam só o que é que nós, Guarda, receberíamos. Sabe para onde é que iria o FEF todo? Para Lisboa, para o Porto, para Setúbal, para Braga, para Faro, por aí fora. Para Aveiro, para Coimbra. Era aí que ficava o FEF todo. A população nunca será um critério justo e objetivo. E por isso é que nós criámos estes critérios. Foram feitas treze simulações pelos técnicos do município, e muito bem. Esta é uma delas. Esta é a décima terceira, onde ficou estabilizada, onde nós considerámos que, efetivamente, havia justiça nos critérios. Para que cada um pudesse fazer aquilo que, de facto, tem no seu território, muito para além da população e da área. E que nós vimos aqui e os números que vos mostrámos e que os técnicos vos transmitiram e que vos foi enviado por e-mail, está lá tudo plasmado. E cada um vai receber um dinheiro justo para a sua tarefa. Senhor Presidente, muito obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Obrigado, senhor Presidente. Colocava, então, este ponto à votação. O Ponto 2.6.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação das propostas para Transferência de recursos para as Freguesias, Transferência de competências para as Freguesias, Manutenção de competências no âmbito de intervenção do Município e Minuta de auto de transferência de recursos - Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril. -
- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e sete votos a favor. -----

Ponto 2.7 - Construção de Equipamento de Apoio Social Privativo (ERPI) - Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM.

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Se algum senhor Deputado desejar intervir sobre esta matéria... Púnhamos os três à discussão? Os três juntos? Então, o Ponto 2.7

que já li. O Ponto 2.8, vamos na discussão, Construção de Edifício destinado a Centro de Dia – Emissão de Declaração de Interesse Municipal, e Construção de um Parque de Campismo na Freguesia da Faia - Emissão de Declaração de Interesse Municipal. Estes três ponto, púnhamos à discussão e, depois, obviamente que os votamos separadamente. Algum senhor Deputado se deseja pronunciar?” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Será muito rápido. Enquanto Bloco de Esquerda, votaremos favoravelmente nas três construções. Só queríamos fazer aqui um pedido e perceber como é que isto poderia ser aqui operacionalizado. Ou seja, quando nos é pedida uma declaração de interesse municipal, não temos acesso a nenhuma informação que nos permita analisar o impacto desta construção. Ou seja, vamos votar de acordo com: é importante ou não. Mas, o local de construção, o impacto que existe, seja ambiental, principalmente ambiental destas construções não nos é dito. Ou seja, nós podemos aprovar aqui, enquanto Assembleia, um voto favorável que poderá dar numa declaração favorável de construção num local em que o impacto ambiental pode ser negativo. Não estou a dizer que isto acontece nestes três pontos. Mas, não o saberemos, se não nos derem informação para tal. E acho que seria interessante haver aqui, ou um estudo de impacto ambiental, alguma informação mais pormenorizada, para nós, deputadas e deputados, conseguirmos decidir com clareza e tendo a certeza absoluta que a nossa decisão não vai ter um impacto negativo após a construção. Sendo que, volto a repetir, a decisão daqui vai ter uma condicionante na declaração de construção da agência ambiental. Portanto, seria necessário termos essa informação. No entanto, vamos votar favoravelmente. Até porque são três projetos que consideramos que são importantíssimos para a cidade. No entanto, reforçar, novamente, mais informação nunca será mau.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Senhora Deputada, muito obrigado. Senhora Deputada Rute, faz favor.” -----

- **Rute Prata, Deputada (PG):** “Excelentíssimos senhores, permitam-me que a todos cumprimente na pessoa do senhor Presidente da Assembleia. Das diversas mudanças que se verificam na sociedade, é possível destacar o envelhecimento populacional. Ou seja, uma diminuição da população jovem e um aumento da população mais idosa.

Sendo assim, um dos traços mais salientes da sociedade portuguesa atual e, para além disso, o envelhecimento populacional é considerado como um fenómeno global. Estas mudanças na sociedade, acarretam, inevitavelmente, um conjunto de implicações de tal forma extensas e intensas que se vai apreendendo aos poucos. A longevidade está muito presente nos dias de hoje e, desta forma, é importante que a sociedade esteja preparada para receber e perceber o processo de envelhecimento das pessoas. Assim sendo, as instituições que as acolhem são essenciais para prestar apoio e cuidados, de forma a proporcionar qualidade de vida e um envelhecimento mais ativo. O envelhecimento ativo surge como um modelo multidimensional, englobando dimensões de ordem pessoal, social, económica e comportamental, que se relacionam, em simultâneo, com o meio envolvente, com os serviços sociais e de saúde que estão disponíveis ao longo da vida das pessoas. Ser ativo, ao longo do envelhecimento, não se limita apenas à prática de exercício físico, mas também o estímulo cognitivo, à saúde mental, à interação social, uma alimentação saudável, prevenção de doenças e acidentes, bem como o combate ao isolamento e aos maus tratos. Por tudo isto, consideramos ser de máxima apreciação a construção de um edifício destinado a equipamento de apoio social no bairro das Lameirinhas, de forma a cumprir a sua missão e responsabilidades sociais, colmatando as carências na área de apoio a idosos e a pessoas em situações de vulnerabilidade. Bem como a construção de um edifício destinado a Centro de Dia na Póvoa do Mileu, coadjuvando assim, de alguma forma, na prevenção e apoio nas situações de fragilidade social, na solidariedade e ajuda ao próximo, colmatando as carências na área do apoio social. Devemos continuar a apostar, como até agora, na economia social do nosso concelho. Continuar o bom trabalho destes seis meses de governação. Mas, também, somos e queremos ser um concelho reconhecido, precisamente por a todos acolher e receber. Todos nós reconhecemos as magníficas paisagens geológicas, a deslumbrante natureza de flora e fauna, a riquíssima história patrimonial e artística. Mas a nossa maior riqueza são as pessoas, que, com o perpetuar de tradições e saberes, atraem, por si só. A natureza e o nosso potencial, são fontes pelas quais devemos pugnar. De tal modo, que a aposta no turismo de natureza deve ser uma realidade. É isto que poderá ser um dos fatores de desenvolvimento e diferenciação do turismo no nosso concelho. Para que este desígnio seja concretizado, são necessários investimentos públicos e privados em infraestruturas de qualidade, para

que o nosso território seja atrativo para todos os que nos visitam. Este parque de campismo será, com certeza, um polo de atração para todos os que nos visitam. Obrigado.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Mais algum senhor deputado ou deputada deseja intervir nesta matéria? Não há mais nenhum senhor deputado. Então, permitam-me... pode, pode. Faz favor. Desculpe.” ----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhor Presidente. Muito sinteticamente. Senhora Deputada Bárbara Xavier, nenhum desses projetos está sujeito a estudo de impacto ambiental. A Lei não o prevê. Em nenhum dos projetos está previsto isso. E, portanto, os serviços técnicos, a informação que enviam, habitualmente, está plasmada, precisamente com as cartas militares e a implantação e tudo isso. E, portanto, estamos a falar de um Centro de Dia, estamos a falar de um Lar de Idosos, estamos a falar num parque de campismo. Bom, mas se dúvidas houver, pode, naturalmente, junto dos serviços técnicos, pedir para verificar o projeto. Não estamos a falar de nenhuma fábrica de grandes dimensões poluente. Estamos a falar, efetivamente, nas necessidades que existem nestes dois casos, mas não só. E esta faz parte da política de apoio deste município à economia social do concelho, seja com estas duas instituições no bairro das Lameirinhas ou no bairro da Póvoa do Mileu, mas também outro trabalho que já foi feito... e estas duas, em concreto, têm que vir aqui à Assembleia Municipal, por força de estarem localizadas numa área rural. Mas outras mais que estão a ser preparadas, como no bairro da Sequeira que nós vamos apoiar também, queremos apoiar também na justa medida. Porque, reparem, o impacto destas obras, destas infraestruturas no nosso território, não só coloca a Guarda no patamar cimeiro a nível regional da economia social, pela quantidade de instalações e de instituições que criam aqui mais valências para a economia social. Nós nunca podemos esquecer que hoje são os outros e amanhã somos nós, também aqui se aplica essa máxima. E também ajudar à empregabilidade, através do setor social. Isto é uma grande alavanca que todos nós, tal e qual como com a saúde que há pouco falávamos, temos que dar as mãos para percorrermos os fundos necessários para que seja possível, efetivamente, irmos de encontro às pretensões das populações e das instituições que estão a promover estas

infraestruturas. E o mesmo é dizer, naturalmente, em relação a este parque de campismo de iniciativa privada que se quer criar na freguesia da Faia e, naturalmente, quer o município, quer a Assembleia Municipal, têm que estar ao lado dos investidores privados. Porque são eles que querem criar riqueza, são eles que querem dar condições para que as pessoas nos possam visitar, cada vez mais, o público alvo, concreto, da parte deles. E, naturalmente, desta forma, criarmos também aqui mais alguns postos de trabalho associados a essa dinâmica turística. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado. Por uma questão de justiça, relativamente ao Ponto 2.7, e já que tivemos hoje aqui quatro votos de louvor, não vou não vou propor nenhum voto de louvor. Mas vou apenas referenciar aqui uma situação. Até porque os três de certeza que se zangavam comigo se eu propusesse aqui um voto de louvor. Mas este ponto 2.7 deve-se, sobretudo, a três pessoas que estão aqui presentes. O senhor Presidente da Câmara, o senhor Chefe de Gabinete e o senhor Arquiteto Isidro, porque este terreno deu bastante trabalho a resolver. E foi da colaboração de todos e do interesse de todos que isto se resolveu. E, portanto, esta nota que eu não podia deixar aqui de dizer, por uma questão, como referi há pouco, de justiça e de equidade. Vou pôr, então, à votação, o ponto 2.7.” -----

- Resultado da votação do Ponto 2.7 - Construção de Equipamento de Apoio Social Privativo (ERPI) - Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM. -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.8 - Construção de Edifício destinado a Centro de Dia – Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM. -----

- Resultado da votação do Ponto 2.8 - Construção de Edifício destinado a Centro de Dia – Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM.-----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.9 - Construção de um Parque de Campismo na Freguesia da Faia - Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM.

- Resultado da votação do Ponto 2.9 - Construção de um Parque de Campismo na Freguesia da Faia - Emissão de Declaração de Interesse Municipal nos termos do artigo 23º do Regulamento do PDM.-----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.10 - Informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda acerca da Atividade Municipal. -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Não sei se há alguém que se deseja a pronunciar, algum senhor Deputado? Se ninguém se desejar pronunciar... quer falar? peço desculpa.” -----

- **Bárbara Xavier, Deputada (BE):** “Nós temos aqui algumas dúvidas, se pudéssemos pôr para ver esclarecidas. Se puder esclarecer diretamente nesta Assembleia, eu agradecia. Que seria... dê-me um minutinho. Então, quanto ao concurso público de controlo de infestantes, nós gostaríamos de perceber se foi tido em atenção a não utilização de herbicidas potencialmente cancerígenos, como o glifosato e se a Guarda tenciona fazer essa transição para um uso cada vez menor deste tipo de herbicidas. São mesmo questões que nós queríamos pôr. Reforçar aqui, também, já agora, nos equipamentos de depósitos de resíduos. Na Guarda, infelizmente, é dos sítios em que nós vemos menos utilização diferenciada de resíduos em eventos municipais. Reforçar por aí. Setor de feiras, mercados e central de camionagem, é aqui descrito as atividades que têm decorrido dentro da normalidade possível. O feedback que nós temos dos feirantes, é completamente oposto. É que o espaço está degradado, há uma diminuição, cada vez maior, dos compradores e que é necessária uma intervenção altamente urgente. Portanto, parece-nos um bocadinho escusado colocar normalidade possível, quando, pelo menos, o feedback que nós recebemos, enquanto Bloco de Esquerda, é completamente contrário ao que está aqui descrito. E eram só estas três situações que queria apontar. Peço desculpa, não. Tenho uma em relação ao... peço desculpa, agora perdi-me. Plano Municipal para a Igualdade, gostaríamos, e obviamente iremos fazê-lo

de forma formal, ter acesso ao diagnóstico. Mas queríamos reforçar aqui a importância de incluírem o Gabinete de Apoio à Vítima e Comunidades LGBTI. Caso seja parte do diagnóstico, nós achamos que era essencial ficar registado estes dois gabinetes. Obrigada.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhora Deputada. Não sei se o senhor Presidente da Câmara deseja fazer alguma intervenção.” -----

- **Sérgio Costa, Presidente da Câmara:** “Muito rapidamente, senhor Presidente. No que diz respeito à questão do controle de desinfestantes, senhora Bárbara Xavier, vou-lhe pedir um favor, pode falar diretamente com os serviços técnicos, porque compreenderá que nós não fazemos cadernos de encargos. Mas naturalmente que nós devemos e queremos acompanhar, sempre na prossecução, assim o mercado acompanhe a existência de produtos menos tóxicos, naturalmente estamos todos sensibilizados e estamos todos de acordo com isso. Mas peço que possa interagir com os serviços técnicos sobre essa matéria. No que diz respeito à questão do mercado municipal com poucas condições, acho que não há aqui ninguém que diga... é um relatório técnico, olhe, o Presidente de Câmara limita-se a assinar o relatório. Nós somos tão transparentes que não mexemos uma vírgula daquilo que os serviços técnicos informam. Mas estamos todos de acordo que o mercado municipal tem cada vez menos condições, para compradores e para vendedores. Por isso é que nos temos que prosseguir e foi isso que falámos há uns meses atrás, prosseguir uma melhor solução para o mercado municipal. E é esse o compromisso que afinal de contas todos nós temos que assumir, perante compradores e perante vendedores. No caso do Plano Municipal da Igualdade, a senhora Vice-Presidente já tomou boa nota e, portanto, irá fazer essa verificação. Muito obrigado, senhor Presidente.” -----

- **José Relva, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Presidente. Colocava, como é hábito, colocava à votação a aprovação de todas as deliberações, que aqui foram tomadas, em minuta. Algum senhor Deputado ou senhora Deputada se opõe? Damos por aprovadas, em minuta. Pedia que dissessem ao Dr. João Correia que a reunião não pode ser dia 17, mas tem que ser dia 16. Há um impedimento para dia 17. Queria agradecer aos senhores funcionários da autarquia a dedicação e o trabalho. Este ato

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas. -----

Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas. -----